

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VANESA LAZZARETTI

**RESSIGNIFICAR PARA RECONHECER: O FEMINISMO CAMPONÊS E
POPULAR NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST)**

**Porto Alegre
2021**

VANESA LAZZARETTI

**RESSIGNIFICAR PARA RECONHECER: O FEMINISMO CAMPONÊS E
POPULAR NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST)**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política
apresentada como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciência Política pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^o. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Lazzaretti, Vanesa

Ressignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) / Vanesa Lazzaretti. -- 2021. 115 f.

Orientador: Alfredo Alejandro Gugliano.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Feminismo camponês e popular. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3. Mulheres rurais. 4. Gênero. 5. Feminismo. I. Gugliano, Alfredo Alejandro, orient. II. Título.

VANESA LAZZARETTI

**RESSIGNIFICAR PARA RECONHECER: O FEMINISMO CAMPONÊS E
POPULAR NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2021

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano PPGCP/UFRGS (Orientador)

Prof^a. Dra. Sonia Fátima Schwendler PPGE/UFPR

Prof^a Dra. Vanderleia Laodete Pulga UFFS

Prof^a Dra. Jennifer Azambuja de Moraes PPGCP/UFRGS

Dedico este trabalho às mulheres sem terra que desde a fundação do MST vêm rompendo as cercas do machismo e do patriarcado e semeando resistências.

Às lutadoras e lutadores do MST que seguem em marcha na luta pela Reforma Agrária Popular e por um outro mundo possível.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é, antes de tudo, um processo que se constrói gradativamente, feito por muitas mãos. Esse processo, que por si só já é desafiador, exige ainda mais empenho quando realizado durante um período de pandemia, uma vez que é impossível fechar os olhos para o caos que se instala “do lado de fora”, especialmente pela falta da capacidade de gestão e por uma política negacionista, anti-ciência e de descaso para com a vida do povo pobre e trabalhador praticada pelo Governo Federal. É por isso que, ao chegar ao final deste ciclo de aprendizado e formação que foi o período do Mestrado, há muito o que agradecer.

Começo agradecendo à Universidade Pública e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por possibilitar o acesso ao ensino de qualidade, à formação plural e ao desenvolvimento do pensamento crítico, mesmo quando se encontram em constante ataque, vítimas de uma política de desmonte. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de recursos financeiros por meio da bolsa de estudos/pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, professor Alfredo Alejandro Gugliano, pelo incentivo, ensinamentos e contribuições ao longo do desenvolvimento do trabalho. Ao grupo de pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública, por ter sido um espaço de acolhida, de debate e de crescimento dentro da universidade. Aos professores das disciplinas cursadas ao longo do Mestrado, por sua importante contribuição durante o processo formativo.

Aos meus colegas de PPG por todas as partilhas, palavras de incentivo, aprendizados conjuntos e amizade. Um agradecimento especial à Florência, pelas importantes contribuições teóricas, por ser inspiração e ombro amigo em todos os momentos e à Mayara, pela amizade que deu mais leveza e alegria à caminhada.

Gratidão às professoras que compõem a banca, por aceitarem o convite para lerem e avaliarem este escrito e pela honra de suas presenças no momento de defesa.

Um agradecimento especial às companheiras das coordenações nacional e estadual do MST e às assentadas na Fazenda Anonni, em especial à Kelly, Salete, Lúcia, Irene, Cláudia, Flávia e Priscila, pela atenção, afeto e interesse ao longo do desenvolvimento do trabalho, por me possibilitarem o acesso aos materiais oficiais publicados pelo MST, por partilharem comigo suas experiências e pela acolhida carinhosa nos momentos que partilhamos. Estar ao

lado de algumas dessas mulheres durante o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra foi, sem dúvidas, uma experiência ímpar, de muito aprendizado, que guardarei sempre comigo.

Agradeço ao meu amigo Magnus Regis por me acolher em sua casa quando me mudei para Porto Alegre, por me apresentar a cidade, pelas constantes palavras de incentivo e por ser essa presença luminosa, afetuosa e companheira em minha vida. Não consigo imaginar essa caminhada sem a sua amizade.

Agradeço aos meus pais, Valdecir e Mairi, por serem a base de todas as minhas realizações. Obrigada pelo ombro amigo, pelo incentivo e por nunca medirem esforços para que eu pudesse seguir os meus sonhos. Sobretudo, obrigada por serem meus exemplos de vida e por me ensinarem a persistir na luta pelos princípios da justiça e da igualdade. Um agradecimento especial, também, aos meus irmãos Marcos e Mateus, pela parceria e apoio de sempre e pelos debates qualificados, especialmente sobre questões políticas. Apesar dos longos períodos que passamos separados, estão sempre presentes em minhas lembranças mais afetuosas e na certeza de que sempre terei alguém com quem contar.

Ao André, por todo amor, carinho e cuidado, mesmo nos períodos em que estivemos distantes fisicamente. Gratidão por ser escuta atenta, pelo apoio nos momentos difíceis e por celebrar comigo cada conquista.

RESUMO

A partir dos depoimentos de cinco mulheres que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), procuramos responder o seguinte problema de pesquisa: como o feminismo camponês e popular está sendo construído dentro do MST? O objetivo foi compreender quais são as delimitações que essa perspectiva do feminismo assume no interior do movimento. Para isso, num primeiro momento, elencamos as principais características dessa proposta teórico-metodológica do feminismo que emerge como forma de nomear as lutas historicamente travadas pelas mulheres organizadas nos movimentos sociais do campo vinculados à Via Campesina. Posteriormente, por meio de pesquisa documental, com consulta aos dados e documentos do MST, bem como cartilhas e cadernos de formação, buscou-se resgatar o processo de construção do protagonismo das mulheres dentro do movimento e sua trajetória de luta por valorização e paridade de participação. Nesse processo investigativo foi possível verificar que a formação e auto-organização interna das mulheres do MST as fortalece enquanto militantes e contribui para que, ainda que de forma gradativa, se rompam algumas barreiras estabelecidas contra a participação política das mulheres no Movimento. Por fim, a partir das narrativas expostas pelas camponesas entrevistadas, apresentamos a compreensão das sem terra acerca do feminismo camponês e popular e a forma como esta perspectiva do feminismo vem sendo utilizada por elas como ferramenta para a construção de sua autonomia. Conclui-se que, através do feminismo camponês e popular, as mulheres sem terra reivindicam espaços de maior liberdade, reconhecimento político e familiar e pautam a necessidade de que a paridade de gênero seja efetiva na organicidade dos núcleos de base, setores e demais instâncias de direção do movimento.

Palavras-Chave: Feminismo camponês e popular. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mulheres rurais. Gênero. Feminismo.

ABSTRACT

Based on the testimonies of five women who are part of the Landless Rural Workers Movement (MST), we sought to answer the following research problem: how is peasant and popular feminism being built within the MST? The objective was to understand the outlines that this perspective of feminism assumes within the movement. For this, at first, we listed the main characteristics of this theoretical-methodological proposal of feminism that emerges as a way of naming the struggles historically waged by women organized in rural social movements linked to Via Campesina. Subsequently, through documentary research, with consultation of MST data and documents, as well as booklets and training notebooks, we sought to rescue the process of building the protagonism of women within the movement and their struggle for valorization and parity of participation. In this investigative process, it was possible to verify that the formation and internal self-organization of the women of the MST strengthens them as activists and contributes so that, although gradually, some barriers established against the political participation of women in the Movement are broken down. Finally, from the narratives exposed by the interviewed peasants, we present the understanding of the landless about peasant and popular feminism and how this perspective of feminism has been used by them as a tool for the construction of their autonomy. It is concluded that, through peasant and popular feminism, landless women demand spaces of greater freedom, political and family recognition and underline the need for gender parity to be effective in the organicity of base nuclei, sectors and other instances of direction of movement.

Keywords: Peasant and popular feminism. Landless Rural Workers Movement. Rural women. Gender. Feminism.

RESUMEN

A partir de los testimonios de cinco mujeres que forman parte del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), buscamos dar respuesta al siguiente problema de investigación: ¿cómo se está construyendo el feminismo campesino y popular dentro del MST? El objetivo era comprender los trazos que asume esta perspectiva del feminismo dentro del movimiento. Para ello, en un primer momento, enumeramos las principales características de esta propuesta teórico-metodológica del feminismo que surge como una forma de denominar las luchas históricamente libradas por las mujeres organizadas en movimientos sociales rurales vinculados a la Vía Campesina. Posteriormente, a través de la investigación documental, con consulta de datos y documentos del MST, así como manuales de capacitación y cuadernos, se buscó rescatar el proceso de construcción del protagonismo de las mujeres dentro del movimiento y su trayectoria de lucha por la valorización y paridad de participación. En este proceso de investigación se pudo constatar que la formación y autoorganización interna de las mujeres del MST las fortalece como activistas y contribuye para que, aunque de manera paulatina, se rompan algunas barreras establecidas contra la participación política de las mujeres en el Movimiento. Finalmente, a partir de las narrativas expuestas por los campesinos entrevistados, presentamos la comprensión de los sin tierra sobre el feminismo campesino y popular y cómo esta perspectiva del feminismo ha sido utilizada por ellos como herramienta para la construcción de su autonomía. Se concluye que, a través del feminismo campesino y popular, las mujeres sin tierra reclaman espacios de mayor libertad, reconocimiento político y familiar y subrayan la necesidad de que la paridad de género sea efectiva en la organicidad de núcleos de base, sectores y otras instancias de dirección del movimiento.

Palabras clave: Feminismo campesino y popular. Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra. Mujeres rurales. Género. Feminismo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Definições do MST sobre o feminismo camponês e popular	86
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANAMURI	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CLOC	Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEMUCARINA	Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Artesanas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JST	Jornal Sem Terra
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Intersexual
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MMTRSC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: A VOZ QUE VEM DAS MULHERES DO CAMPO	22
2.1 CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DO “FEMINISMO QUE NASCE NA HORTA”	27
2.1.1 A centralidade do trabalho	33
2.1.2 O combate à violência contra a mulher	34
2.1.3 Defesa da agroecologia e da soberania alimentar	36
2.1.4 Entrelaçamento das lutas de gênero, classe e raça	40
2.1.5 Auto-organização e autonomia	43
2.1.6 Defesa do socialismo	47
3 “SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE”: A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES DENTRO DO MST	49
3.1 A LUTA PELA SINDICALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO COMO TRABALHADORA RURAL COMO FATOR DE CONSCIENTIZAÇÃO ACERCA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO	50
3.2 ROMPENDO CERCAS: AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS DE MULHERES DENTRO DO MST	57
3.3 DO COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO AO SETOR DE GÊNERO: UM SALTO QUALITATIVO NO DEBATE	65
4 O MST E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR	72
4.1 O DESPONTAR DO FEMINISMO DENTRO DO MST	73
4.1.1 Feminista ou “meio” feminista? A percepção das entrevistadas	79
4.2 RESSIGNIFICAR PARA RECONHECER: O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR NO CONTEXTO DO MST	82
4.2.1 “O patriarcado destrói, o capitalismo faz guerra. O sangue LGBT também é sangue Sem Terra”	89
4.2.2 “A participação é necessária, mas o protagonismo é a condição fundamental para a libertação da mulher”	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é compreender como o feminismo camponês e popular vem sendo construído dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A inquietação em torno desta temática se dá especialmente pelo fato de o MST ser um movimento de caráter classista, ou seja, que adota o marxismo como orientação ideológica e se organiza a partir da luta de classes. Por conta dessa forma de organização, por muito tempo o movimento considerou as demandas das mulheres como pautas secundárias que se tratadas como prioridades poderiam causar rupturas na chamada luta geral. Porém, a partir dos anos 2000, especialmente com a criação do Setor de Gênero, o MST vem se aproximando dos debates feministas e, desde 2010, alinhado aos demais movimentos que integram a Via Campesina, propõe a construção do feminismo camponês e popular como forma de nomear as lutas historicamente travadas pelas mulheres do campo.

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, a dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução. No primeiro capítulo, *Feminismo Camponês e Popular: a voz que vem das mulheres do campo*, apresentaremos a produção teórica acerca dessa perspectiva do feminismo, a fim de compreender quais são as suas origens e principais características. No segundo capítulo, *“Sem mulher a luta vai pela metade”*: *A construção do protagonismo das mulheres dentro do MST*, demonstraremos, através da análise de documentos oficiais publicados pelo Movimento e de produções teóricas anteriormente desenvolvidas, o percurso histórico das mulheres sem terra na luta pela paridade de participação e seu esforço para que a superação das relações opressivas de gênero seja um tema central e transversal à totalidade do movimento. Por fim, no terceiro capítulo, *O MST e o feminismo camponês e popular*, através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com cinco mulheres sem terra, apresentaremos algumas das delineações que essa perspectiva do feminismo assume no interior do movimento e como ela vem sendo utilizada pelas camponesas como ferramenta na luta por espaços de maior liberdade, autonomia, reconhecimento político e familiar.

A organização política das mulheres rurais ganhou expressão e visibilidade no debate público a partir da década de 1980, acompanhando o processo de redemocratização, o surgimento e a consolidação de diferentes movimentos sociais do campo e a constituição do movimento feminista e de mulheres no Brasil (DEERE, 2004). No processo de organização

das camponesas, destacam-se a agência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais sociais da Igreja Católica - que possuíam forte atuação na resistência à Ditadura Militar nos anos 1960 e 1970 -, e também do chamado “novo sindicalismo” - oposições sindicais que se desenvolveram no meio rural e urbano e que eram “portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo” (MEDEIROS, 2001, p. 106).

De acordo com Deere (2004), a proximidade com as oposições sindicais que disputavam espaços dentro dos sindicatos rurais fez com que as primeiras expressões da organização política das mulheres camponesas se configurassem na base dos sindicatos ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Sua principal luta era pelo direito à sindicalização - que naquela época era reservado ao homem “chefe da família”-, e aos direitos sociais provenientes do seu reconhecimento como trabalhadoras, como os direitos previdenciários e auxílio maternidade. Contudo, como pontua Alie Schaaf (2003), a mobilização das mulheres rurais em torno dessas temáticas chamou a atenção para sua invisibilidade, denunciou sua discriminação e a desvalorização do seu trabalho, como reflexo de sua condição de gênero.

Organizadas em diferentes movimentos sociais do campo, sejam eles mistos (compostos por mulheres e homens) ou autônomos (compostos exclusivamente por mulheres), as camponesas passaram, a partir da percepção de sua condição de invisibilidade como trabalhadoras e subalternidade dentro dos sindicatos e das organizações nas quais atuavam, a conclamar por reconhecimento e por seus direitos. No Brasil, dois movimentos se destacam no que diz respeito a atuação das mulheres rurais: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), organização autônoma de mulheres rurais, fundada em 2003; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organização mista de luta pela terra, fundada oficialmente em 1984, para a qual voltamos nosso olhar nesta pesquisa.

O MST emerge da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região Sul do Brasil. A ascensão do movimento está vinculada ao processo de modernização da agricultura implementado pelo governo militar a partir do golpe de 1964. De acordo com Bernardo Fernandes (2010), a política agrícola implementada pelos militares tinha como referência o modelo da denominada “revolução verde”, que considerava somente a expansão agrícola do capitalismo, sem contemplar a agricultura camponesa. Essa política gerou problemas para a manutenção das pequenas propriedades rurais e culminou com o despejo de milhares de camponeses, o que

motivou as reivindicações por acesso à terra. Para Bernardo Fernandes (2000), o MST é resultado do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro.

Nascido com forte apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ala progressista da Igreja Católica baseada nos princípios da Teologia da Libertação, a pauta política do MST, desde a sua fundação, é organizada pela luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e de igualdade. Essa agenda aponta para uma sociedade baseada em novas relações sociais, o que inclui a transformação das relações de opressão de homens sobre as mulheres.

Entretanto, a organização das mulheres dentro do MST e suas reivindicações não foram priorizadas pelo movimento no seu início (DEERE, 2004), tampouco, constituíram unanimidade no seu interior (PINASSI, 2010), sendo que a abertura dos espaços para o debate de gênero foi construída pelas mulheres, desde a base, a partir das vivências e conflitos (DE SANTO, 2016).

Por ser um movimento que se organiza a partir da luta de classes, por muito tempo as instâncias de direção do MST consideraram as questões de gênero como pautas secundárias, que se tratadas como prioridade, seriam responsáveis por uma divisão dentro do movimento (MST, 2018). A crença era de que a igualdade entre os gêneros aconteceria naturalmente com o triunfo da classe trabalhadora e que a luta de classes, portanto, deveria estar em primeiro plano.

Essa perspectiva, contudo, jogava às sombras a exploração e invisibilização sofridas pelas mulheres. Nesse contexto, assim como ocuparam a terra, as camponesas que se organizavam no MST também tiveram que se mobilizar para poder ocupar os espaços de poder, de fala e de representação, muitas vezes à contragosto dos próprios companheiros (FURLIN, 2013). Desde o início de sua organização, elas tensionaram reflexões e criaram debates sobre as questões de gênero dentro do movimento, numa tentativa de romper as cercas da subalternidade.

Ainda que as aspirações feministas (CAPPELLIN, 1990) de luta pela valorização e pela igualdade estejam presentes como prática política desde o princípio da organização das mulheres dentro do MST, não foi de imediato que as sem terra se declararam ou se reconheceram como feministas. Essa resistência ao feminismo, que é comum à grande maioria dos movimentos de mulheres rurais (SANTOS, 2019), se deve a diferentes fatores que se apresentavam como inibidores: a marca urbana que o movimento feminista carrega; a deturpação e atribuições pejorativas ao termo feminismo; a presença e influência da igreja no

processo de organização das mulheres rurais e a dificuldade do próprio movimento feminista de acolher as demandas das mulheres do campo.

Ainda assim, conforme destaca Ândrea Batista (2017), as mulheres que se organizam nos movimentos sociais rurais, no decorrer de sua trajetória, vão se dando conta de que embora existam muitos feminismos com os quais não se identificam, elas também fazem parte de uma luta maior com vistas à libertação da mulher. Para dar continuidade e ampliar essa luta que elas travam cotidianamente em seus movimentos, as camponesas consideravam necessário construir um diálogo com as especificidades das bases do movimento camponês internacional e que fosse coletiva.

Uma construção própria que apontasse as demandas, lutas e perspectivas dessas mulheres que vivem no campo. Um feminismo que falasse de uma nova relação entre seres humanos e natureza, que lutasse para desconstruir as relações hierárquicas e patriarcais entre homens e mulheres, que questionasse a sociedade de classes apontando os percalços do trabalho reprodutivo no campo, que valorizasse o trabalho das mulheres na reprodução das sementes crioulas, no reconhecimento das plantas medicinais e da saúde integral, na produção alimentar.

Numa perspectiva continental latino-americana, as mulheres camponesas foram se organizando a partir de suas distintas realidades, mas com a necessidade comum de enfrentar a origem da opressão de gênero, que está no cerne da sociedade de classes. Essa organização parte de um entendimento comum de que o capitalismo, através do patriarcado, foi historicamente relegando as mulheres à condição de subalternidade e desvalorizando o seu trabalho e que romper com esse sistema é a única forma de construir outro mundo possível, com novas mulheres e novos homens, capazes de construir relações sociais mais igualitárias (MST, 2018).

É assim, lutando pela construção de um modelo de sociedade alternativa à capitalista e por reconhecimento e protagonismo dentro e fora do MST, que as mulheres sem terra se articulam com camponesas de outras organizações que integram a Via Campesina - articulação mundial de camponeses -, e a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) - instância da articulação em nível continental -, para, juntas, forjarem o **feminismo camponês e popular**, ou seja, um feminismo construído a partir da própria realidade das mulheres do campo que se constitui como um instrumento político na busca pela emancipação das camponesas.

Como aponta Andrea Francine Batista (2019), essa elaboração é recente e está em processo de construção, mas, em suma, “prefigura seus fundamentos calcados num feminismo

de classe, num feminismo socialista, anticapitalista, que discute e potencializa as particularidades da luta camponesa sob o horizonte histórico do socialismo (BATISTA, 2019, p. 294).

As mulheres do campo, através dos seus movimentos, vão estabelecendo um conjunto de lutas contra as opressões e a exploração e se afirmando como feministas. Elas estão construindo o feminismo no campo e trazem junto o combate à violência dirigida às mulheres, a busca por novas relações entre homens e mulheres, pelo direito à participação e organização política, sem deixar de lutar pela soberania alimentar, por um modo de vida e de produção agroecológicos, pela preservação dos recursos naturais e pela reforma agrária.

No Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por ser um movimento autônomo de mulheres rurais que desde 2010 se assume como um movimento feminista (BETTO e PICCIN, 2017) é uma das principais organizações que atuam na construção do feminismo camponês e popular. No âmbito do MST, essa tarefa fica a cargo do Setor de Gênero, instância responsável por formular e sistematizar as discussões referentes à situação das mulheres na sociedade e no MST, que leva para dentro do movimento os debates sobre essa perspectiva do feminismo que surgiu para nomear as lutas históricas das camponesas. É a partir desta observação que surge a principal pergunta desta pesquisa: **como o feminismo camponês e popular está sendo construído dentro do MST, um movimento misto composto por mulheres e por homens?**

Esse questionamento é também produto de nossa trajetória pessoal e acadêmica e da relação com as mulheres do MST, especialmente aquelas que são assentadas na antiga Fazenda Annoni, localizada em Pontão (RS), que se estreitou a partir de 2015, quando começamos a participar de cursos de formação organizados pelo movimento. O contato mais próximo com as mulheres sem terra colocou-nos frente a frente ao seu potencial organizativo, protagonismo e firmeza na luta pela terra e, ao mesmo tempo, nos mostrou as contradições que elas enfrentam dentro de um movimento que, por mais que tenha como horizonte a transformação social e a construção de um novo homem e de uma nova mulher, carrega em seu seio as contraditórias relações sociais estabelecidas historicamente entre os gêneros.

Desenvolver uma pesquisa científica em um período de pandemia foi um desafio. Isso porque o processo de ir a campo para coletar os dados a serem analisados precisou ser adaptado. Os encontros e conversas com as mulheres camponesas, aguardados sempre com

muita expectativa, precisaram ser mediados por telas, há quilômetros de distância, sem a possibilidade da acolhida e do abraço caloroso de sempre. Apesar disso, o afeto e a disponibilidade das mulheres sem terra para responder perguntas, indicar leituras e contar suas histórias possibilitou que chegássemos até aqui.

Desde o princípio, optamos por realizar essa pesquisa a partir da metodologia qualitativa, pois partilhamos da ideia de que esse tipo de análise consegue enfatizar as especificidades de um fenômeno, em termos de suas origens e razão de ser (MINAYO, 2010). Como aponta Maria Cecília de Souza Minayo (2010), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e, nas ciências sociais, ela se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, uma vez que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Na intenção de responder aos questionamentos que balizaram essa proposta de trabalho, inicialmente realizamos uma revisão bibliográfica sobre o feminismo camponês e popular, a fim de compreender suas origens, suas principais bandeiras e como ele vem sendo construído pelas mulheres que integram os movimentos sociais do campo no âmbito da Via Campesina. Posteriormente, através de uma nova revisão de literatura e da coleta de dados junto a documentos e publicações oficiais do MST, sintetizamos diferentes momentos do processo de construção do protagonismo das mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Nessa etapa realizamos uma análise documental, método que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). Investigamos principalmente as publicações oficiais do MST, como o Jornal Sem Terra, as cartilhas de formação e os conteúdos que estão disponíveis no site do movimento. A intenção foi evidenciar a reflexão da militância das sem terra na busca pelos direitos das mulheres, chamando a atenção para o fato de que ainda que o reconhecer-se enquanto feministas seja um fato novo e em construção dentro do movimento, desde o início as camponesas se organizam na luta pela emancipação feminina.

Por fim, fomos a campo, ainda que de maneira virtual, para coletar os dados primários (BRUMER et. al, 2008). Nesta etapa, realizamos cinco entrevistas semiestruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, com mulheres dirigentes do MST em nível estadual e nacional, e com camponesas que integram a base do movimento. Todas as entrevistas foram videogravadas e transcritas, de modo a preservar sua literalidade. As questões aplicadas foram elaboradas com a finalidade de compreender como acontece o processo de reconhecimento do

feminismo dentro do movimento e como está acontecendo a construção do feminismo camponês e popular dentro do MST.

Esta técnica de coleta de dados permitiu uma cobertura mais profunda sobre o assunto, favorecendo respostas espontâneas, e proporcionou abertura e proximidade maior entre entrevistadora e entrevistadas, possibilitando que se abordassem assuntos mais complexos e delicados, como por exemplo os machismos cotidianos que ainda são presentes dentro do movimento. Esse fator se mostra de extrema importância, uma vez que o paradigma do associativismo presente nos movimentos sociais tende a focar na construção da unidade entre os sujeitos através de processos que muitas vezes minimizam hierarquias e assimetrias nas relações entre os sexos. Como aponta Mary Castro (2000), em nome da unidade, da imagem dos assentamentos e da vida comunitária, necessárias, de fato, à construção de forças sociais alternativas, evitam-se tensões e imagens negativas.

Soma-se às técnicas de coletas de dados já citadas a observação participante no Encontro das Mulheres Sem Terra de Pontão, realizado em julho de 2019 no assentamento da Fazenda Annoni, e no I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, que aconteceu em março de 2020, em Brasília. Nesses dois momentos, o feminismo camponês e popular foi tema de debates por meio dos quais se elencaram diretrizes, fator que evidencia o processo de construção coletiva através do qual essa abordagem teórico-metodológica do feminismo vem sendo construída. Durante os dois eventos, na condição de pesquisadora participante, acompanhamos as mesas de debates, participamos de minicursos oferecidos e nos envolvemos nas dinâmicas realizadas, inclusive aquelas que diziam respeito à divisão das tarefas para o bom andamento das atividades. Essa escolha metodológica nos permitiu uma aproximação horizontal com as mulheres sem terra, fator que contribuiu para o desenvolvimento do trabalho.

Mas, quem são as mulheres que integram a pesquisa? Para esse trabalho, entrevistamos cinco mulheres que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dessas, duas desempenham tarefas junto à direção do movimento e três que não ocupam funções de dirigentes. As camponesas que atuam como dirigentes estão ligadas ao Setor de Gênero estadual e à Coordenação Nacional do MST. Já as que não integram instâncias de coordenação, são assentadas na antiga Fazenda Annoni, localizada no município de Pontão (RS). Além da proximidade pessoal desta pesquisadora com as mulheres sem terra que lá residem, estabelecida através da participação em cursos e espaços de formação, a escolha do local pode ser justificada pelo fato de esse ser considerado “berço” do MST, uma

vez que foi sede da primeira ocupação realizada por famílias organizadas em forma de movimento.

Consideramos importante ouvir os pontos de vista de mulheres que desempenham sua militância a partir de lugares diferentes dentro do movimento pois acreditamos que as distintas formas de atuação impactam diretamente no ponto de vista das mulheres acerca da temática desta pesquisa, sendo imprescindível, assim, levar em conta a heterogeneidade de perspectivas presentes na categoria “mulher sem terra”.

As camponesas entrevistadas - tanto as da coordenação quanto as da base -, foram escolhidas a partir do critério de possibilidade de acesso da pesquisadora às mesmas, e compõem, assim, uma amostra não probabilística ou amostra por conveniência. Carlos Ochoa (2015) pontua que essa técnica é muito comum em pesquisas qualitativas e consiste em selecionar uma amostra da população que seja acessível, ou seja, pessoas que estejam prontamente disponíveis para responder as perguntas.

Através das narrativas expostas pelas mulheres sem terra entrevistadas, buscamos apresentar quais as principais delineações do feminismo camponês e popular dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2 FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: AS VOZES QUE VÊM DAS MULHERES DO CAMPO

Na década de 1980, no contexto de abertura democrática, o feminismo no Brasil entrou em uma fase de efervescência na luta pelos direitos das mulheres. Diferentes grupos e coletivos foram criados em todas as regiões do país tratando de uma gama ampla de temas, que vão desde o combate à violência contra a mulher até a liberdade sexual (PINTO, 2010). É a partir desse momento que as reivindicações das mulheres rurais despontam no debate público. Isso não quer dizer, contudo, que as camponesas estavam desmobilizadas. Desde os anos de 1950, elas integravam as Ligas Camponesas, organizações que entre as décadas de 1950 e 1980, denunciavam as situações de violência que enfrentavam os trabalhadores do campo e pautavam o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária (SILVA, 2017).

Dissertando sobre a presença das mulheres nas Ligas, Edcleide da Rocha Silva e Déborah Santos (2020) destacam a trajetória de Elizabeth Teixeira, que após o assassinato de seu companheiro João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sepé da Paraíba, teve um papel histórico na luta das mulheres do campo em defesa da vida, da classe camponesa e da marca pela reforma agrária. Juliana Ferreira Alves (2016) destaca que, além de Elizabeth, haviam outras mulheres que lutaram nessas organizações contra os abusos dos latifundiários e, a partir de 1964, contra a ditadura militar. Para a autora:

[...]a força feminina presente no interior das ligas, dos movimentos sociais e políticos fizeram delas militantes de esquerda capazes de derrubarem cercas para combater a opressão da aristocracia agrária, pegar em armas para lutarem contra o autoritarismo de um regime antidemocrático e desse modo simultaneamente romper com o papel social de gênero imposto a elas por uma sociedade culturalmente patriarcal. (ALVES, 2016, p. 1214)

No contexto da redemocratização, ancorados e influenciados pela experiência formativa das Comunidades Eclesiais de Base¹ e da Comissão Pastoral da Terra², diferentes

¹As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organizações ligadas à Igreja Católica e incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial compostas principalmente por membros das classes populares e despossuídos. As CEBs atuam por um modelo de Igreja cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social e com as misérias cotidianas.

²A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). A organização nasceu no

movimentos sociais do campo são criados e tornam-se novos espaços para a organização das mulheres rurais. Dentre eles estão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que anos depois passaria a se chamar Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Sônia Fátima Schwendler (2017), destaca que a organização das mulheres camponesas nesses movimentos traz presente, desde o início de sua formação, a influência do pensamento feminista. Em suas lutas por participação política, pelo reconhecimento como trabalhadoras do campo e por direitos de cidadania, elas colocam em pauta práticas e posturas feministas, uma vez que questionam a desigualdade de direitos entre os gêneros, a invisibilidade do trabalho feminino e a organização da sociedade que designa as mulheres à condição de subalternas.

De acordo com Valdete Boni (2013):

As questões ligadas aos direitos trabalhistas eram urgentes e foram colocados em primeiro plano, mas acabaram por suscitar questões mais abrangentes, não somente em relação à discriminação das mulheres, mas também ao receio de enfrentá-la. A participação nos movimentos estimulou muitas mulheres a vencer o medo de enfrentar maridos e comunidades machistas. Assim, agricultoras se tornaram lideranças políticas, contrariando os próprios “companheiros” que não acreditavam em suas forças. (BONI, 2013. p. 85).

Desse modo, ao se organizarem politicamente em espaços exclusivos, as mulheres rurais formulam e apresentam, “[...] plataformas de reivindicações que buscam articular as lutas contra a expropriação da terra e a exploração do trabalho por meio das quais denunciam (...) as formas específicas de opressão, próprias à condição de gênero, expressando, assim, aspirações feministas” (CAPPELLIN, 1990, p. 19).

Contudo, ainda que apresentassem reivindicações semelhantes àquelas que eram defendidas pelas feministas, a aproximação das camponesas com o movimento era limitada especialmente por dois fatores: uma marca de origem do movimento feminista como algo ligado às mulheres urbanas, brancas, ocidentais e de classe média e a pauta que perpassa diferentes correntes do movimento de que é preciso romper com a ideia considerada essencialista de ligação da mulher com a natureza, assunto que para as camponesas é muito caro (PAULILO, 2016).

contexto da ditadura militar como resposta à situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, explorados em seu trabalho e expulsos das terras que ocupavam. Inicialmente vinculada à Igreja Católica, ao longo dos anos a CPT adquire caráter ecumênico, incorporando agentes de outras igrejas cristãs.

Conforme aponta Sônia Fátima Schwendler (2017), na década de 1980, momento em que muitos movimentos sociais do campo foram fundados, a agenda feminista que ganhava espaço no debate público era fortemente marcada por uma visão eurocêntrica, urbano-industrial, em que as questões étnico-raciais e, principalmente, a forma de organização e luta das mulheres quilombolas, camponesas e indígenas, ocupavam um espaço marginal. Essa agenda feminista, que ainda hoje é amplamente difundida, preocupava-se majoritariamente com as demandas das mulheres urbanas, discutindo questões como o ingresso feminino no mercado de trabalho, a igualdade de salários e o acesso à educação, e não dava conta de discutir particularidades das mulheres do campo, como, por exemplo, a desvalorização do trabalho de reprodução familiar realizado por elas e as barreiras que as impossibilitavam de ter direito à terra (SANTOS, 2019). As demandas das camponesas permaneciam invisíveis. Em suma, falam das mulheres a partir de um prisma global, sem uma especificidade da realidade própria das mulheres camponesas (SEIBERT, 2017). Tudo isso gerava um distanciamento das mulheres rurais em relação ao feminismo.

A partir da metade da década de 1980, uma aproximação entre grupos feministas e as alas mais progressistas da Igreja Católica - representadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que eram orientadas pela Teologia da Libertação³, faz com que ocorra uma abertura gradual das camponesas aos debates tradicionalmente feitos dentro do movimento feminista. Como aponta Vilênia Aguiar (2016), as ideias feministas penetraram nos espaços conformados pela CEBs e alimentaram as reflexões feitas pelas mulheres rurais sobre a sua condição social. Paulatinamente, em seus espaços de estudo e formação, as mulheres rurais passam a refletir sobre questões de gênero, sexualidade, direito à participação produtiva e política e direito ao corpo (SANTOS, 2019). Sônia Fátima Schwendler (2017) argumenta que o contato com as leituras e debates feministas, especialmente em relação as questões de gênero, foi crucial para que elas assumissem um discurso de matriz feminista no interior do movimento camponês, mesmo que naquele período ainda não se reconhecessem como tal.

Esse processo de aproximação entre as camponesas e o feminismo acontece em meio às transformações internas no movimento feminista. Nos últimos anos da década de 1980, o movimento vive um período de transição entre o que são consideradas como segunda e

³A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina em 1961, por ocasião do Concílio Vaticano II. Essa corrente parte da premissa de que o Evangelho exige opção preferencial pelos mais pobres e oprimidos. No Brasil, a Teologia da Libertação se manifestou mais fortemente através da ação pastoral das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra, organizações que foram fundamentais no processo de criação dos movimentos sociais do campo (MENEZES NETO, 2007).

terceira onda do feminismo⁴. Na segunda onda, organizadas a partir do lema “o pessoal é político”, as feministas reivindicavam igualdade, questionando os padrões sociais que atribuem a homens e a mulheres papéis específicos nas relações afetivas, na vida política e no trabalho, o que estaria na base da preservação de desigualdades (PINTO, 2010). Nesse período, os debates realizados pelo movimento são focados no espaço privado do lar, local de onde emanariam todas as relações de poder entre os sexos que impedem a fruição dos direitos e o avanço das conquistas das mulheres.

No entanto, como aponta Ana Paula Martins (2015), a disseminação das ideias da emancipação feminina propostas pela segunda onda trouxe consigo uma série de questionamentos sobre a materialidade desses sujeitos do feminismo, com destaque para aqueles que apontavam para a necessidade de reflexão sobre os limites da identidade política das mulheres no processo de reivindicação e exercício de direitos. Quem são essas mulheres? Quais são as suas experiências? Todas têm as mesmas demandas? É assim que inicia uma transição gradual do feminismo no singular para os feminismos no plural, característica marcante da terceira onda.

Com o reconhecimento de que o sujeito “mulher” não pode ser enquadrado em uma categoria monolítica, acontece a incorporação de uma variedade de discursos no interior do campo teórico feminista, que começa a dar visibilidade à heterogeneidade desse sujeito e a valorizar as experiências que essas pessoas vivenciam no mundo. Como destaca Ana Paula Martins (2015):

[...]as feministas da terceira onda foram capazes de afirmar a necessidade da articulação das diversificadas posições de sujeito e, a um só tempo, reconhecer tanto o caráter histórico-discursivo da categoria “mulheres”, quanto o potencial positivo das heterogeneidades e pluralidades (MARTINS, 2015, p. 238)

A aproximação entre as mulheres rurais e o feminismo acontece, portanto, nesse período de transição e deslocamento do movimento feminista de uma perspectiva singular

⁴Importante destacar que o debate sobre as chamadas ondas do movimento feminista não é unanimidade entre as pensadoras e pesquisadoras. Ao mesmo tempo em que a ideia de dividir o movimento em ondas viralizou e existem pensadoras que caracterizam o que seriam a primeira, segunda, terceira e uma possível quarta onda do feminismo (BUARQUE DE HOLLANDA, 2018), existem aquelas que criticam a ideia de linearidade que essa divisão representa. Esse debate ganhou maior visibilidade a partir da ascensão dos chamados feminismos do sul global, especialmente os feminismos indígenas e decolonial, que chamam a atenção para as falsas ideias de homogeneidade impostas pelo feminismo eurocêntrico. Neste trabalho, apontamos que a definição em ondas tem um propósito analítico, pois acreditamos que em todo o período desde seu surgimento o feminismo responde a múltiplas demandas de diferentes grupos de mulheres, e a efetivação de direitos proposta pelo movimento ocorre com avanços e retrocessos, em momentos e condições diferentes, moldada por fatores sociais e históricos de cada continente, país ou região.

para uma perspectiva plural. É importante destacar, contudo, como apontam Michela Calaça, Isaura Isabel Conte e Catiane Cinelli (2018) que “não foi ninguém que buscou convencer as camponesas de que sua luta era feminista, foi a luta e análise da sua própria realidade que as levou a perceberem-se como parte de um instrumento maior de luta das mulheres” (CALAÇA, CONTE e CINELLI, 2018, p. 13). O contato com os debates contribuiu para o despertar de uma consciência feminista entre as camponesas e as colocou diante da tarefa de construir, juntamente com os demais movimentos de mulheres, uma luta coletiva com vistas à superação das estruturas que oprimem as mulheres (SEIBERT, 2019).

Porém, o feminismo enquanto movimento “ainda aparecia, para a maioria delas [mulheres rurais], como algo externo, do mundo urbano, acadêmico e de classe média” (BUTTO, 2017, p. 250). Como aponta Nalu Faria (2006), entre as mulheres pobres que integram os setores populares, como é o caso da maioria das mulheres rurais, havia a percepção de que o feminismo era um movimento intelectualizado, que não conseguia assimilar os significados das práticas feministas realizadas por elas em suas lutas cotidianas, suas experiências de formação e suas articulações dentro dos movimentos que integravam.

Por começarem a se reconhecer como feministas, mas não se sentirem contempladas pelos discursos e proposições hegemônicas do movimento, as camponesas organizadas em movimentos sociais rurais passaram a se dedicar à construção de uma perspectiva do feminismo que apresenta delineações particulares: trata-se do feminismo camponês e popular, que surge como forma de nomear as lutas há muito tempo travadas por elas. Esse feminismo é construído a partir da identidade de camponesas que precisam combater as questões de classe e lutar contra a opressão de gênero em uma estrutura tradicionalmente patriarcal, como é o meio rural (BONI, 2013; SCHWENDLER, 2017; SANTOS, 2019).

Refere-se a um modelo de feminismo que se adequa às necessidades das mulheres rurais, “de luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas” (BONI, 2013, p. 86). Essa perspectiva do feminismo não é compreendida pelas ativistas camponesas apenas como um modismo passageiro, mas adquire o sentido de um projeto emancipatório responsável por novas práticas e conhecimentos; uma ação coletiva integrada a uma transformação mais ampla, que inclui as relações de gênero e outras relações sociais e dialoga com as especificidades do espaço rural.

Lo que está en construcción es un feminismo campesino y popular que se posiciona como clasista y revolucionario, que lucha mano a mano con los distintos géneros por una liberación global, política, económica, social, cultural de todas y todos los que se sienten afectados por este sistema. Un feminismo revolucionario, nos pone en un lugar específico dentro de la sociedad. Nos pone no sólo atentos y atentas ante las relaciones asimétricas del género, sino que nos ubica en nuestro accionar de confrontación y en nuestras prácticas cotidianas. (CASTRO, 2015, pg. 65)

Conforme apontam Michela Calaça e Eridiane Seibert (2018), esse feminismo se ancora em três elementos principais: a) a luta de classes (pois entendem que a superação da sociedade capitalista é a única forma possível de construir real liberdade para todas as pessoas, em especial para as mulheres); b) a luta feminista pelos direitos e autonomia política das mulheres; c) a luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica.

Diante disso, neste capítulo, apresentamos uma sistematização dessa recente – e em construção - perspectiva teórico-metodológica do feminismo, que tem emergido em discursos de mulheres de movimentos sociais do campo.

2. 1 CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DO “FEMINISMO QUE NASCE NA HORTA”⁵

O feminismo camponês e popular se define como uma teoria social e um projeto político em construção da Articulação de Mulheres da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), um dos principais pilares da Via Campesina⁶ (BARBOSA, 2019). Fundada em 1994, durante o I Congresso Latino-americano de Organizações do Campo, em Lima (Peru), a CLOC é uma organização que agrupa atualmente dezenas de movimentos camponeses de sem terra, de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores rurais, de mulheres do campo e de indígenas de quase todos os países da América Latina e do Caribe. Conforme apontam José Seoane e Clara Algranati (2015), a entidade orienta seus esforços na construção de um projeto popular e independente que preserve a soberania sobre a terra e os territórios, reclame a soberania alimentar e a conservação do meio ambiente e resgate o conhecimento, o legado cultural e os valores dos povos originários e das comunidades camponesas.

⁵Referência ao artigo escrito por Maria Ignez Paulilo (2016), “Que feminismo é esse que nasce da horta?”.

⁶A Via Campesina foi criada em 1992, durante o II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos, realizado na Nicaragua. Nasceu com objetivo de ser oposição e resistência às políticas neoliberais implementadas, especialmente, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (SEPÚLVEDA, 2012; FERNANDES, 2015) Trata-se de uma articulação mundial de movimentos camponeses que atua em escala regional e nacional, em várias partes do mundo: Europa do leste, Europa do oeste, nordeste e sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África. Na América Latina e no Caribe, os movimentos que integram a Via Campesina se reúnem na Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC).

Já durante o Congresso de fundação da CLOC, em 1994, uma Articulação de Mulheres⁷ foi constituída dentro da organização, com o objetivo de estimular uma maior participação política feminina e pautar a construção de um olhar próprio como camponesas acerca da temática da terra, do território e da reforma agrária. Conforme apontado por Lia Pinheiro Barbosa (2019), na declaração apresentada ao final do primeiro Congresso da CLOC, a Articulação de Mulheres afirma que trabalhará “[...]por uma mística latino-americana que supere todo tipo de discriminação e violência contra a mulher, facilitando e apoiando sua participação ativa e com direitos iguais aos do homem nas diferentes instâncias de decisão” (BARBOSA, 2019, p.209). Conforme aponta a autora, para elas, o enfoque de gênero e a paridade de participação eram imprescindíveis à sua estratégia política.

Ao incorporar, desde seus primeiros anos de existência, o conceito de gênero como categoria teórica e a defesa da igualdade de gênero como bandeira de luta, a Via Campesina e a CLOC foram gradualmente gerando mudanças no interior dos movimentos que delas fazem parte (SCHWENDLER, 2017). Gema Esmeraldo (2013) aponta que o debate em torno desses temas contribuiu para diminuir a resistência dos homens no interior das organizações e para avançar no desenvolvimento das lutas específicas de gênero, chamando atenção para a sua relação com a luta de classes. Além disso, conforme destaca Sônia Fátima Schwendler (2017), as discussões sobre as desigualdades de gênero fomentaram a paridade nas direções dos movimentos sociais mistos, em nível local e transnacional; colocaram a temática de gênero e a violência contra a mulher como elementos centrais na construção do modelo de soberania alimentar introduzido pela Via Campesina e trouxeram o debate do feminismo para dentro do movimento camponês.

O amadurecimento desses debates ao longo dos anos seguintes, tanto no interior de cada movimento quanto em âmbito de organização, abriu espaços de reflexão a partir dos quais as ideias estruturantes do Feminismo Camponês e Popular foram gestadas. Assim, em 2010, durante a IV Assembleia da Articulação das Mulheres do Campo, realizada no Equador, a CLOC assumiu publicamente essa nova perspectiva do feminismo como sua prática política. Por meio da declaração final do evento, a organização destacou que assume um feminismo camponês, popular, com identidade e revolucionário como marco de uma concepção própria de feminismo, “compreendida como estratégia política para a emancipação das mulheres

⁷A Articulação de Mulheres do Campo foi criada também em 1994, pelas mulheres que integram a CLOC. Seu objetivo é promover espaços permanentes de mobilização, organização, articulação e formação política em torno a sua condição de mulheres do campo, em suas próprias comunidades e famílias, bem como em relação à transversalidade do gênero em todos os espaços políticos e de direção CLOC/Via Campesina.

frente ao patriarcado e à ofensiva do capital transnacional no campo que atenta, diretamente, sobre suas vidas, seus corpos e seus territórios” (BARBOSA, 2019, p. 202).

Michela Calaça, Isaura Isabel Conte e Catiane Cinelli (2018) destacam que por conta das discussões realizadas durante a Assembleia da Articulação de Mulheres e do teor da declaração publicada ao final do evento, 2010 é considerado um marco na discussão sobre o feminismo camponês e popular, já que naquele ano o termo foi proposto como síntese da construção do feminismo praticado pelas mulheres do campo: uma perspectiva que alia a luta pela emancipação política das mulheres à defesa dos direitos da terra como fonte reprodutora da vida.

Depois da Assembleia, de volta ao seio dos seus movimentos, as camponesas passaram a discutir em seus espaços de debate e formação política como esse feminismo reivindicado por elas seria construído (MMC, 2019). Cinco anos mais tarde, em novembro de 2015, o acúmulo das reflexões feitas ao longo dos processos de elaboração e formulação política começou a ser discutido de forma conjunta, no âmbito da CLOC/Via Campesina. Naquele ano foi realizado em Luziânia (GO) o I Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Organizado pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)⁸ - uma das principais organizações brasileiras que reivindicam para si essa nova forma de ver e fazer feminismo -, o encontro contou com a participação de diversos movimentos que integram a Via Campesina e representou um momento de debates e reflexões acerca de quais seriam as diretrizes deste feminismo (MMC, 2019).

A II e a III edições do Seminário foram realizadas em março de 2016 e setembro de 2017, respectivamente, com a participação de mulheres de movimentos sociais do campo do Brasil, do Paraguai, da Bolívia e de Moçambique (MMC, 2019). Os debates realizados pelas camponesas ao longo das três edições do Seminário foram sintetizados em uma cartilha publicada pelo MMC. Além de relatar os caminhos percorridos pelas mulheres dos movimentos sociais do campo até a constituição do feminismo camponês e popular, a publicação permite compreender alguns eixos de atuação dessa nova perspectiva do feminismo.

Conforme apontado na cartilha,

O Feminismo Camponês e Popular é a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, pois é nele que as mulheres do campo se percebem

⁸O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi criado oficialmente em 2004, como resultado da união de diversos movimentos de mulheres do campo que desde a década de 1990 se organizavam na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade. É não aceitar a sociedade que nos diz que é assim mesmo a vida das mulheres, é normal viver violência, ser discriminada, ser excluída e que não há como mudar esta situação. As camponesas em luta e organização demonstraram que sim é possível transformar a realidade, ser autônomas para fazer as escolhas sobre sua vida, decidir como produzir alimentos no campo e como viver nele, que é possível construir novas relações entre mulheres e homens, relações de igualdade, e novas relações entre os seres humanos sem exploração de classes, de raça e de gênero (MMC, 2018, p.30)

Em 2017, durante a VII Conferência Internacional da Via Campesina, a Articulação de Mulheres do Campo apresentou os aportes do feminismo camponês e popular na estratégia política para a emancipação das mulheres da CLOC na América Latina e Caribe como uma construção permanente e conjunta à luta da Via Campesina. Lia Pinheiro Barbosa (2019) destaca que

A Articulação de Mulheres do Campo da CLOC defende que a estratégia política para superação do capitalismo e do patriarcado, bem como na transição ao socialismo prescinde do reconhecimento do feminismo como uma teoria social e projeto político. Daí que as principais consignas do Feminismo Camponês e Popular sejam “Sem Feminismo, não há Socialismo” e “Sem Feminismo, Não há Agroecologia” (BARBOSA, 2019, p. 212).

Lia Pinheiro Barbosa (2019) aponta, ainda, que a concepção de feminismo camponês e popular incorpora matrizes de reflexão coletiva das mulheres do campo: “*camponês*, porque se reconhecem como classe trabalhadora do campo, com um *ethos* identitário e político com a terra e o território; *popular*, por ser uma construção coletiva das organizações do campo popular” (BARBOSA, 2019, p. 2010), e não obra de uma corrente de pensamento ou de uma teoria do feminismo.

O caráter popular desta perspectiva pode ser compreendido como uma proposta política construída a partir dos setores populares que pretende colocar em pauta o debate sobre a unidade na diversidade que compõe a classe trabalhadora e o próprio campesinato (SCHWENDLER, 2017; CALAÇA, CONTE e CINELLI, 2018). Como aponta Andrea Butto (2017), não se quer articular o feminismo camponês com todo o movimento feminista, “o que pretendem é, a partir dele, construir um campo político de alianças no qual também a adesão às transformações das relações de classe ganha centralidade” (BUTTO, 2017, p. 249). Ou seja, não está no horizonte político do feminismo construído pelas camponesas uma articulação com correntes do feminismo liberal, por exemplo. O que se almeja é uma

articulação com movimentos de caráter popular que sejam atentos às disputas de classe e dispostos a construir alternativas de sociedade que se distinguem do modelo capitalista.

No que diz respeito à adoção da identidade camponesa, é possível verificar que as mulheres dos movimentos que compõem a Via Campesina entendem que esse processo assume um significado de resistência (SANTOS, 2019). Como apontam Catiane Cinelli e Elisiane de Fátima Jahn (2011), quando o modelo de produção capitalista chega e se impõe no meio rural, o pacote tecnológico tem como único objetivo a geração de lucros e tira o direito das camponesas e camponeses de cuidarem da terra como um bem comum. Em contraponto a isso, a identidade camponesa se constrói respeitando aspectos históricos e ancestrais, passados de geração para geração, que orientam a reprodução da vida e a compreensão dos ciclos produtivos da terra.

Assim, ao assumirem a identidade camponesa, “as mulheres afirmam que trazem uma herança de valores e cuidados com a terra vindos dos antepassados, que cuidavam e produziam as próprias sementes, pois nessas está a essência da vida” (CINELLI & JAHN, 2011, p. 91). Posto isso, o que Valdete Boni (2013) destaca é que identidade camponesa tem a ver com o projeto de sociedade que essas mulheres almejam, diretamente relacionada com a produção de alimentos saudáveis.

O reconhecimento enquanto camponesas, com um *ethos* identitário e político ligado à terra, parte, portanto, da concepção de campesinato que tem orientado a visão dos movimentos sociais ligados à Via Campesina e, por consequência, formado a base para o feminismo camponês e popular. Conforme destaca Marciano Silva (2011),

A identidade camponesa é o reconhecimento do que o identifica, do que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida.[...] É no aprendizado sobre o funcionamento dos ciclos naturais – de quando chove ou faz seca, sobre as plantas que ali crescem ou os animais que por ali vivem – que nasce e se desenvolve o conhecimento sobre essa diversidade, e que tradicionalmente é repassado de uma geração a outra. (SILVA, 2011, p. 453).

Tratando do feminismo camponês e popular, Valdete Boni (2013) pontua que o termo camponês englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas,

bem como a associação entre as atividades de subsistência e comercialização que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e à produção de alimentos.

Ao assumirem sua identidade como camponesas que integram movimentos populares e, a partir dela, proporem uma forma particular de atuação feminista, as mulheres rurais denunciam as correntes que defendem argumentos evolucionistas da cidade em relação ao campo, como se as camponesas precisassem ser ensinadas sobre o que é ser feminista e como enfrentar os problemas de gênero. Muitas vezes, por trabalharem com hortas, sementes e plantas medicinais e por defenderem a natureza, as mulheres rurais são vistas como essencialistas e pouco informadas, como se esse tipo de trabalho não enfrentasse o machismo (CINELLI & CONTE, 2010).

Enquanto algumas correntes do feminismo, especialmente aquelas que lutam por direitos e oportunidades iguais para mulheres e homens, temem reforçar a visão tradicional de que a mulher é essencialmente ligada à natureza enquanto o homem é ligado à cultura, as agricultoras possuem uma visão religiosa da terra, considerando-a “sábua” e “boa” e, por isso, não veem a ligação mulher/natureza como desabonadora (PAULILO, 2016).

Essa relação de reconhecimento e cuidado com o meio ambiente é um elemento característico do feminismo camponês e popular, uma vez que, conforme aponta Sirlei Gaspareto (2017):

O feminismo camponês e popular se expressa pela preocupação da mulher camponesa com a continuidade da vida, com a vida da família, com o futuro das crianças, com a vida do meio ambiente e do ambiente como um todo. A viabilização da família camponesa está intimamente ligada com a terra, com a água, com as ervas medicinais, com os animais, com o alimento saudável. Há um cuidado para que a natureza continue viva e presente. (GASPARETO, 2017, p. 152)

Iridiane Seibert (2017) argumenta, ainda, que o feminismo construído pelas camponesas se ancora no reconhecimento destas enquanto mulheres que pertencem à classe trabalhadora do campo e que, partindo desta realidade, apresentam reivindicações específicas, como o acesso à terra e à serviços de educação, transporte e saúde no campo.

Isso não quer dizer, contudo, que ao reivindicarem para si outra forma de fazer o feminismo, as camponesas neguem a importância de movimentos históricos, que foram disparadores de diversas lutas. Como destaca Mariana Amaral (2019), essas mulheres reconhecem a contribuição histórica da teoria feminista, mas se posicionam de forma muito demarcada contra o sistema capitalista, reivindicando a transformação estrutural do sistema mundial capitalista e a construção de uma sociedade socialista.

Na construção do feminismo camponês e popular, a partir de nossa evolução e definição política, propusemos levantar com força a proposta de que desde nossa diversidade e auto-reconhecimento construamos o compromisso político de uma identidade feminista, camponesa e popular. Embora o feminismo tenha diversas visões, reconhecemos a partir das organizações camponesas que o feminismo tem prestado contribuições valiosas para transformar a vida das mulheres em nível político, social e econômico. Para a CLOC – Via Campesina esse esforço se torna uma ação política que é também dirigida à formação de uma sociedade socialista. (VI Assembleia de Mulheres da CLOC - Via Campesina, 2019)

A luta anticapitalista e pela reforma agrária são pautas centrais dos movimentos sociais do campo desde o seu surgimento. O caráter antipatriarcal, contudo, desenvolveu-se paulatinamente, a partir da organização das mulheres. Assim, ao nomear a luta cotidiana das camponesas, o feminismo camponês e popular coloca em destaque as mulheres do campo como sujeitas na luta por transformação social, para o estabelecimento de novas relações de produção, mas também novas formas de relação entre homens e mulheres, que superem a subordinação, a dominação e exploração das mulheres (CALAÇA, CONTE e CINELLI, 2018).

Ísis Táboas (2015) considera que, uma vez que o feminismo camponês e popular se posiciona marcadamente como uma perspectiva feminista anticapitalista e antipatriarcal, ele representa um movimento revolucionário em construção. A fim de compreender o potencial desta perspectiva feminista, elaboramos uma síntese dos seus elementos constituintes.

2.1.1 A centralidade do trabalho

A luta por novas relações de produção no meio rural, que possibilitem que o trabalho realizado pelas camponesas seja valorizado e reconhecido como produtivo, permite perceber que o feminismo camponês popular parte de uma base material, a divisão sexual do trabalho, definida por Danièle Kergoat (2009) como a forma de divisão do trabalho social que se origina nas relações sociais de sexos, histórica e socialmente moldadas. Conforme aponta a autora, a divisão sexual do trabalho tem por característica a determinação prioritária dos homens à esfera produtiva, e das mulheres à esfera reprodutiva. Como no meio camponês, a propriedade familiar, além de ser a unidade de produção, é também o local onde se cultivam alimentos necessários à reprodução da família, as tarefas realizadas pelas camponesas junto à esfera produtiva acabam sendo ainda mais invisibilizadas e consideradas como “ajuda” ao trabalho desenvolvido pelos homens.

Danièle Kergoat (2009), destaca que a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: o primeiro é a separação do que seria considerado “trabalho de

homem” e “trabalho de mulher” e o segundo, ainda mais perverso, é a hierarquização entre o trabalho realizado pelos homens e o realizado pelas mulheres, com supremacia do primeiro. A esses dois princípios, Maria Ignez Paulilo (1987), olhando para a realidade do meio rural, acrescenta a ideia de “trabalho leve” - aquele desempenhado pelas mulheres - e “trabalho pesado” - que seria realizado pelos homens. Em sua pesquisa, a autora demonstra que dentro da divisão sexual do trabalho o significado de “leve” e “pesado” não diz respeito às tarefas mais penosas ou que exigem maior esforço físico, mas está diretamente ligado às lógicas de mercado. O trabalho realizado pelas mulheres é considerado leve pelo fato de valer menos diante dos princípios mercadológicos e não pelo fato de haver alguma leveza em sua realização, muito antes o contrário.

É justamente por isso que o trabalho assume um papel central dentro do feminismo camponês e popular, uma vez que é a partir dele que as mulheres rurais perceberam, ainda nos primórdios de sua organização, o quanto eram desvalorizadas. Conforme apontam Michela Calaça, Isaura Isabel Conte e Catiane Cinelli (2018):

Pensar e construir autonomia na vida das camponesas são atitudes que estão umbilicalmente ligadas à concepção de trabalho. É a partir do trabalho nas unidades de produção, nas águas e nas florestas, que as camponesas se reconhecem como trabalhadoras, percebendo que elas não só contribuem para manutenção das famílias com as tarefas de cuidados, mas também são responsáveis por boa parte do trabalho produtivo, tanto no roçado como nos quintais, contabilizado ou não em horas trabalhadas. (CALAÇA, CONTE e CINELLI, 2018, p. 173)

Sirlei Gaspareto (2017) destaca que o feminismo camponês e popular “chegou para ajudar no reconhecimento das camponesas enquanto mulheres trabalhadoras, que, por meio de sua relação com o trabalho, demarcado pela ‘dupla, tripla, quarta jornada’, lutam pela própria valorização” (GASPARETO, 2017, p. 150). Isaura Conte et al (2021), por sua vez, apontam que quando se fala das mulheres camponesas é preciso ser destacado que elas levam uma vida de trabalho, não raras vezes definidas por elas como “nasci para trabalhar” ou “não sei ler direito porque tive que trabalhar”. Logo, o trabalho, nas inúmeras maneiras que se manifesta no meio rural, é parte constituinte de suas identidades.

O sistema capitalista se ancora na exploração do trabalho e na apropriação privada do trabalho coletivo, a fim de aumentar sua capacidade de acumulação de capital, fator que provoca o aprofundamento das desigualdades sociais (FEDERICI, 2019). Dentro do capitalismo, grande parte do que é realizado pelas mulheres não é considerado trabalho, mas sim, “coisas de mulher” (CINELLI, CONTE e WESCHENDFELDER, 2014) ou “amor”,

forma como comumente se nomeia a responsabilidade das mulheres no cuidado da casa, dos filhos, dos idosos e dos doentes (FEDERICI, 2019). Assim, para que o sistema consiga seguir lucrando com a exploração das mulheres, é importante que elas não se reconheçam como trabalhadoras e que seus trabalhos continuem sendo invisibilizados. Ao dar centralidade ao trabalho como questão basilar à construção da autonomia das mulheres do campo, o feminismo camponês e popular se coloca, portanto, numa posição de enfrentamento direto ao sistema capitalista.

2.1.2 O combate à violência contra a mulher

As camponesas das comunidades rurais, ribeirinhas, das florestas, dos assentamentos e acampamentos são a parcela feminina menos assistidas pelo Estado no que tange ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Como apontado na cartilha sobre feminismo camponês e popular (2018):

Quando a violência se expressa no campo, as dificuldades se ampliam, pois, no campo, muitas vezes não temos vizinhos próximos, as estruturas do Estado de abrigo e acolhimento às mulheres vítimas de violência estão nas capitais, longe do nosso lugar e persiste um enorme desconhecimento das leis que asseguram a mulher o direito de viver sem violência, como também as leis que preservam nossos bens e direitos econômicos em caso de separação do agressor (MMC, 2018, p. 20).

Em uma cartografia da violência sofrida pelas mulheres do campo e da floresta, Vanderleia Laodete Pulga (2010) observou que as camponesas estão submetidas à exploração do trabalho doméstico, à dominação social e à opressão de gênero. De acordo com a autora, as violências cometidas contra elas envolvem desde “cárcere privado à desconsideração do direito de posse de objetos e documentos, passando pela agressão física, abuso sexual, constrangimento e humilhações” (PULGA, 2010, p. 15). André Bueno e Marta Júlia Lopes (2018), apontam, ainda, que a falta de recursos financeiros, de posse de terra e de representação política, por exemplo, retira das mulheres rurais potencialidades para fugir ou mesmo enfrentar eventos violentos. Conforme os autores, "esses aspectos, somados ao isolamento geográfico e à dificuldade para acessar os serviços de proteção, atuam diretamente na constituição da violência intrafamiliar” (BUENO e LOPES, 2018, p. 07).

Em relação às agressões físicas sofridas por mulheres rurais brasileiras, o Caderno de Conflitos no Campo publicado pela Comissão Pastoral da Terra (2018) destaca que entre os

anos de 2009 e 2018, 1.409 mulheres sofreram algum tipo de violência, sendo que dessas 38 mulheres foram assassinadas, 80 sofreram tentativas de assassinato, 409 receberam ameaças de morte, 22 morreram em consequência de conflitos e 37 foram estupradas. A Comissão lembra, contudo, que esses dados são referentes aos casos denunciados, destacando que a dificuldade de acesso aos serviços públicos de assistência social, policial, jurídica e de saúde acarreta a subnotificação (CPT, 2018).

As camponesas que constroem o feminismo camponês e popular compreendem que a prática de diferentes formas de violência contra as mulheres atinge diretamente sua dignidade. Elas argumentam que quem luta pela transformação da sociedade não pode concordar com a violência contra a mulher, e que o Estado deve ser responsável por criar políticas de enfrentamento a essas práticas, tanto no campo quanto na cidade (MMC, 2018). Outro ponto importante a ser destacado é que para as camponesas ligadas aos movimentos sociais do campo, a prática da violência contra a mulher não é algo natural, mas fruto das relações sociais capitalistas e patriarcais:

[...] partimos da compreensão de que a violência contra as mulheres foi construída historicamente com o processo de surgimento da propriedade privada e da descoberta de que os homens tinham um papel na reprodução da humanidade. Assim foi que surgiu o patriarcado, sistema de dominação que atribui ao homem o poder sobre a vida das mulheres, das crianças e dos jovens. Parece que estamos falando de algo antigo, ultrapassado, mas ainda hoje nós mulheres morremos e somos violentadas a partir da lógica do patriarcado. A violência, a discriminação das mulheres não é algo natural, foi naturalizado pelos processos históricos e pelas relações sociais, portanto, precisa ser desnaturalizado e pode e deve ser superado (MMC, 2018.p. 19).

A desnaturalização da violência praticada contra as mulheres passa, necessariamente, pelo reconhecimento e visibilidade dessas práticas. Isís Táboas (2015) destaca que o silêncio forçado, a omissão proposital e a desinformação são instrumentos patriarcais que fortaleceram, ao longo dos anos, a reprodução social da violência de gênero. Soma-se a isso o fato de que a violência cometida contra a mulher no interior do núcleo familiar normalmente é compreendida como um assunto privado. Nesse caso, comumente supõe-se que violência é exercida “apenas no âmbito da privacidade das pessoas, ficando fora do discurso ‘político’ e, portanto, excluído do conhecimento e do debate público” (GAMBA, 2007, p. 358).

Ao elencar como eixo de atuação o combate à violência contra a mulher, especialmente àquelas que moram no campo e nas florestas, as camponesas buscam trazer esse assunto cada vez mais para o debate público, começando pelos movimentos aos quais

fazem parte. Esse desafio foi assumido em âmbito de organização, pela Via Campesina Internacional, através da campanha permanente “Basta de violência contra a mulher”. Por meio dela, a temática passou a “compor a pauta das lutas e mobilizações locais, nacionais, internacionais e um esforço coletivo para a reflexão junto com as mulheres e suas famílias acerca deste fenômeno que vem aniquilando direitos e vidas de milhares de mulheres” (VIA CAMPESINA, 2012, p. 39). A campanha tem como foco central o enfrentamento a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres do campo, mas objetiva, também, dar visibilidade à violência praticada contra as mulheres da classe trabalhadora de um modo geral.

2.1.3 Defesa da agroecologia e da soberania alimentar

A defesa de um modelo de agricultura agroecológica e da soberania alimentar se constitui como outra das principais características do feminismo camponês e popular. A relação de cuidado e de respeito com a terra, sementes, águas e com a natureza como um todo e, a partir dela, a produção de alimentos saudáveis, é apontada pelas mulheres camponesas como elemento base para a constituição de um novo modelo de sociedade. Para elas a agroecologia não é apenas um modo de produção, mas um modo de vida, no qual os saberes tradicionais são valorizados, o ciclo da terra é respeitado e o cultivo de alimentos é feito de forma diversificada e de modo a garantir a soberania alimentar (MMC, 2018).

Eliane Barros (2018) argumenta que a agroecologia pode ser compreendida como um processo que se desenvolve em três eixos: um campo científico, um conjunto de práticas agrícolas e um movimento social. Esse processo contempla “não apenas aspectos tecnológicos ou agrônômicos de plantar e lidar com a terra e com os animais, como aponta para uma transformação das relações estabelecidas entre os seres humanos e desses com a natureza” (BARROS, 2018, p. 45).

Autores como Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber (2004) e Miguel Altieri (2012) partem de uma abordagem sistêmica e apresentam a agroecologia como uma série de princípios e procedimentos que, aplicados de modo tecnológico, fomentam processos ecológicos de transição à implementação de formas de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Eduardo Sevilla Guzmán (2001), por sua vez, parte de uma abordagem sociológica e defende que a agroecologia corresponde a um campo de estudos que propõe o manejo ecológico dos recursos naturais, aliando os saberes locais dos povos tradicionais aos conteúdos da ciência, numa tentativa de encontrar soluções para minimizar a

degradação ambiental. Desse modo, de acordo com o autor, a agroecologia enquanto modo de vida e de produção, pretende a coevolução social e ecológica, através de uma ação social coletiva, de caráter participativo e emancipatório.

Em consonância com o pensamento de Eduardo Sevilla Guzmán (2001), Emma Siliprandi (2015) argumenta que o protagonismo dos povos tradicionais é central no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos:

na construção de suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de coevoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas têm, portanto, um caráter emancipatório, e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximaram-se politicamente das lutas por ecojustiça (SILIPRANDI, 2015, p. 87).

As discussões em torno da agroecologia passaram a ser difundidas no Brasil no final dos anos de 1980 e, desde então, vêm se consolidando nos discursos e práticas dos movimentos sociais do campo e demais organizações que defendem a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, em contraposição ao agronegócio (SILIPRANDI, 2015; BARROS, 2018).

Ao discorrer sobre o papel da agroecologia dentro do feminismo camponês e popular, Sirlei Gasparetto (2017) destaca que

Há uma nítida preocupação com a biodiversidade e com a produção de alimentos saudáveis. Tem compromisso com a vida [...] é um feminismo camponês agroecológico, que incide no território e promove condições humanas, sociais e ambientais geradoras de uma convivência justa e sustentável. É um feminismo camponês caracterizado como agroecológico, que se define pelo acúmulo das lutas das mulheres camponesas no enfrentamento ao agronegócio (venenos, transgênicos, mocultivos). Afirmando: 'somos parte e construtoras da vida cuidando da mesma para as futuras gerações' (GASPARETO, 2017, p. 152).

Faz parte da identidade das mulheres camponesas o papel de produzir alimentos diversificados e cuidar dos recursos naturais, afinal, conforme destaca Vanderleia Laodete Pulga (2014), ao longo da história da humanidade são essas mulheres que assumem o papel de guardiãs das sementes, aspecto que possibilita às comunidades camponesas a diversidade de cultivos. Para a autora, também são elas as figuras centrais na luta pela construção de um modelo de produção agroecológica, que respeite o meio ambiente e seja integrado à natureza.

Desse modo, dentro do feminismo camponês e popular, a agroecologia é compreendida como um modo de vida:

[...]a agroecologia é um modo de vida que respeita as tradições de cultivo, de forma de criar os animais, os cuidados com o solo, com a água, ou seja, pensa a vida no campo a partir de uma relação de cuidado com a natureza, buscando entender e respeitá-la. [...] Para nós, a agroecologia não é apenas uma ideia, é um modo de vida, é concreto, faz parte da nossa realidade, é ciência construída com nossa experiência e dizer isso significa que construímos ela no dia a dia (MMC, 2018, p. 24).

Por meio da defesa da agroecologia, as mulheres camponesas se posicionam contra o agronegócio e o processo de “modernização da agricultura”. Chamado de Revolução Verde, esse processo ganhou força durante a ditadura militar e se constituiu como um movimento político e econômico de modernização do campo, fomentado pelo capital industrial internacional, que afetou drasticamente o modo de vida camponês, em especial, o cotidiano das mulheres camponesas (AMARAL, 2019). Além de estimular o monocultivo de *commodities* para exportação, a inserção de maquinários agrícolas no campo coloca os homens nos postos de comando e manuseio das máquinas, fator que contribui para o não-valor do trabalho desenvolvido pelas mulheres no que tange o cultivo de alimentos para o consumo familiar.

Ao defenderem a agroecologia como modo de vida, as mulheres camponesas protagonizam o desafio de enfrentar o agronegócio com um arsenal de conhecimentos acumulados historicamente por elas, através de dinâmicas de cuidado e proteção com a natureza. Sônia Fátima Schwendler (2015) destaca que nesta ação está o “questionamento do modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura e a afirmação de um projeto de agricultura camponesa, pautado na soberania alimentar, na produção do alimento saudável e diversificado, bem como na preservação do ecossistema e da vida do planeta” (SCHWENDLER, 2015. p.156).

No que diz respeito à soberania alimentar, luta que as mulheres camponesas travam a partir da agroecologia, Andrea Francine Batista (2019) destaca que a expressão surge em 1996, em contraposição à ideia de segurança alimentar defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A autora aponta que esses organismos internacionais defendem a segurança alimentar como acesso aos alimentos básicos sem se importar com as condições em que os mesmos foram produzidos, desde que contenham a fome. Dessa forma, a segurança

alimentar se fundamenta na produção de monocultivos em larga escala para o mercado internacional, no uso excessivo de agrotóxicos, e no controle da cadeia produtiva por grandes corporações transnacionais.

Já a soberania alimentar, um conceito que parte dos movimentos sociais do campo da Via Campesina, busca sintetizar uma alternativa política ao agronegócio, “fundamentada na faculdade de cada povo definir suas próprias políticas agrárias e alimentares, o tipo de alimentos que consome e o modo de produção” (BATISTA, 2019, p. 267). Assim, a soberania alimentar está vinculada à resolver o problema da fome mas não se resume apenas à produção de alimentos: defende que estes sejam saudáveis. Destarte, a ideia de soberania alimentar “está conectada a uma série de mudanças estruturais necessárias para que as camadas pobres tenham acesso ao trabalho, à saúde, à moradia, à terra, e à vida digna” (BATISTA, 2019, p. 267), sendo calcada no respeito à diversidade biológica e cultural, no fortalecimento do território e dos camponeses que a produzem.

É importante destacar que para as camponesas, a exploração da natureza está intrinsecamente ligada à exploração da mulher. Elas observam que quanto mais os recursos naturais são explorados e apropriados pelo capitalismo com a finalidade de gerar lucro, mais os saberes tradicionais e o trabalho produtivo/reprodutivo realizado por elas são desvalorizados e invisibilizados (MMC, 2018). Implementar um modo de vida agroecológico e construir a soberania alimentar, por outro lado, significa dar lugar à construção de uma agricultura que precisa ser reconectada com a natureza e com todos e todas que vivem no território (CALAÇA, CONTE e CINELLI, 2018), significa reconhecer a complementaridade dos papéis desempenhados por todos os seres e, conseqüentemente, a criação de relações de igualdade, livres de subordinação.

Nós não nos consideramos responsáveis por salvar o mundo que as empresas capitalistas/multinacionais em busca de lucro, destruíram, mas sabemos que temos experiências de produção e cuidado com a vida, com a saúde e com a natureza para contribuir nesse processo. No entanto, essa precisa ser uma responsabilidade coletiva de homens e mulheres que buscam construir uma nova forma de organizar a sociedade. Nosso projeto de agricultura camponesa é um projeto de vida, é necessariamente agroecológica e feminista (MMC, 2018, p.26)

2.1.4 Entrelaçamento das lutas de gênero, classe e raça

“A classe trabalhadora tem sexo e raça: isso não nos divide, mas nos coloca em condições desiguais, só reconhecendo essa realidade podemos nos libertar” (MMC, 2018, p.19). A afirmação feita pelas camponesas e sistematizada na cartilha sobre o feminismo camponês e popular, evidencia uma luta histórica das mulheres que se organizam em movimentos sociais do campo. Esses movimentos são, em sua origem, organizações de caráter classistas e tradicionalmente trataram as chamadas pautas identitárias - num primeiro momento representadas pelo gênero e, mais tarde, acrescidas da raça -, como questões secundárias, que seriam naturalmente resolvidas com a superação dos problemas de classe. O não reconhecimento e a ausência de espaços para manifestar suas próprias demandas dentro dos movimentos mistos podem ser considerados como os principais fatores que motivaram a criação de diferentes movimentos autônomos de mulheres rurais (PICOLOTTO, 2011).

Essa dificuldade de perceber que existem aspectos de gênero e de raça imbricados dentro da categoria de classe social, contudo, não é restrita aos movimentos sociais do campo ou movimentos sociais em geral. Conforme apontado por Iolanda Santos (2019), até a década de 1970 a maioria dos estudos acadêmicos, inclusive as análises marxistas, tratavam de classes sociais como se gênero e raça não implicassem heterogeneidade na sua composição ou comportamento.

Não é um fato novo que os estudos sobre gênero e raça apontem para a necessidade de que essas questões sejam contextualizadas, uma vez que são relações de opressão e exploração que se entrelaçam e são transversais a todos os âmbitos das relações sociais. Na década de 1970, a intelectual negra Lélia Gonzalez, por exemplo, já chamava atenção para a tripla opressão (de raça, gênero e classe) a que as mulheres negras eram submetidas (SILVA, 2018).

A partir do esforço de intelectuais e pensadoras como Lélia Gonzalez, emergem na academia duas categorias principais que objetivam conceitualizar a interdependência dessas relações. Trata-se da interseccionalidade e da consubstancialidade. Essas duas categorias servem como ferramenta teórico-metodológica para compreender as relações sociais, inclusive aquelas que são vivenciadas no meio rural (GASPARETO, 2017; SANTOS, 2019).

A interseccionalidade tem como herança os estudos de Lélia Gonzalez, como já apontado, e o *Black Feminism*, movimento feminista negro, que emerge nos Estados Unidos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, para aglutinar lutas históricas protagonizadas pelas mulheres negras (COLLINS, 1990; HIRATA, 2014). O conceito vem se constituindo como forma de interpelar as hierarquias de opressão presentes, apontando para a variedade de estruturas que invisibilizam e apagam as múltiplas demandas das mulheres.

Valorizada como perspectiva teórica a partir do esforço de autoras negras como Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, entre outras, os debates sobre a interseccionalidade ganharam espaço na academia a partir da elaboração do conceito apresentado pela jurista Kimberlé Crenshaw. Ela apresenta a interseccionalidade como uma proposta para considerar as múltiplas fontes de identidade e subdivide o conceito em duas categorias: a “interseccionalidade estrutural”, que faz referência à posição das mulheres negras na intersecção de raça e gênero e a experiência de violência que dela deriva, e a “interseccionalidade política”, que diz respeito às políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor (CRENSHAW, 1994). Conforme apontado por Helena Hirata (2014), a formulação apresentada por Kimberlé Crenshaw focaliza sobretudo as intersecções de raça e de gênero, abordando parcial ou periféricamente as questões de classe.

A perspectiva da consubstancialidade, por sua vez, tem origem nos estudos de pesquisadoras francesas, em especial Danielè Kergoat. A autora elaborou essa problemática no final dos anos de 1970, a fim de propor uma articulação entre gênero e classe social, sendo que maior parte dos estudos versam sobre a imbricação entre gênero e trabalho, entendendo que a divisão sexual do trabalho é a base material na qual as desigualdades entre mulheres e homens se edificam. Com o passar dos anos e com o amadurecimento das análises, o conceito passou a abordar, também, as questões raciais (HIRATA, 2014).

A consubstancialidade compreende que existem três relações fundamentais no campo social: as de gênero, classe e raça. De acordo com Danielè Kergoat, essas relações são complexas, dinâmicas e estão enoveladas, de forma a não poderem ser analisadas separadamente. Além disso, são coextensivas, uma vez que se reproduzem mutuamente, num entrecruzamento dinâmico (KERGOAT, 1978).

Helena Hirata (2014) destaca que embora os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade partam da ideia de que é necessário compreender a imbricação entre gênero, raça e classe, a relação mais visada por Kimberlé Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Danielè Kergoat é aquela entre sexo e classe. Isso fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças significativas entre os dois conceitos. Contudo, de acordo com a autora, um ponto maior de convergência entre ambos é a proposta de não hierarquização das formas de opressão.

Embora não utilizem em suas formulações os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade da forma como eles são apresentados academicamente, as mulheres que constroem o feminismo camponês e popular os expressam através de suas sínteses:

Para as camponesas as lutas de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas por mulheres e homens em todos os momentos e espaços, em vista da construção do projeto democrático e popular. É preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam as mulheres, e que não reconhecem seu trabalho produtivo no campo, além de desvalorizar e sobrecarregá-las com o trabalho reprodutivo que é fundamental para a manutenção do modo de vida camponês. Mas também afirmamos que é preciso transformar a sociedade capitalista, superar todas as formas de dominação e exploração da sociedade patriarcal, capitalista e racista. Essas são mudanças totalmente interligadas, uma não acontece de forma completa sem a outra (MMC, 2018, p.06-07).

Ainda que até o momento não seja possível identificar elaborações documentais criadas pelos movimentos de mulheres rurais ou estudos acadêmicos que abordem o feminismo camponês e popular pelo viés da interseccionalidade ou da consubstancialidade, é fácil relacionar as categorias se pensarmos como essa perspectiva do feminismo considera importante a diferenciação da identidade “mulheres camponesas”, que parte de um determinado lugar social e apresenta demandas e lutas específicas. Além disso, conforme destaca Iolanda Santos (2019), essa aproximação com os conceitos “se torna ainda mais evidente quando se observa a importância dada pelo feminismo camponês e popular à articulação entre classe, gênero e raça, de forma que essas opressões sejam combatidas conjuntamente” (SANTOS, 2019, p. 159).

Lia Pinheiro Barbosa (2019) argumenta que a intersecção entre as categorias classe, etnia/raça e gênero é central para a compreensão dos fundamentos teórico-epistêmicos e políticos do feminismo camponês e popular, “sobretudo na apreensão da dialética das opressões intrínsecas às três categorias e que estigmatiza triplamente as mulheres subalternizadas” (BARBOSA, 2019, p. 211).

É fundamental destacar que ainda em 2010, durante o V Congresso da CLOC, quando o feminismo camponês e popular foi apresentado como categoria para nomear a luta das camponesas, as mapuches da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), do Chile, reivindicaram que o elemento étnico também fosse incorporado à elaboração dessa perspectiva feminista e, desde então, os debates acerca da etnia, ainda que não tenham sido incorporados explicitamente na proposta teórico-política, também estão presentes nos espaços de formação interna da Articulação de Mulheres do Campo da CLOC (PAINEMAL E CAÑET, 2018). Para as mapuches, o conceito de feminismo forjado no ocidente e amplamente difundido pelos movimentos de mulheres não atende as especificidades das indígenas, o que torna o movimento alheio ao seu modo de vida. Entre as

principais críticas apontadas por elas, sobretudo aos feminismos urbanos, estão a intenção que muitas correntes do feminismo têm de “resgatá-las do patriarcado indígena” e o trato colonial e folclórico despendido às mulheres mapuches. Essas duas críticas estão diretamente ligadas ao tratamento que elas recebem por conta de sua etnia e, por isso, defendem que o feminismo camponês e popular incorpore e amadureça esse debate em sua fundamentação teórica. (PAINEMAL E CAÑET, 2018).

2.1.5 Auto-organização e autonomia

A auto-organização e a autonomia são outros aspectos importantes na construção do feminismo camponês e popular. As camponesas acreditam que os debates e as ações em busca de novas relações de gênero dentro dos movimentos ligados à CLOC/Via Campesina precisam ir além do mero reconhecimento da mulher e devem incluir a necessidade de auto-organização, a fim de construir a autonomia política, econômica e pessoal das mulheres, de modo a garantir sua participação plena nas comunidades (VIA CAMPESINA, 2014).

A auto-organização pode ser compreendida aqui como o processo de construção coletiva protagonizado pelas próprias camponesas, que a partir de suas experiências analisam e propõem ações para modificar sua realidade. A ideia é que elas criem seus espaços de formação política e de debate e se organizem a partir deles, tanto no interior de seus movimentos, quanto em nível internacional, através da CLOC/Via Campesina. É nesses espaços que as mulheres começam a ter a percepção de que é somente com a auto-organização e o fortalecimento dos grupos de mulheres que irão conseguir avanços naquilo que elas consideram prioritário (VIA CAMPESINA, 2014).

A declaração final da V Assembleia de Mulheres da CLOC/Via Campesina⁹, realizada em 2015 na Argentina, enfatiza a importância dos processos político-organizativos e de formação política para a construção de novas lideranças femininas, bem como para reforçar a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão:

Nuestros objetivos y compromisos nos ponen desafíos múltiples. Uno de los más sentidos es la formación política de nuestras militantes, en procesos de escuelas que permitan una discusión abierta, amplia y profunda, que permita socializar y extender los horizontes del conocimiento, así como las construcciones colectivas de nuevas miradas y saberes. La formación deberá ponerse al servicio de generar nuevos liderazgos, así como reforzar y apoyar la participación de las mujeres en todas las instancias organizativas y de toma de decisiones (VIA CAMPESINA, 2015, n. p.)

⁹ Disponível em: [Declaracion-de-la-v-asamblea-de-mujeres-de-la-cloc-la-via-campesina](#)

Os espaços de auto-organização e formação política são, portanto, ambientes que fortalecem e estimulam a autonomia das camponesas, onde é possível a troca de conhecimentos e o acolhimento, para que as mulheres extrapolem o espaço do lar e se reconheçam como agentes fundamentais para modificar a estrutura capitalista patriarcal. Para Isabela Costa da Silva (2013), a auto-organização das mulheres camponesas se faz necessária por três aspectos principais que estão presentes no mundo rural e que estão intrinsecamente relacionados: as relações de gênero na agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho que afasta as camponesas das ações políticas dentro dos movimentos sociais rurais e a violação dos direitos das mulheres camponesas - que vai desde a violência doméstica ao déficit de políticas estatais que proporcionem uma vida digna para elas.

Fortalecidas, as mulheres se sentem mais seguras para reivindicar seus direitos e para participar das atividades mistas, seja em nível local, como as reuniões dos próprios movimentos, seja em nível municipal, como a participação nos sindicatos e nos partidos políticos, ou até mesmo em nível nacional, integrando Fóruns e Conselhos.

Conforme aponta Pamela Caro (2015), é dentro dos espaços de auto-organização que as camponesas constroem sua autonomia e tomam consciência acerca da necessidade de que tenham direito de decidir sobre os rumos de todas as esferas de suas vidas. Essa autonomia diz respeito à liberdade centrada na ação, na capacidade de poder estar e atuar em diferentes esferas, seja dentro ou fora dos movimentos nos quais se organizam. Desse modo, de acordo com a autora, a ideia de emancipação defendida pelas mulheres camponesas não diz respeito somente a ter a possibilidade de tomar decisões entre alternativas, mas sim de garantir que elas possam estar e gerar diferentes experiências de interação e que se constituam como sujeitos políticos.

Os debates sobre autonomia para as mulheres rurais partem de diferentes abordagens na literatura, na maioria das vezes ligadas às condições econômicas. Há quem entenda a autonomia como um objetivo a ser conquistado através da luta contra a invisibilização do trabalho da mulher, que no meio rural frequentemente é considerado como “ajuda” ao homem (BRUMER, 2004; HIRATA; KERGOAT, 2007, PAULILO, 2009). Há, também, quem entenda que a autonomia é associada ao poder de decisão quanto a organização do trabalho e uso dos recursos dele resultantes (FERNANDES; MOTA, 2014; VALE, 2015); às escolhas quanto ao próprio corpo, considerando a maternidade (SOARES, 2011); ao poder de decisão equivalente ao dos homens e ruptura com a hierarquia familiar e estrutural (SCHEFLER, 2013).

Como visto até aqui, o feminismo camponês e popular se constitui tendo como base a centralidade do trabalho na constituição do sujeito “mulher camponesa”, lutando pela valorização do trabalho reprodutivo; o combate à violência contra a mulher como luta pela não violação de seus corpos; e a defesa da agroecologia como outro modo de produção - no qual as mulheres são as principais responsáveis pelo cultivo de alimentos agroecológicos que garantem o sustento das comunidades. Ao analisarmos esses eixos, podemos inferir que a autonomia buscada por elas se constrói de forma transversal entre as questões econômicas/de produção, direito ao corpo e a tomada de decisões dentro e fora dos movimentos que integram. As camponesas buscam uma autonomia não fragmentada, que “es al mismo tiempo autonomía económica, social, personal, física, sexual y política, en la medida en que uno de sus ámbitos avanza la posibilidad de potenciar la autonomía como un todo aumenta” (CARO, 2015, p.54).

Outro aspecto que nos interessa ressaltar é a importância que a emancipação política possui dentro da prática das mulheres camponesas. Para elas, tão importante quanto poder decidir acerca dos rumos da produção é ter a possibilidade de se constituir como sujeitos políticos, estar presente e disputar os espaços de poder e decisão onde são deliberados os rumos de seus movimentos, organizações e partidos políticos. Essa autonomia política se constrói

quando a mulher constrói sua liberdade de decidir sobre sua vida, sobre seu corpo e sobre suas formas de luta e organização política, buscando na militância política e na auto-organização das mulheres a condição para avançar na participação política das mulheres camponesas no sindicato, nos movimentos populares e nos partidos, transformando as formas de fazer política com a participação das mulheres (MMC, 2018, p. 34).

As camponesas acreditam que a baixa participação política das mulheres nas esferas de poder e de decisão é um dos pilares que sustenta a estrutura capitalista patriarcal da sociedade. A pouca representatividade se constitui como uma forma de violência contra a mulher, que precisa ser combatida por todos aqueles que lutam por uma sociedade livre de opressões. Por isso, a CLOC/Via Campesina convoca os movimentos a lutarem pela igualdade interna, garantindo a participação das mulheres em todos os espaços de tomada de decisão. Conclama, também, que a visibilidade política das camponesas seja estimulada dentro e fora dos movimentos (VIA CAMPESINA, 2014).

Ao reivindicarem sua autonomia política, as camponesas afirmam que a participação e o protagonismo das mulheres dentro dos movimentos e fora deles não é só uma necessidade,

mas também uma responsabilidade que deve ser assumida por elas próprias, a fim de romper as cercas do patriarcado.

Las mujeres feministas por lo tanto tenemos el deber de traspasar la información, expandir el conocimiento y destruir las lacras del patriarcado que se han reproducido a través de la historia contaminando los partidos políticos, las centrales sindicales e incluso las organizaciones de base y los movimientos sociales. (CASTRO, 2015, pg. 66)

Ao construírem sua autonomia política e, detentoras dela, disputarem espaços que tradicionalmente foram designados aos homens, as camponesas acreditam estar avançando rumo à construção da sociedade que almejam, com relações de gênero mais igualitárias.

El horizonte utópico de la práctica política de las mujeres campesinas al interior del movimiento, es alcanzar igualdad de derechos entre hombres y mujeres, pero también se vislumbra una búsqueda por libertad y autonomía política. Cuestión que tiene que ver con la constitución de espacios en los cuales las mujeres generan y reproducen un imaginario que es democrático sustantivamente y no sólo formal. Es decir se trata de un discurso que busca aplicación (CARO, 2015, p.58)

2.1.6 Defesa do socialismo

As mulheres da CLOC/Via Campesina, que constroem coletivamente o feminismo camponês e popular, acreditam que a valorização do trabalho feminino, o fim da violência contra a mulher, a implementação de um modo de vida camponês e agroecológico e a superação das opressões de gênero, raça e classe só serão possíveis a partir da construção de um novo modelo de sociedade que se afaste do capitalismo, compreendido por elas como um sistema de morte e de exploração (MMC, 2018). Como aponta Sônia Fátima Schwendler (2017, p. 163), “de forma explícita, elas afirmam a sua luta por um mundo socialista, entendida como uma sociedade justa, igualitária e, acima de tudo, soberana”.

A defesa do socialismo articula-se, assim, com a luta pela libertação e igualdade:

Com o Feminismo Camponês e Popular damos nome a nossa luta histórica pela libertação e igualdade entre mulheres e homens e pela transformação da sociedade, por uma sociedade Socialista onde mulheres e homens sejam emancipados/as, sem dominações e explorações de classe, raça/etnia e de gênero (MMC, 2018, p. 34)

A postura anticapitalista e a defesa do socialismo como um horizonte possível de organização social são características comuns às diferentes organizações que compõem a CLOC/Via Campesina (CARO, 2011; SCHWENDLER, 2017). Uma das particularidades apresentadas pelo feminismo camponês e popular, como apontamos anteriormente, é o acréscimo do caráter antipatriarcal. Nesse sentido, Pamela Caro (2011) argumenta que o fato de adicionar uma dimensão antipatriarcal à postura anticapitalista historicamente assumida pelo movimento camponês é novo e subversivo e tem um potencial revolucionário, uma vez que traz à tona a desigualdade de gênero dentro da ideologia e das organizações de esquerda. Para a autora:

Con la consigna “Sin feminismo no hay socialismo” las campesinas quieren decir que el mundo socialista al que aspiran es uno sin exclusiones sociales de clase, pero también, y no en segundo lugar sino como requisito indispensable, sin exclusiones de género, en el que se pongan en práctica las nociones de justicia e igualdad en el espacio social del “afuera”, pero también “puertas adentro”, en las organizaciones sociales, en la comunidad y en el mundo privado de la casa, la pareja y la familia. (CARO, 2011, p. 125).

Ao adotarem como bandeira de luta os lemas “Sem Feminismo não há Socialismo” e “Com Feminismo construímos o Socialismo” (MMC, 2018), as mulheres do campo, organizadas em movimentos mistos ou autônomos, afirmam que para que a luta de classes resulte em uma efetiva transformação social, é preciso que ela aconteça conjuntamente com a luta pela igualdade de gênero:

Quando nós assumimos o slogan que “Sem feminismo não há socialismo”, não é apenas um lema. É uma concepção política, onde o feminismo é considerado como uma demanda para os movimentos sociais, de emancipação humana, a fim de construir outro mundo possível (SCHWENDLER, 2017, p.161).

A luta pelo socialismo, desse modo, tem um significado particular para as mulheres camponesas. Como destaca Pamela Caro (2011), “las mujeres debemos abrirnos paso para no quedar en una posición secundaria en el nuevo mundo que queremos construir” (CARO, 2011, p. 124). A proposta defendida pelas camponesas, portanto, articula as lutas feminista e socialista, enfatizando que a emancipação das mulheres não será consequência secundária do triunfo da classe trabalhadora, uma vez que ela é o primeiro passo rumo ao modelo de sociedade não capitalista que almejam construir.

3 “SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE”: A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES DENTRO DO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu a partir de reivindicações de acesso à terra e luta pela reforma agrária. No processo de sua organização e consolidação, incorporou outros eixos de atuação, como aqueles por uma política própria de educação e por outras estratégias de produção, especialmente a agroecológica, que levam em conta o cuidado com o meio ambiente (FURLIN, 2013). Outro eixo que passou a ser incorporado ao longo dos anos diz respeito à construção de um novo homem e de uma nova mulher, aspecto que almeja a compreensão da reforma agrária numa perspectiva de transformação social mais ampla (MST, 2020).

Ainda que a construção de um modelo de sociedade baseado em relações mais igualitárias seja uma das bandeiras desde os primeiros anos, a discussão sobre os direitos das mulheres nem sempre foi vista pelo movimento como uma pauta necessária. Assim como ocuparam a terra, os espaços de poder, de fala e de representação também tiveram que ser ocupados pelas camponesas, uma vez que a compreensão e o discurso interno do movimento eram de que a questão das mulheres deveria ser vista somente pela ótica da luta de classes. Isso porque num movimento de caráter classista não cabe a visibilidade de um outro sujeito, no caso o sujeito sexuado - a mulher -; e também pelo temor de que o reconhecimento da ação militante feminina possa implicar no reconhecimento de interesses diferenciados e comprometer a unidade, os objetivos e as ações da classe trabalhadora em formação (ESMERALDO, 2007).

Essa invisibilidade das camponesas no interior do movimento e a percepção de que suas demandas seriam questões específicas, que poderiam causar rupturas e desviar o foco da luta geral, e, por isso, seriam menos importantes, nos remete à obra de Joan Scott (1995), que aponta que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). Isso porque, ao classificar as demandas apresentadas pelas mulheres como secundárias, o MST assume uma postura de reconhecimento de um sujeito universal, que teria reivindicações mais importantes e, portanto, prioritárias. Uma vez que o movimento não está descolado da sociedade atual, marcadamente patriarcal, esse sujeito universal protagonista dentro do MST seria representado pelos homens, fator que contribui com a manutenção da

ordem social de organização entre os sexos, que prioriza o gênero masculino e estabelece relação de superioridade deste em relação ao gênero feminino.

Soma-se à isso o fato de que o enfrentamento das relações tradicionais entre os gênero encontra inúmeras resistências, uma vez que interfere na organização social, familiar, no movimento social e, sobretudo, na organização do modo de produção da sociedade, que tem, na sua estrutura econômica, responsabilizado à mulher pelo trabalho “invisível” de reprodução da força de trabalho, essencial para a manutenção das relações capitalistas de produção.

Com isso em mente, neste capítulo são apresentadas as principais experiências organizativas encampadas pelas mulheres do MST ao longo dos anos na luta por protagonismo dentro do movimento. Outro aspecto apontado, também, é como a luta pelo direito à sindicalização e aos benefícios de seguridade social, principais pautas dos movimentos de mulheres rurais na década de 1980, pode ser entendida como um ponto de partida para que as camponesas passassem a questionar as relações desiguais em que estavam inseridas, reflexo de sua condição de gênero.

É importante destacar que o caminho percorrido para a construção do protagonismo das mulheres dentro do MST não obedece a uma lógica de linearidade. Conforme pontua Renata Gonçalves (2009), o reconhecimento da necessidade de participação das mulheres no movimento é fruto de um processo complexo, que em muitos momentos se contradiz, e que segue em andamento. Para além disso, é necessário ter em mente que os movimentos sociais não devem ser situados como organizações homogêneas, livres de conflitos internos e pressões.

O debate acerca das questões de gênero dentro do MST é marcado por períodos de avanço e retrocesso. Contudo, como será visto no transcorrer deste capítulo, é possível perceber uma constante mobilização das camponesas em busca de reconhecimento e protagonismo no interior da organização, com vistas à superação das desigualdades de gênero historicamente reproduzidas.

3.1 A LUTA PELA SINDICALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO COMO TRABALHADORA RURAL COMO FATOR DE CONSCIENTIZAÇÃO ACERCA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Para compreender o lugar a partir do qual as camponesas iniciam sua organização dentro do MST, torna-se importante apresentar a realidade vivenciada pelas mulheres rurais

na década de 1980, período em que acontece a fundação oficial do MST e de outros movimentos sociais do campo em diferentes estados da federação, incluindo aqueles que eram autônomos de mulheres, como as Margaridas e as Mulheres da Roça, fundados em 1986, no Rio Grande do Sul, o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), criado em 1983, e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), fundado em 1982 em Pernambuco.

Até aquela década, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, seu nome não constava no bloco de produtor (documento que comprova a atividade rural junto ao Instituto Nacional de Seguro Social) e ela não era sindicalizada (SCHWENDLER, 2009). Apesar de não haver nenhum impedimento legal para a filiação das mulheres nos sindicatos rurais, era comum que as diretorias se colocassem contra a sindicalização feminina (CARNEIRO, 1994), visto que nos sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro, geralmente o homem chefe de família, ficando a mulher como sua dependente (DEERE, 2004; BORDALO, 2006).

De acordo com Sara Deolinda Pimenta (2013), os anais do 2º e 3º congressos de trabalhadores rurais promovido pela CONTAG nos anos 1973 e 1979, respectivamente [...], “demonstram bem essa situação de exclusão ao não registrar qualquer referência à mulher trabalhadora rural, senão como esposa do trabalhador, e revelar cerca de apenas 1% de participação de mulheres delegadas. As referências se fazem ao homem do campo e ao trabalhador rural” (PIMENTA, 2013, p. 157). Ou seja, a mulher não era reconhecida como trabalhadora rural, senão como dependente do marido, e sua atividade era naturalizada como “do lar” ou “doméstica”.

Uma vez que os sindicatos eram a principal fonte de assistência à saúde em áreas rurais, a exclusão feminina desses espaços significava que as mulheres só poderiam ter acesso aos atendimentos na condição de dependente do pai ou do marido. Já aquelas que eram chefes de família estavam em desvantagem e enfrentavam diversas barreiras para ter acesso aos serviços (DEERE, 2004; SCHWENDLER, 2009). As camponesas também eram desfavorecidas em termos de acesso à aposentadoria, já que somente uma pessoa por família era qualificada para tal benefício, espaço que também seria ocupado pelo homem. Além disso, considerando que os trabalhadores rurais recebiam 50% do salário-mínimo na aposentadoria, suas viúvas recebiam uma pensão que mal permitia a sobrevivência, o equivalente a 30%, como é possível

verificar na Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (BRASIL, 1971):

Art. 4º A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo de maior valor no País, e será devida ao trabalhador rural que tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único. Não será devida a aposentadoria a mais de um componente da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao respectivo chefe ou arrimo.

[...]

Art. 6º A pensão por morte do trabalhador rural, concedida segundo ordem preferencial aos dependentes, consistirá numa prestação mensal, equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo de maior valor no País. (BRASIL, 1971)

Todos esses aspectos que deixavam as mulheres em situação ainda mais desigual em relação aos homens foi uma das portas de entrada para que as camponesas passassem a questionar suas condições de vida. Por conta deles, os movimentos de mulheres rurais que se desenvolveram na década de 1980 se mobilizaram inicialmente em torno de duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social (DEERE, 2004; SCHWENDLER, 2009; AGUIAR, 2016).

Outro tema que também aparece entre as reivindicações é o acesso à terra, que incorpora questões de gênero à luta pela reforma agrária. As camponesas reivindicavam que a titulação da terra fosse feita em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família e que as mulheres solteiras também tivessem direito de serem beneficiárias da reforma agrária. Isso porque nos primeiros acampamentos dos anos 1980, os homens solteiros podiam ser cadastrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁰ para receberem um lote, direito que não estava posto para as mulheres solteiras (SCHWENDLER, 2009).

Conforme apontado por Carmen Diana Deere (2004), essas reivindicações refletiram o crescimento da participação de mulheres rurais na força de trabalho agrícola e a discriminação que enfrentavam, tanto como trabalhadoras assalariadas quanto dentro dos sindicatos rurais. Assim, ao se constituir como eixo central para a organização e mobilização iniciais das camponesas, a luta pela sindicalização e por direitos sociais chamou a atenção para sua invisibilidade, denunciou a sua discriminação e a desvalorização do seu trabalho, reflexos da sua condição de gênero (SCHAAF, 2003).

¹⁰O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal criada em julho de 1970. Dentre as suas responsabilidades, as principais são realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Gema Esmeraldo (2013) destaca que as regras instituídas nos documentos e nas práticas sociais legitimavam o homem na profissão de trabalhador rural e privavam a mulher do acesso à terra, da capacitação e do reconhecimento de seu trabalho. Essa lógica era reproduzida pelos sindicatos e criava condições para que os homens acumulassem capital político e social para se manter como representantes legítimos da classe trabalhadora rural. Por isso, ao buscar reconhecimento formal por seu ofício, as mulheres camponesas também passaram a questionar e a problematizar a hegemonia do homem no campo político:

Lutar para entrar no sindicato rompendo a unidade e as relações de forças historicamente constituídas para e com o masculino significa criar novas relações de forças não mais restritas às do gênero masculino, assim como de interesse do gênero feminino. Significa tencionar e inscrever reivindicações de interesse do outro, do novo gênero sindical, do gênero feminino. A luta para a sindicalização das mulheres expressa desejos para a conquista de direitos próprios, para se tornarem sujeitos políticos autônomos (ESMERALDO, 2013, p.246-247)

Como já apontado no capítulo anterior, no meio rural, assim como no urbano, a divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, atrelado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres do meio rural empregam para sua realização se tornam invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade (PAULILO, 2009; AGUIAR, 2016).

Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, seu empenho é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas ajudantes dos maridos ou esposas de agricultores (PAULILO, 1982).

Izaura Fischer (2004) pontua que a ideia que sustenta a tese do trabalho feminino rural como ajuda se ampara na premissa essencialista da diferença de força muscular entre homens e mulheres. Supostamente, as mulheres não seriam capazes de realizar tarefas tidas como pesadas na agricultura e, por isso, se limitariam a ajudar os homens em atividades mais leves (PAULILO, 2009). Com base nessa afirmativa, a invisibilidade do trabalho da mulher rural na produção agrícola é sacramentada e, conseqüentemente, acontece a desvalorização desse trabalho do ponto de vista monetário e social (FISCHER, 2004). Tal situação contribuiu fortemente para a não identificação da mulher rural como trabalhadora e o seu não reconhecimento social, excluindo-a de qualquer direito previdenciário e mesmo da filiação sindical (PIMENTA, 2012; BORDALO, 2011).

Nesse sentido, ao lutar para serem reconhecidas como trabalhadoras e reivindicar o direito de associação aos sindicatos, participando deles como sócias e/ou dirigentes, de forma independente dos homens, as camponesas também questionaram o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres (BORDALO, 2011).

Sara Deolinda Pimenta (2013) destaca que a entrada das mulheres trabalhadoras rurais no mundo das lutas por direitos e cidadania foi marcada por uma crescente dinâmica de participação, inspirada pelo processo de abertura democrática. Além disso, de acordo com a autora, outro fator que motivou e encorajou as camponesas a reivindicar seus direitos foi a consolidação do que se chamou de “novo sindicalismo”, expressão que, conforme Arilson Favareto (2006), serviu para nomear o “(...) vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados” (FAVARETO, 2006, p. 29).

Antônio Vian (2002), destaca que o novo sindicalismo surge no Brasil em meados de 1978, com a eclosão das greves operárias no ABC paulista e marca um dos períodos mais importantes no desenvolvimento do movimento operário do país. O autor aponta que essa nova face do movimento sindical pode ser caracterizada por três aspectos principais: a) o sindicato é mais combativo, devido a sua tendência a recorrer a greves como forma de luta pelas reivindicações dos trabalhadores; b) os sindicatos são mais representativos da base que representam porque admitem novos protagonistas como líderes, estimulam a representação nos locais de trabalho e pautam eleições sindicais sistemáticas, realizadas em condições de maior liberdade e competição; c) o novo sindicalismo não se configura apenas como uma tendência sindical, mas representa uma arena de lutas em defesa dos direitos sociais e políticos, que questiona os próprios limites do Estado corporativista, criando oportunidades de expansão da cidadania operária.

No meio rural, o novo sindicalismo se organizou através das oposições sindicais para disputar as direções dos sindicatos em nome de uma concepção de organização e trabalho político que se opunha às defendidas pela CONTAG¹¹, uma vez que essa havia se estruturado de uma forma “amplamente desfavorável a uma ação sindical de contestação e crítica”

¹¹A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) foi fundada em dezembro de 1963 e foi reconhecida oficialmente em 1964, por meio do decreto nº 53.517. Com a ascensão do governo militar, a CONTAG sofreu intervenção política, devido a presença de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em sua direção. A partir de então, a Confederação passou a defender um sindicalismo estatal (PIRIN, 2006), limitando-se a transmitir as reivindicações dos trabalhadores às autoridades governamentais, esperando do estado (ditatorial militar) a resolução de pendências ou conflitos envolvendo os trabalhadores do campo (COLETTI, 1996).

(FAVARETO, 2006, p. 30). Segundo Amadeu Bonato (2003), o desencadeamento de oposições ao sindicalismo oficial da CONTAG proveio de três fatores principais: o início da abertura política do regime militar; a necessidade de enfrentamento dos problemas provocados pelo modelo de modernização da agricultura; e as ações desenvolvidas pela Igreja, especialmente através da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Gestado, como visto, nas áreas urbanas e tendo como pautas centrais temas como a liberdade e autonomia sindical, redemocratização e eleições diretas, o novo sindicalismo deu origem, em 1983, à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Desde então, as oposições sindicais rurais passaram a se articular na CUT, inicialmente, através de uma secretaria e, no final da década de 1980, pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (AGUIAR, 2015).

Ao adotar como estratégia política disputar as instâncias organizativas da CONTAG (sindicatos e federações), penetrar a sua estrutura e modificá-la por dentro, as “oposições sindicais” passam a estimular, no início dos anos de 1980, ainda que houvessem resistências internas, que as mulheres camponesas - tanto aquelas que se organizavam em movimentos autônomos, quanto as que integravam movimentos mistos como o MST -, a lutarem pelo direito de associação (DEERE, 2004; BORDALO, 2008; AGUIAR, 2015).

É nesse contexto de disputa por espaço dentro dos sindicatos rurais e pelo enfrentamento à política agrícola desenvolvida pelos governos militares que a CPT e as oposições sindicais rurais passam a atuar na organização dos camponeses que haviam sido expropriados de suas terras, dando origem ao MST e outros movimentos, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Iolanda Santos (2019) destaca que é importante ter em mente que nos anos 1980 o MST e a CUT eram organizações muito próximas e trabalhavam em ações conjuntas para garantir a conquista de terras para a reforma agrária e a eleição de chapas sindicais progressistas, atrelando a luta pela terra ao fortalecimento dos sindicatos entre os setores populares. A autora destaca, ainda, que o diálogo entre as mulheres que de algum modo já atuavam nas oposições sindicais rurais e as do MST foi o que originou, alguns anos mais tarde, a formação de movimentos autônomos, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, composto por camponesas de ambas as organizações.

Como resultado dessa estratégia de união de forças entre organizações como a CUT, CPT, MST e as oposições sindicais rurais, em 1985, cerca de 10 mil mulheres participaram do 1º Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais, realizado em Porto Alegre pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG RS). Neste encontro foi

aprovado o documento que regularizou o direito à sindicalização das camponesas e o reconhecimento formal da profissão de trabalhadora rural. Esses temas também foram pautados naquele mesmo ano, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado pela CONTAG, quando foi aprovado um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento da mensalidade que não prejudicassem a renda familiar (ALVARENGA, 2005; SANTOS, 2019).

Quanto aos demais direitos sociais, mais particularmente direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados através da sua expressiva participação no processo de construção da Constituição de 1988, fator que garantiu o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. De acordo com Carmen Diana Deere (2004), uma das mobilizações mais expressivas do período foi uma campanha liderada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA-SC) de Santa Catarina, em 1986, que recolheu 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais a fim de colocar seus direitos na pauta constitucional. No ano seguinte, o documento assinado foi levado até Brasília em uma caravana de milhares de mulheres.

A obtenção da expansão dos direitos das camponesas foi assegurada na Constituição através de duas importantes conquistas: a) a menção explícita ao direito das mulheres à terra, com a obrigatoriedade da titulação em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família, garantindo o direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária (DEERE e LÉON, 2002; HEREDIA e CINTRÃO, 2006); b) e sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais. Benefícios esses que incluíam, além da aposentadoria, o direito ao seguro-desemprego e por invalidez, e 120 dias de licença-maternidade remunerada (DEERE e LÉON, 2002; HEREDIA e CINTRÃO, 2006). Assim, mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção agrícola passaram a estar aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, e não mais somente como uma dependente do homem chefe de família (AGUIAR, 2016).

O protagonismo exercido pela organização das mulheres rurais no panorama político da década de 1980 leva Deis Siqueira e Lourdes Bandeira (1998) a afirmarem que:

Se as trabalhadoras urbanas estiveram presentes de forma destacada entre 1975 e 1982, a partir daí, o movimento de mulheres no Brasil mais significativo, em termos de participação e enquanto movimento social, não é urbano, mas se desenvolve fora dos grandes centros, com envolvimento de

participantes pouco consideradas como força política: as trabalhadoras rurais (SIQUEIRA & BANDEIRA, 1998, p. 02).

3.2 ROMPENDO CERCAS: AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS DE MULHERES DENTRO DO MST

Na trajetória de luta pela reforma agrária e pela construção de um novo modelo de sociedade, protagonizada pelo MST, sempre foi expressiva a presença das mulheres em todas as fases do processo, desde a ocupação até a organização dos acampamentos e, posteriormente, nos assentamentos. Conforme pontua Gema Esmeraldo (2007), desde a formação do movimento, as mulheres protagonizaram papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas do MST. De acordo com a autora:

Mulheres lideram trabalhadores em ocupação de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamento com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marchas pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos: compõem comissões de reivindicações junto ao poder público; deslocam-se dos lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST; participam de eventos internacionais, para a construção de movimentos de caráter internacional com a Via Campesina, dentre outros. (ESMERALDO, 2007, p. 267).

Renata Gonçalves (2009) chama a atenção para o fato de que compreender a presença das mulheres no MST implica distinguir diferentes espaços de participação, cujos principais e mais conhecidos são: 1) a ocupação, quando com frequência estão na linha de frente dos embates com o estado e/ou jagunços; 2) o acampamento, onde há uma maior participação política das mulheres e quando se vive o mais próximo de uma igualdade entre os sexos; e 3) o assentamento, quando se percebe um recuo das mulheres para a chamada esfera doméstica.

A participação massiva das mulheres na fase de acampamento se dá pela necessidade de o movimento mobilizar muitas pessoas em torno da luta pela conquista da terra. Nessa etapa, a mulher começa a pensar e a experimentar questões para além do espaço doméstico, ressignificando sua presença na história. De acordo com Sônia Fátima Schwendler (2009):

No acampamento, as tarefas consideradas femininas do “espaço privado”, como lavar, cozinhar e cuidar dos filhos, começam a ser divididas também com os homens. Assim também, as tarefas no “espaço público” geralmente assumidas pelos homens, como organizar, coordenar tarefas e grupos, negociar, cuidar da segurança, viabilizar o trabalho para garantir o sustento,

enfrentar a polícia, passam a ser assumidas também pelas mulheres. (SCHWENDLER, 2009, p.208)

Ainda que essa experiência de maior igualdade entre os gêneros, presente nessa etapa da luta pela terra, não seja valorizada e assumida por todos os sem terra na mesma intensidade, em função do modo de organização da vida e do trabalho que trazem da experiência anterior ao ingresso no movimento (SCHWENDLER, 2015), e que na fase de assentamento seja identificado um recuo das mulheres à esfera doméstica (RUA e ABRAMOVAY, 2000; GONÇALVES, 2009; FURLIN, 2013; SANTOS, 2019), na gênese do movimento, a fase do acampamento foi fundamental para que, diante da percepção da redução de sua participação nas instâncias de decisão dos assentamentos, algumas das mulheres que haviam se envolvido nas mobilizações anteriores quisessem retomar o seu papel ativo no MST.

Gema Esmeraldo (2013) chama a atenção para o fato de que muitas das camponesas que integraram o contingente de trabalhadores rurais que deu início ao movimento já eram militantes de outras organizações como as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra e as oposições sindicais e que essas experiências formativas as levaram a questionar o seu papel no interior do movimento. Essa informação é importante para explicar a capacidade de articulação e mobilização das mulheres, que logo nos primeiros anos do MST se organizaram para discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos (FURLIN, 2013).

Com o objetivo de pressionar o MST para que atendesse suas reivindicações, em 1986 foi criada uma Comissão de Mulheres para discutir demandas e fazer as pontes entre as bases e a direção nacional. Carmen Diana Deere (2004) destaca que essa comissão fez pressão para que grupos de mulheres fossem criados dentro dos assentamentos e acampamentos e dentro de cada estado da federação, bem como para que as lideranças estaduais e de cada assentamento apoiassem as organizações das mulheres. Essa seria a primeira experiência organizativa formal das mulheres no interior do MST (SANTOS, 2019).

De acordo com Renata Gonçalves (2009), a articulação que possibilitou a criação da Comissão de Mulheres já pode ser percebida no ano anterior, 1985, quando foi realizado o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. A autora destaca que as camponesas participaram ativamente das atividades desse congresso, reivindicando apoio do movimento para a organização das mulheres. A presença significativa e organizada das mulheres no Congresso também é referenciada por Iolanda Santos (2019). Em pesquisa que analisou, a partir das

publicações do Jornal Sem Terra¹², a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão dentro do movimento, a autora destaca que

a primeira publicação diretamente direcionada às mulheres está na edição de fevereiro de 1985 e relata o empenho e a organização das mulheres no 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. De acordo com a notícia intitulada “Ao lado dos homens, sem medo da luta”, as mulheres que estavam em número superior a 300, correspondendo à 20% do total de participantes, conseguiram participar dos grupos de trabalho do Congresso e ainda reuniram-se separadamente para a discussão de problemas específicos (SANTOS, 2019, p. 54)

A mobilização das camponesas ao longo do evento gerou frutos ao conseguir estabelecer que já naquele período 30% da composição da Executiva Nacional do Movimento fosse composta por mulheres. Iolanda Santos (2019), pontua que essa capacidade de articulação das camponesas já no 1º Congresso Nacional dos Sem Terra pode ser compreendida como reflexo das mobilizações que elas participaram naquele mesmo ano (1985) e que lhes garantiu o direito à sindicalização. Ou seja, a união com outros movimentos de mulheres para lutar por seus direitos teve reflexo, também, em sua capacidade de mobilização no interior do MST.

A partir dessa organização, a Comissão de Mulheres passou a divulgar nas páginas do Jornal Sem Terra os trabalhos realizados nas instâncias de base, inserindo em seu espaço de publicações - a Página da Mulher -, alguns temas específicos como a valorização do trabalho feminino e a importância da luta pela sindicalização, com o intuito de contribuir com os processos de reflexão e estudo das camponesas. Mais tarde esses temas foram compilados, dando origem ao Caderno de Formação nº 15, intitulado “A Mulher nas Diferentes Sociedades” (FURLIN, 2013). De acordo com Iolanda Santos (2019), além dos textos formativos, as publicações da Comissão de Mulheres nas páginas do JST reforçam a importância da participação da mulher na luta pela terra e nos espaços públicos fora do movimento, incentivando inclusive sua participação nas eleições municipais e estaduais.

As propostas de debates e de encontros de formação levantadas pela Comissão foram adotadas em vários encontros do movimento, tanto em nível regional quanto nacional (DEERE, 2004). Em setembro de 1989, quando o MST publicou a primeira edição de suas *Normas Gerais*, foi incluído um capítulo sobre “A articulação das mulheres”. De acordo com

¹²O Jornal Sem Terra (JST) se consolida em 1984, a partir do Boletim Informativo do MST e se torna o principal veículo de comunicação do movimento, sendo editado até os dias atuais. Cunha (2013) pontua que o JST tem o objetivo de divulgar as lutas do movimento e auxiliar na construção do sentimento de pertencimento e identidade coletiva dos trabalhadores rurais.

Carmen Diana Deere (2004), além de encorajar a participação das mulheres em todos os níveis, outros objetivos incluíam: 1) a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo; 2) a organização de grupos de mulheres para criar um espaço para as mulheres discutirem seus *problemas específicos*; 3) encorajar a participação de mulheres em todas as formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical; e 4) organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento.

É importante destacar que naquele período, em que pese tenha havido uma abertura para os debates acerca das demandas das mulheres, persistia a percepção de que essas eram questões específicas, que diziam respeito a apenas uma parcela de integrantes do movimento e, por tanto, não era um eixo de atuação do MST. Isso se confirma pelo fato de que, em vez de ser reforçada com a publicação das Normas Gerais, a Comissão de Mulheres aparentemente parou de funcionar após 1989, quando foi dito às camponesas que, se estivessem interessadas nas questões de gênero, elas deveriam juntar-se também aos movimentos autônomos de mulheres, tais como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)¹³ (DEERE, 2004; SANTOS, 2019). Conforme Carmen Diana Deere (2004):

As questões de gênero eram vistas como questões causadoras de divisões para o movimento, especialmente em um momento (durante o governo Collor) em que as lutas pela reforma agrária estavam se tornando ainda mais disputadas e, em alguns casos, violentas. A primeira preocupação foi com a unidade do movimento – uma luta que exigia unidade de todos os membros da família. (DEERE, 2004, pg.188)

Maria Ignez Paulilo (2004) chama a atenção para o fato de que nos movimentos mistos que atuam sob a ótica de classe, como é o caso do MST, o modelo de participação nos espaços de formação e liderança privilegia a participação masculina. A autora destaca, ainda, que esses movimentos normalmente fazem severas críticas às organizações autônomas de mulheres:

O discurso da igualdade é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. Também esses movimentos tendem a criticar os

¹³O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMRT) foi criado em diversos estados a partir da década de 1980, para atender as demandas específicas das camponesas de cada região. No Rio Grande do Sul, o movimento surgiu em 1989, tendo como base outras duas importantes organizações autônomas de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (AGUIAR, 2016).

movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas. (PAULILO, 2004, p.239)

Em 1990, ao final do II Congresso Nacional do MST, o movimento apresenta um relatório no qual aparecem novas políticas de ação. A partir do documento é possível perceber que, além de estimular a participação feminina, o movimento aparentemente assume novos compromissos em relação às mulheres, tais como: incentivar a participação sindical, direito de associação e conquista de espaços nas diretorias para as mulheres; comprometer as mulheres a votarem em mulheres e a assumir a profissão de trabalhadora rural nos documentos, não aceitando mais a simples denominação “do lar” (FURLIN, 2013).

Porém, ainda que os documentos oficiais deem destaque para a necessidade de ações que visem a organização e participação das sem terra, tudo isso acontece sem a sustentação e o apoio de uma comissão nacional de mulheres, uma vez que ela já não mais existia. Dulcinéia Pavan (1998) observa, também, que apesar dos incentivos impressos nos documentos, a presença feminina nas instâncias de poder naquele período mantinha-se pequena, o que demonstra uma contradição entre a teoria e a prática do movimento e revela a permanência da compreensão de que a luta pela transformação social, entendida como geral, devia ter prioridade sobre as lutas consideradas específicas, como as das mulheres (SCHWENDLER, 2009).

Gema Esmeraldo (2007) destaca que em 1991, as Executivas e Secretarias Estaduais receberam da Secretaria Nacional uma Circular que traz a informação de que não é papel do MST organizar movimento de mulheres, e sim, de envolver as mulheres em todas as atividades e suas instâncias. “Orienta a Circular que, para a realização de um trabalho específico de mulheres, a articulação deve se dar no Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que possui linhas políticas específicas para a organização das mulheres” (ESMERALDO, 2007, p. 6).

O temor de que as questões de gênero provocassem divisões ao movimento fica evidente no *Documento Básico* de 1994 que deixa claro o posicionamento de que a incorporação de mulheres deveria ser tratada como uma questão de classe e não como uma questão de gênero. Conforme descrito no Artigo 45, o movimento deve “considerar questões *específicas* das mulheres e de sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, *tratando como classe e não enquanto gênero*”. O Artigo 152 desse mesmo documento, contudo, reitera que, uma vez que era um objetivo do movimento encorajar o papel da mulher na produção e sua participação nas cooperativas, também era necessário

“lutar contra a desigualdade e o tradicionalismo que existe entre os camponeses” (MST, 1994)¹⁴.

Numa tentativa de localizar dentro da história do MST os caminhos percorridos pelas mulheres em busca de seu protagonismo, Iolanda Santos (2019) considera que a primeira fase, entre 1985 e 1989, foi marcada pelo início de experiências de organização formal das camponesas no interior do movimento. Já na fase seguinte, datada pela autora entre os anos de 1990 e 1995, encontra-se um “vazio organizativo”, no qual grupos e coletivos de mulheres ligados ao movimento tentam se manter organizados em nível local e regional, mas as discussões não avançavam para o nível nacional. Ainda assim, as camponesas insistem em manter experiências organizativas, mesmo que de forma localizada, fator que contribui para a formação de lideranças políticas femininas (SANTOS, 2019). Elas também passam a formar maiores alianças com os movimentos autônomos de mulheres, condição essencial para que sua luta por reconhecimento e representação dentro do MST se mantivesse em curso.

Um dos resultados dessas alianças foi a expressiva participação de mulheres ligadas ao movimento na organização do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado em São Paulo, em 1995. O evento teve como objetivo criar uma rede de mulheres rurais em nível nacional, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Camponesas de 17 estados participaram da atividade e dessa vez conseguiram criar uma organização nacional vagamente estruturada (DEERE, 2004). Os principais assuntos discutidos por elas ao longo do encontro foram a valorização do trabalho feminino, o impacto das desigualdades de gênero, a importância de as mulheres ocuparem espaços nas esferas de poder e decisão e a necessidade de incorporação dos direitos já conquistados pelas trabalhadoras urbanas, como salário-maternidade, auxílio acidente de trabalho, dentre outros (GONÇALVES, 2009).

Pesquisas realizadas por Carmen Diana Deere (2004), Renata Gonçalves (2009) e Neiva Furlin (2013), apontam que são claras as influências desse encontro para o MST. As autoras consideram que houve um salto qualitativo dentro do movimento com relação à discussão das questões de gênero depois do evento. Isso pode ser percebido nas páginas da edição de novembro de 1995 do Jornal Sem Terra onde lê-se que gênero e classe se entrelaçam e “esta combinação de luta é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (JST, 1995, p. 12).

¹⁴Documento não paginado.

Naquele mesmo ano, o documento *Programa Agrário*, aponta a urgência de se “combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher” (MST, 1995, p. 16), cuja afirmação é um dos objetivos gerais do MST, definido durante o seu III Congresso Nacional, realizado também em 1995. Esse objetivo revela um novo posicionamento do movimento diante da situação de discriminação das mulheres e da necessidade da construção de uma cultura fundada nas relações igualitárias de gênero (FURLIN, 2013).

Em 1996, entre os dias 25 e 28 de maio, as mulheres sem terra realizam o I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST e colocam na pauta os debates sobre: “Luta de Gênero e Luta de Classe”, “As Mulheres e o neoliberalismo”, “A Mulher nos Clássicos”, “Situação das Mulheres no MST” e “Linhas Políticas do MST com relação às Mulheres” (ESMERALDO, 2007). É durante esse encontro que elas fundam o *Coletivo Nacional de Mulheres do MST* e elaboram o Plano de Trabalho para orientar suas ações. Conforme Neiva Furlin (2013), a novidade desse plano consiste na ênfase dada à construção de novos valores, novas relações entre homens e mulheres e na incorporação da questão de gênero como princípio orientador das ações do movimento.

Gema Esmeraldo (2007) destaca que o encontro representa um marco histórico da luta das mulheres rurais por reconhecimento, uma vez que nele as camponesas discutiram sobre as causas da discriminação entre homens e mulheres, com o intuito de entender como, historicamente, foi-se construindo a dominação de gênero e como essa discriminação foi se manifestando na sociedade em geral e no MST:

Esse encontro analisa a condição da mulher e as formas de discriminação que se manifestam sobre elas na sociedade e no interior do MST. Constatam que a luta das mulheres no Movimento não se reflete em reconhecimento social e político pelos seus dirigentes, nem se materializa em conquista de espaços nas instâncias de representação do mesmo. Verificam que o trabalho realizado pelas e com as mulheres é considerado menor, secundário no seio da luta de classe. Percebem que há contradições entre o discurso teórico que fundamenta o MST e sua prática relacional entre os gêneros. Que o discurso socializado nos encontros, cursos e místicas baseado na prática da solidariedade, da igualdade e da justiça não transforma as relações cotidianas nem afeta as imagens e formas binárias dos gêneros (ESMERALDO, 2007, p. 08-09)

Renata Gonçalves (2009) destaca que os desafios para o *Coletivo Nacional de Mulheres* eram muitos, desde questões sobre como construir novos valores e relações no cotidiano, até a busca de algumas metas, tais como criar condições objetivas para a participação das mulheres e pensar e propor formações políticas. Além disso, alertava que o

número é importante, mas não suficiente, fazendo alusão aos espaços destinados às mulheres nas instâncias de coordenação do movimento, o que significa que a compreensão do Coletivo era de que os problemas não se resolveriam com a introdução de cotas. Outra tarefa do Coletivo consistia em fazer com que “todos os setores discutam e encaminhem concretamente a questão de gênero” (GONÇALVES, 2009, p. 206).

Para alcançar esses objetivos, o plano de ação criado pelas próprias camponesas orientava que as questões relacionadas às mulheres deveriam ser trabalhadas nos diferentes níveis de organização do movimento. Na base, ou seja, dentro dos acampamentos e assentamentos, o plano previa a conscientização sobre a necessidade da participação das mulheres na luta pela terra e pela reforma agrária; a necessidade de despertar as mulheres para seus problemas específicos e projetar lideranças para as instâncias; a realização de encontros municipais; a adequação de horários de reuniões e assembleias para possibilitar a presença das mulheres; a realização de reuniões com as mulheres para discutir questões específicas; a luta pela garantia de que as mulheres tivessem título da terra e garantir a participação nas associações e cooperativas em nível de igualdade. (MST, 1996)

Nas instâncias de coordenação dos diferentes setores do movimento o plano de ação propunha que se encaminhasse concretamente a questão de gênero, garantindo espaços de estudo e discussão em instâncias, criando mecanismos de participação; projetando quadros femininos e assumindo que existem problemas de participação. Já em nível de militância, a orientação era para que se criassem fóruns de discussão e capacitação, a fim de trabalhar a autoestima e identidade das mulheres, forjando uma postura coerente com novos valores a fim de multiplicar militantes e também que se organizassem oficinas de capacitação para que se as mulheres aprendessem a sistematizar discussões. (MST, 1996)

As orientações, os desafios e os objetivos do *Coletivo Nacional de Mulheres* foram publicados em uma cartilha intitulada “A questão da mulher no MST. Participando sem medo de ser mulher”. Esse documento, lançado logo depois da fundação do Coletivo, aponta claramente para uma lacuna entre a teoria e a prática no MST, destacando o quanto as mulheres não foram suficientemente representadas na liderança do movimento. Além disso, embora um princípio básico do movimento, desde 1989, tenha sido dar um fim à discriminação das mulheres e promover sua participação, concluiu-se que isso não tinha sido alcançado na prática (DEERE, 2004). O material foi destinado não somente às mulheres, mas a todos os membros do movimento, para servir como roteiro de estudo e reflexão nos grupos de base.

A partir desta primeira cartilha publicada pelo Coletivo, é possível constatar que a problemática da luta de gênero atrelada à luta de classes passa a ser um objetivo estratégico e tema gerador de reflexões (MST, 1996, p.07). Ao trazerem a análise combinada de classe e de gênero, as camponesas rompem com a ideia do sujeito universal e coletivo da luta de classes, denunciam a existência de uma ordem hierárquica desse sujeito e o privilégio do masculino sobre o feminino. “O uso da categoria de gênero passa a se constituir numa estratégia política e como lugar de disputa política” (ESMERALDO, 2007, p. 10).

3.3 DO COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO AO SETOR DE GÊNERO: UM SALTO QUALITATIVO NO DEBATE

Com a intensificação do debate de gênero no MST, o então *Coletivo Nacional de Mulheres*, se transforma em *Coletivo Nacional de Gênero*, no ano de 1998. A partir desse momento, o Coletivo passa a ser composto por número igual de mulheres e homens e o plano era que estruturas similares fossem criadas em nível regional e estadual (DEERE, 2004). Essa é outra fase organizativa das mulheres no MST, em que a própria mudança de nome indica que se almejava ampliar o debate de gênero não o restringindo às mulheres (SANTOS, 2019).

Uma das primeiras atividades do Coletivo de Gênero foi a publicação, naquele mesmo ano, de uma coletânea de textos organizados sob o significativo título “Compreender e construir novas relações de gênero” (MST, 1998). O texto de apresentação do material destaca que a intenção era de que ele servisse como “documento permanente de estudo e aprofundamento entre a militância do MST, para compreendermos e construirmos novas relações de gênero em nosso dia a dia” (MST, 1998, p. 05). Além disso, argumenta que “a nova mulher e o novo homem estão dentro de cada uma e cada um de nós” e que “ajudá-los a nascer” é “tarefa do conjunto da nossa organização” (MST, 1998, p. 05).

Conforme destaca Renata Gonçalves (2009), um aspecto que evidencia um avanço importante no debate nesse período é o de que mais do que a quantidade, o fundamental era a qualidade da participação das mulheres, o que exigia também o envolvimento dos companheiros e da organização de uma maneira mais ativa. Ou seja, “não se trata mais de um trabalho com e/ou sobre as mulheres, mas de atividades que envolvam mulheres e homens” (GONÇALVES, 2009, p. 209).

Ao encontro disso, em sua análise das edições do *Jornal Sem Terra*, Iolanda Santos (2019) constatou que a partir da organização do Coletivo de Gênero percebe-se uma ênfase

nas notícias que destacam a luta para que o movimento entendesse a importância da participação política das mulheres, e sobre a necessidade de que o MST aprofunde o debate de gênero no conjunto de suas instâncias, a fim de que ele se torne orgânico e transversal.

Para atingir tais objetivos, de forma estratégica e com a intencionalidade de promover reflexões e transformações nas relações sociais no interior das esferas do movimento, nos anos seguintes o Coletivo de Gênero atuou na criação de espaços formativos (teórico-práticos) para trabalhar com mulheres e homens, pois havia a compreensão de que de nada adiantava as mulheres se reunirem para debater questões de gênero, se os homens não criassem consciência acerca do seu papel no processo de superação das opressões que acometiam as camponesas (SCHWENDLER, 2015).

Um fato importante que aconteceu nesse período e que teve impacto nos anos seguintes, especialmente nas discussões sobre as relações de gênero, foi a filiação oficial do MST à *Via Campesina*, em 1999. De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2015), a Via Campesina se organiza em torno de três objetivos principais, sendo eles: 1) a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; 2) a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e 3) a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade. Já os eixos políticos que balizam a atuação da Via Campesina agregam temas como a reforma agrária, a igualdade de gênero, a agricultura camponesa sustentável, a garantia dos direitos humanos e a defesa da biodiversidade (FERNANDES, 2015).

Carmen Diana Deere e Frederick Royce (2009) destacam que a opção por ter a igualdade de gênero como eixo político se baseia na premissa defendida pela Via Campesina de que o desenvolvimento de uma nova sociedade baseada nos princípios da igualdade, da justiça social e da cidadania, implica mudanças nas relações de gênero.

Conforme pontua Fernanda Palacios Sepúlveda (2012),

Desde sus inicios la Via Campesina ha tenido una especial preocupación por la mujeres y los temas de género. Actualmente es el propio movimiento quien reafirma este interés: ‘Las mujeres juegan un papel fundamental en el trabajo de La Vía Campesina. Según la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), las mujeres producen el 70% de los alimentos mundiales pero están marginadas y oprimidas por el neoliberalismo y el patriarcado. El movimiento defiende los derechos de las mujeres y la igualdad de género a todos los niveles y lucha contra todas las formas de violencia hacia las mujeres’” (SAPÚLVEDA, 2012, p.04).

Sônia Fátima Schwendler (2015), lembra que desde a *I Conferência da Via Campesina*, que aconteceu na Bélgica, em 1993, as mulheres participaram como protagonistas. Já durante a II Conferência, realizada no México em 1996, elas criaram um grupo permanente de trabalho com o intuito de promover ações políticas afirmativas de gênero. Entre outros resultados desta organização, pode-se situar a realização da *I Assembleia Latino-Americana de Mulheres*, que aconteceu em 1997, em Brasília, e foi crucial para a aprovação de um documento sobre gênero e a institucionalização da paridade de gênero na comissão coordenadora da Via Campesina (DESMARAIS, 2011).

A aproximação do MST com a organização e, ao mesmo tempo, um certo distanciamento da CUT (SANTOS, 2019), faz com que as linhas de ação do movimento deem mais enfoque às questões ligadas à soberania alimentar, à agroecologia e à luta contra o agronegócio. Além disso, traz para o centro do debate a valorização do trabalho feminino e a necessidade de uma maior inserção das mulheres nos espaços de poder e decisão dentro do movimento, ampliando as discussões sobre as questões de gênero.

No ano 2000, o *Coletivo Nacional de Gênero* lança a cartilha “Mulher Sem Terra”, com propostas de oito reuniões ou encontros anuais para “reunir as companheiras para estudar, debater, enfim, fortalecer a organicidade do MST” (MST, 2000, p. 04). Conforme apontado por Renata Gonçalves (2009), essa cartilha pretende fornecer elementos para a reflexão sobre a realidade, a fim de que, juntas e organizadas, as mulheres busquem saídas para a construção de uma vida digna. Uma das orientações é a de “criar dinâmicas para envolver as mulheres para que participem, deem sua contribuição e tentem melhorar o dia a dia no assentamento/acampamento, seja no aspecto da produção, formação e participação” (MST, 2000, p. 6). A principal metodologia dessas dinâmicas é a proposição de um tema a ser discutido em cada encontro, começando pelas “mulheres e a luta de classes”, passando por “relações de gênero”, “educar sem discriminar”, “valores”, “cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos”, “mulher e saúde”, até chegar aos temas das “mulheres e a construção do projeto popular” e “as mulheres e a reforma agrária”.

Um salto qualitativo no debate pode ser percebido nesta cartilha quando, num evidente distanciamento de aspectos essencialistas que buscam identificar o que é “ser mulher” e “ser homem”, gênero passa a ser considerado uma construção social “uma etiqueta que a sociedade nos impõe do que é ser homem ou ser mulher” (MST, 2000, p. 14). A maneira de viver na sociedade é apreendida pelos costumes e pela cultura. Gênero é, portanto, uma construção cultural (MST, 2000).

No *IV Congresso Nacional do MST*, realizado também em 2000, foi aprovada a criação do *Setor Nacional de Gênero*, entretanto, essa estrutura organizativa só passou a operar efetivamente a partir de 2003, com a dissolução do Coletivo Nacional de Gênero, conforme assinalado por Renata Gonçalves (2009). De acordo a autora, a partir daí o Setor Nacional de Gênero se constitui como o pilar das diferentes formas de organização de mulheres no MST. Com a instituição do Setor de Gênero, esse debate ganha mais importância e visibilidade para o Movimento como um todo. Essa seria uma nova fase organizativa das mulheres no MST, onde estas teriam mais força e autonomia para estimular a formação e conscientização sobre o tema, fortalecendo as organizações internas de mulheres, uma vez que esse setor passa a fazer parte da organizativa nacional do movimento e ser fonte de reflexão e debates constantes nas instâncias regionais do MST (SANTOS, 2019).

Outro ponto importante a ser lembrado é que neste mesmo congresso, o movimento inicia a implementação de uma nova organicidade, para ampliar a participação das famílias nas tomadas de decisão e, com isso, ampliar a presença das mulheres nesses espaços. Isaac Bernat (2012) esquematiza essa nova organicidade do MST da seguinte forma: Núcleo de Base, formado por dez famílias; Brigada de 50, formada por cinco núcleos de base ou cinquenta famílias; Brigada, formada por dez brigadas de 50 ou 500 famílias; Direção da Brigada; Coordenação da Brigada; Direção Estadual; Coordenação Estadual; Setores.

O *Núcleo de Base* (NB) é a primeira instância política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e é coordenado por dois militantes, sendo obrigatoriamente um homem e uma mulher, uma forma de qualificar as ações e conseguir ter uma visão do todo do assentamento, pois o “olhar” masculino limita a visão do todo (MST, 2001). Cada *Brigada de 50* tem um dirigente que também faz parte da coordenação e da direção da Brigada e ainda pode compor a coordenação estadual do Movimento. Também é da brigada de 50 que se tira um representante para cada um dos setores do MST que são: Educação, Saúde, Frente de Massas, Gênero, Produção, Cooperação e Meio Ambiente (BERNAT, 2012; SANTOS, 2019).

Essa “nova organicidade” pode ser compreendida como uma tentativa de reduzir as discrepâncias de gênero nos espaços de direção do Movimento, que tradicionalmente foram ocupados por homens. A partir dela, a cota de 30% de participação feminina conquistada pelas mulheres no primeiro Congresso Nacional do MST (1985) é reavaliada até que, em 2000, se institucionaliza como linha política do Movimento de que em cada instância seja respeitada a paridade de gênero (SANTOS, 2019). Dessa forma, não se fala mais em 30, mas em 50% de mulheres na direção do MST. De acordo com a cartilha do Setor de Gênero, a paridade nas instâncias passa a vigorar, contudo, somente em 2005, quando se delibera que a

Direção Nacional seja composta por duas pessoas de cada estado, um homem e uma mulher, ampliando a representação das mulheres nessa instância (MST, 2017).

Rose Elke Debiasi (2017) destaca que o interesse do MST em construir uma política de equidade de gênero parte de dois eixos de ações: um interno, resultado da organização das mulheres, que, conforme visto até aqui, sempre se fizeram presentes, questionando, ocupando e criando novos espaços dentro desse movimento social; e um eixo externo, motivado por questões externas, resultado da vinculação do MST com movimentos sociais internacionais, como a Via Campesina. Como assinala Carmen Diana Deere (2018), nos anos 2000, influenciada pela crescente inserção dos debates feministas na agenda pública, a Via Campesina adotou a política de paridade de gênero e o MST, como um dos principais movimentos vinculados a ela, foi influenciado a fazer o esforço de ir no mesmo sentido.

Contudo, conforme destaca Iolanda Santos (2019), sem uma efetiva mudança cultural no que tange às relações de gênero, mesmo que se instituem normas que determinem a participação feminina, esta precisa ser constantemente “promovida, incentivada e possibilitada, para que não se rescinda em uma escassez de mulheres nos espaços de decisão” (SANTOS, 2019, p. 158). A autora destaca que, mesmo com os avanços em relação à paridade nos espaços de decisão, conquistados por meio da constante mobilização das camponesas, e com a abertura do MST para o debate sobre as questões de gênero, muitas barreiras ainda se colocam como entrave para a participação feminina. É o caso da divisão sexual do trabalho, que ainda não conseguiu ser superada no interior do movimento:

Sobre essa questão se percebe que, apesar do discurso de que as mulheres podem participar da política tal qual os homens e de que não há nenhuma restrição à participação feminina nas instâncias, o esforço feminino precisa ser muito maior que o esforço masculino para vivenciar tal experiência. Enquanto o homem, geralmente, pode se dedicar à militância política em tempo integral, a mulher que se dispõe a assumir uma tarefa militante precisa dividir seu tempo com as demais tarefas que geralmente ficam sob responsabilidade feminina, como cuidar da casa, dos filhos e do marido. A manutenção dessa divisão sexual é um dos principais fatores que impedem a participação política das mulheres, e faz com que, ainda que estabelecida a paridade de gênero, se rescinda numa participação majoritariamente masculina nas instâncias políticas (SANTOS, 2019, p.158)

Em 2003, é publicada a primeira cartilha elaborada pelo Setor Nacional de Gênero. Renata Gonçalves (2009) destaca que, nesta publicação, a ênfase não está mais em “compreender”, mas em “construir” relações diferentes. Sob o título “Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder”, esta cartilha adquire um caráter mais teórico e procura dialogar com as lideranças na base onde, conforme apontado no material,

sempre surgem dúvidas sobre o que é o gênero (MST, 2003). Com vistas a contribuir para os debates em torno destas questões, o conteúdo da cartilha, recorrendo à vasta literatura sobre o assunto, aborda as relações de gênero, o feminismo, a luta de classes, os significados do dia internacional da mulher.

A partir desta cartilha, os materiais de formação produzidos pelo Setor de Gênero, bem como as notícias publicadas na Página da Mulher e demais espaços do Jornal Sem Terra passam a usar, cada vez mais, o termo “feminismo” para falar da luta das mulheres. De acordo com Iolanda Santos (2019), isso se deve à aproximação do Setor com movimentos feministas, como a Marcha Mundial de Mulheres (MMM)¹⁵, e o estímulo para que as militantes do MST participassem de encontros de mulheres em nível regional, nacional e até internacional, promovidos por diferentes grupos.

Esse diálogo com movimentos feministas faz com que, comece a aparecer nas publicações sobre as mulheres sem terra, a palavra “feminismo” e adoção da identidade coletiva “camponesa”, influenciada, por sua vez, pelo ingresso do MST na Via Campesina e adoção dessa linguagem política pelo Movimento (SANTOS, 2019, p. 80)

Com o avanço do debate feminista em seus espaços formativos, as mulheres do MST passam a discutir cada vez mais as questões de gênero, debatendo sobre a tradição de subordinação feminina, pautando seu direito à participação produtiva e política, e a refletindo sobre questões até então consideradas como tabus, especialmente no meio rural, como o aborto e as diferentes sexualidades.

Conforme apontado por Iolanda Santos (2019), é nesse período que acontece dentro do MST a intersecção entre dois conceitos que parecem difíceis de serem convergentes: feminismo e campesinato. Como aponta a autora:

O campesinato, como um modo de vida e produção, é permeado de tradições e cultura que mantém a estrutura familiar hierárquica na qual as mulheres ocupam um lugar de subordinação. Por outro lado, o feminismo é um movimento social que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou seja, um movimento que questiona inclusive a configuração clássica da família camponesa. Nessa aproximação entre “campesinato” e “feminismo”, duas coisas devem ser pontuadas: primeiro a vinculação dos movimentos sociais do campo brasileiro com a Via Campesina, que implica numa resignificação do que é ser camponês e, segundo, a identificação das

¹⁵ A Marcha Mundial de Mulheres (MMM) é um movimento feminista internacional, fundado em 2000 com a finalidade de realizar uma campanha mundial contra a pobreza e a violência contra as mulheres. No Brasil, a MMM se fortalece durante o 1º Fórum Social Mundial (2001), ocasião em que se divulga a “Carta das Mulheres Brasileiras”, que exige terras, trabalho, direitos sociais, autodeterminação das mulheres e soberania do país.

mulheres camponesas, inseridas em movimentos sociais do campo que são eminentemente classistas, com o feminismo socialista que se esforça em vincular questões de classe e gênero (SANTOS, 2019, p. 124)

A convergência entre esses dois conceitos nas discussões propostas pelo Setor de Gênero coloca as mulheres sem terra em um movimento conjunto com as camponesas das demais organizações que formam a Articulação de Mulheres da CLOC e que vem atuando na construção do feminismo camponês e popular. Como veremos no próximo capítulo, essa perspectiva teórico-metodológica contribui para o reconhecimento da identidade feminista entre as mulheres do MST e assume características próprias dentro do movimento.

4 O MST E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Antes de dar início à este capítulo, consideramos importante destacar que grande parte das pesquisas acadêmicas feitas no Brasil que abordam o feminismo camponês e popular (BONI, 2013; GASPARETO, 2017; SEIBERT, 2017; CAÇALA et al, 2018; CAÇALA e SEIBERT, 2018) foram produzidas por mulheres que integram movimentos sociais do campo - especialmente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) -, indo ao encontro da ideia destacada anteriormente de que essa nova perspectiva do feminismo não surge “de fora para dentro”, mas, pelo contrário, vem sendo construída pelas próprias camponesas como forma de nomear suas lutas. Essa construção coletiva que se dá a partir da base dos movimentos permite às mulheres rurais ressignificar o feminismo de acordo com suas vivências e lutas cotidianas e, a partir disso, reconhecê-lo como um importante instrumento na luta pela autonomia e libertação das mulheres.

Conforme lembra Sirlei Gaspareto (2017), é possível afirmar que o feminismo camponês e popular representa um processo em curso, por ser um feminismo que integra a vida das mulheres rurais no dia a dia, com seu jeito de ser, pensar e agir, com a capacidade de planejar e organizar a casa, a família, a produção, sem deixar de pensar em problemas estruturais como o patriarcado e o capitalismo.

Porém, ainda que o MMC tenha protagonismo em relação à produção teórica sobre o feminismo camponês e popular e que o foco da maioria dos estudos sobre o tema direcione o olhar para o movimento, o desenvolvimento desta pesquisa mostra que essa nova proposta teórico-metodológica do feminismo também está presente entre as mulheres sem terra, como demonstraremos a seguir.

A principal fonte de dados para a discussão proposta neste capítulo são as entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aqui denominadas como Roseli, Rosa, Dandara, Clara e Margarida.¹⁶ A partir da fala dessas mulheres, buscamos identificar como o feminismo camponês e popular é percebido pelas sem terra e a partir de quais bandeiras ele vem se desenvolvendo dentro do MST. Cabe destacar que para este trabalho, ouvimos duas mulheres que são dirigentes do Setor de Gênero e três que se organizam na base do movimento. A tentativa foi compreender

¹⁶Para preservar a identidade das entrevistadas, os nomes adotados são fictícios e fazem referência a mulheres que são inspiração de estudo e de luta para as camponesas do MST: Roseli Nunes, Rosa Luxemburgo, Dandara dos Palmares, Clara Zektin e Margarida Alves.

se as discussões sobre feminismo e o feminismo camponês e popular que são realizadas em âmbito de coordenação chegam até a base com a mesma intensidade.

Como destacado anteriormente, as camponesas entrevistadas nesta pesquisa - tanto as que integram a coordenação do movimento quanto aquelas que não ocupam funções de dirigentes -, foram escolhidas a partir do critério de possibilidade de acesso da pesquisadora às mesmas, e compõem, assim, uma amostra não probabilística ou amostra por conveniência.

4.1 O DESPONTAR DO FEMINISMO DENTRO DO MST

Para as camponesas que integram o MST, o processo de se reconhecer enquanto mulheres feministas acontece de forma gradual. Esse processo, que ainda está em curso, passa pelo rompimento de diversos preconceitos, uma vez que o próprio termo “feminismo” é carregado de estereótipos, tanto para a sociedade em geral, quanto para a população do campo. Ainda que os debates acerca dos direitos das mulheres e sobre as opressões ocasionadas por sua condição de gênero estejam presentes desde as primeiras experiências organizativas das mulheres dentro do MST (FURLIN, 2013), estes aconteciam com o intuito inicial de garantir seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, sem vinculação direta com o feminismo (ESMERALDO, 2013; SCHWENDLER, 2015). Como aponta Iolanda Santos (2019), o preconceito girava principalmente em torno do pensamento de que ser feminista é ser contra os homens, ou que para ser feminista era preciso estar organizada em movimentos específicos e autônomos de mulheres.

O termo “feminismo” é muito novo no Movimento, acho que tem uns 10 anos que a gente começou a estudar literalmente o termo feminismo. Até feminismo a gente estudou o que é porque sempre achavam que feminismo era o contrário de machismo. Então tinha muito preconceito com o termo, o termo é muito novo no movimento, porque antes as feministas eram só o MMC [Movimento de Mulheres Camponesas]. Hoje já é um termo comum, mas houve muito preconceito no começo, então a gente começou a estudar o termo “feminismo”, “femismo”, “machismo”... a gente começou a estudar os termos porque se não só vinha as piadinhas “lá vem as feministas que não gostam de homem” (SANTOS, 2019, p. 139).

Além dos preconceitos em torno do termo e da forte marca urbana que o feminismo carrega (PAULILO, 2006; AGUIAR, 2016), outro fator que contribuiu para que as mulheres do MST por muito tempo não se reconhecessem como feministas foi sua forte ligação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Como argumenta Sônia Fátima Schwendler (2017), “as mulheres já faziam o debate sobre gênero e classe, mas o tema do

feminismo ainda era considerado tabu dentro do movimento, em função de uma presença intensa da Igreja” (SCHWENDLER, 2017, p. 154).

Por outro lado, cabe destacar que a intervenção da igreja, a partir da ala progressista, foi decisiva para a organização das camponesas (PAULILO, 2006). Conforme destaca Andréa Butto (2017), o papel exercido pela Igreja não se tratava apenas de uma influência sobre estas mulheres, pois a própria ação política de organização era considerada como parte da prática religiosa. Assim, de acordo com a autora, a igreja foi a porta de entrada para muitas mulheres na arena pública num momento em que o movimento sindical não permitia a participação das mulheres e que o MST ainda destinava seus postos de direção e coordenação apenas para os homens. Dados de pesquisa de campo realizada por Sônia Fátima Schwendler (2011) revelam que era após as missas de domingo que as mulheres sem terra se organizavam para debater a condição da mulher do campo e os seus direitos trabalhistas.

A presença de setores da igreja, portanto, ao mesmo tempo que contribuiu para os processos de organização das sem terra e estimulou-as a lutar por seus direitos sociais, gerou um distanciamento das camponesas com o movimento feminista. Conforme aponta Vilênia Aguiar (2016), isso ocorreu especialmente devido ao fato de que no final da década de 1970 e início da década de 1980, o movimento feminista vivia sua segunda onda, que se caracterizou por uma fase de luta por direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade, assuntos que historicamente são tratados como tabu dentro da igreja e que ocasionam tensão entre as duas organizações.

Contudo, se naquele período parecia inconcebível a convivência entre feminismo e igreja, a partir da segunda metade da década de 1980, as teólogas que atuavam nas CEBs como agentes de pastoral, ao perceberem que as mulheres participavam ativamente desses espaços, inclusive em maior número que os homens e, ainda assim eram silenciadas pela igreja, passaram a questionar com maior ênfase a desvalorização da mulher que percebiam dentro da instituição e também na sociedade, estabelecendo um diálogo com o movimento feminista (ROHDEN, 1996).

Essa aproximação possibilitou a produção, a partir de 1985, da Teologia Feminista, apontada por Fabíola Rohden (1996, p. 96) como “[...] uma elaboração teológica que investe singularmente na composição entre religião e alguns pressupostos feministas, referenciada a um movimento de mulheres organizadas dentro da Igreja Católica”. Essa proposta teológica reafirma e valoriza a importância da participação das mulheres nas organizações eclesiais, além de reivindicar que elas têm direito a ocupar novos espaços.

A Teologia Feminista desponta como um movimento ligado à Teologia da Libertação e é no âmbito dessa militância libertária que surgem as primeiras feministas cristãs, que se inserem nas CEBs e trabalham com a leitura popular da Bíblia (MARIANNO, 2018). Lília Marianno (2018) destaca que muitas das feministas cristãs daquele período exerceram sua práxis pastoral com grupos de mulheres em acampamentos do MST através da Comissão Pastoral da Terra, contribuindo para a organização das camponesas, que passaram a ter outros espaços de atuação, fora do lar.

Vilênia Aguiar (2015) disserta que nesse sentido, as CEBs ocuparam um lugar estratégico na trajetória política de muitas mulheres do MST, justamente por estarem dispostas na transição entre a esfera privada, representada pela religião - uma vez que o trabalho de cuidado espiritual da família também é tradicionalmente atribuído à mulher - e a esfera pública, já que nos encontros pastorais as mulheres eram inseridas em espaços de discussão política acerca dos problemas sociais.

A aproximação do feminismo com essa ala progressista da Igreja fez com que as ideias feministas fossem, aos poucos, sendo inseridas nas organizações de mulheres rurais, mesmo que as discussões fossem realizadas sem a utilização do termo feminismo. De acordo com Vilênia Aguiar (2016) “[...] as ideias feministas penetraram nos espaços conformados pela CEBs e alimentaram as reflexões feitas pelas mulheres rurais sobre a sua condição social” (AGUIAR, 2016, p. 270).

Contudo, ainda que aspirações feministas sejam percebidas no modo de organização e de atuação das mulheres do campo desde então, o reconhecer-se enquanto feministas é um processo que ainda está em curso. Com o passar do tempo, a criação do Setor de Gênero e a articulação do MST com movimentos autônomos de mulheres rurais e urbanas, como a Marcha Mundial de Mulheres, proporcionou que as camponesas tivessem acesso a debates mais amplos sobre gênero vinculado ao termo feminismo. “A troca de ideias e perspectivas possibilitada por esses encontros com mulheres de outros movimentos certamente agrega no processo de reflexão sobre as questões de gênero entre as mulheres do MST, promovendo inclusive certo avanço na relação dessas mulheres com o termo ‘feminismo’” (SANTOS, 2019, p. 85). Essa aproximação faz com que o termo seja aos poucos desmistificado e ressignificado de acordo com as experiências vividas pelas mulheres do campo. Conforme aponta Sônia Fátima Schwendler (2017), “elas estão (re)significando o feminismo a partir das suas experiências, dos seus saberes, da sua cultura, assim como de suas demandas a partir das transformações políticas e econômicas do campo brasileiro” (SCHWENDLER, 2017, p. 160).

É importante destacar que esse estranhamento ao termo “feminismo” entre as mulheres rurais não é exclusividade das mulheres do MST. Mesmo entre as camponesas do MMC, que já se entendem como feministas (SANTOS, 2019), o termo “feminismo” era considerado tabu e o interesse específico nesse tema não era demonstrado nos discursos e materiais de formação desse movimento de mulheres (BONI, 2013). Janaína Betto e Marcos Piccin (2017) destacam que é só a partir de 2010, em decorrência das transformações sociais e culturais, que acontece o reconhecimento do caráter feminista no MMC e então se iniciam esforços de reflexão sobre as questões específicas que envolvem a temática, como o direito ao corpo, ao aborto e outras pautas que confrontam o modelo de família patriarcal.

Ademais, a identificação das mulheres camponesas como feministas é um fenômeno novo não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina (SCHWENDLER, 2017). Nas palavras da presidente da Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Artesanas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú (Femucarina): “Para nosotras la palabra feminismo no ha sido fácil de entender... nuestras abuelas nos enseñaron a luchar por la tierra, pero no por el territorio de nuestros cuerpos...” (CARO, 2011, p. 127).

Para as mulheres ligadas ao MST, que já estão inseridas nos processos de militância pela reforma agrária e de luta pela valorização do seu trabalho, o processo de se reconhecer e se afirmar como feministas é algo que acontece a partir do entendimento de que as lutas que elas já fazem também são lutas feministas. A aceitação da palavra “feminismo” passa pelo entendimento de que a luta feminista não se distancia da luta de classes, mas que essas são lutas que se complementam. Nesse sentido, Iolanda Santos (2019) lembra que

É interessante ressaltar que, mesmo inicialmente sem conhecimento ou sem intenção de se afirmar enquanto feministas, as mulheres do campo ao longo da trajetória de sua organização política demonstraram ações e posturas que podem ser caracterizadas como feministas, que mais se aproximam do feminismo socialista, marxista, por estar estritamente vinculado à luta de classes. Essa seria uma das principais características do feminismo das mulheres do campo: a associação das lutas de classe e gênero e o reconhecimento de que essas questões precisam ser enfrentadas em conjunto (SANTOS, 2019, p. 150).

Dessa forma, quando destacamos que as camponesas já apresentavam uma postura feminista mesmo antes de assumirem explicitamente tal termo em seus discursos, entende-se que estas estão relacionadas a um feminismo que busca a construção de uma sociedade alternativa ao modelo capitalista, justamente pelo fato de que para as mulheres do MST, a luta por seus direitos sempre esteve atrelada à luta de classes. Por integrarem um movimento classista que por muito tempo considerou as demandas das mulheres como pautas

secundárias, como já apontado, as camponesas se reconhecem, num primeiro momento como parte da classe trabalhadora e, posteriormente, passam a questionar as opressões de gênero no interior da organização, uma vez que essas opressões fazem com que sua participação no movimento seja desvalorizada. Como aponta Sônia Fátima Schwendler (2014):

Durante a fase de confronto da luta pela terra, as mulheres tornaram-se conscientes de sua posição como classe. Ao mesmo tempo, em decorrência de sua participação política, elas enfrentaram situações que contribuíram para a inclusão dos direitos das mulheres e a questão das desigualdades de gênero em sua agenda, visto que sua participação as colocou em contato com “novos padrões, ou geometrias de inclusão e de exclusão”. (SCHWENDLER, 2014, p. 56)

Portanto, entender a luta feminista como importante instrumento para alcançar a mudança que se almeja na sociedade é fundamental para que as mulheres ligadas ao MST afirmem a identidade feminista. A desmistificação em relação ao feminismo e o encorajamento para seu reconhecimento é papel que vem sendo cumprido pelo Setor de Gênero, uma que vez, conforme aponta Iolanda Santos (2019):

Desde a constituição do Setor de Gênero esse coletivo tem proporcionado e mobilizado as mulheres para participar de cursos de formação sobre feminismo e marxismo e também elaborado cartilhas e textos que falam sobre esse tema e abordam a importância do feminismo na luta pelo socialismo (SANTOS, 2019, p. 143)

Sobre a apropriação do feminismo pelas mulheres camponesas e como essa apropriação interferiu no MST, a última cartilha lançada pelo Setor de Gênero (MST, 2018) se refere a um “turbilhão” provocado pelas mulheres. “Esse turbilhão rasgou lonas, arrancou com unhas e dentes, as mudas do deserto verde, experimentou novas táticas de luta e se reencontrou com o feminismo revolucionário, inscrevendo nele, a realidade das mulheres do campo. (MST, 2018, p.10)

Uma das particularidades desse feminismo revolucionário compartilhado pelas mulheres do MST, diz respeito à transversalidade do debate de gênero e o entendimento de que esse debate e a luta contra essa opressão deve ser realizada entre homens e mulheres, no conjunto do Movimento. Iolanda Santos (2019) destaca que

Por se tratar de um movimento misto, as mulheres do MST reforçam a importância dos homens discutirem as relações de gênero. Esse debate ganhou mais força após a constituição do setor de gênero (em 2003), dentro do qual se criou o “coletivo de

homens do setor de gênero”, onde os homens se organizam para repensar as próprias práticas e participar da construção de novas relações de gênero no Movimento (SANTOS, 2019. p 141).

Outro aspecto que é importante ressaltar e que como aponta Rosmeri Witcel (2020), contribui para o avanço do debate feminista dentro do MST é o papel que cumprem as Jornadas de Luta do 8 de Março na organização das camponesas. Em 2000, a partir da criação do Setor de Gênero, as mulheres sem terra definiram a consolidação do oito de março, Dia Internacional da Mulher - data amplamente celebrada também pelos movimentos feministas urbanos -, como um dia de mobilização nos acampamentos e assentamentos de todos os estados onde o MST estava presente.

Desde 2001, articuladas com as mulheres de outros movimentos que integram a Via Campesina, as mulheres sem terra promovem as Jornadas de Luta e realizam acampamentos massivos para as mulheres, com ações de formação e denúncia acerca das opressões de gênero dentro dos acampamentos e assentamentos. Elas não apenas denunciam as discriminações e maus-tratos aos quais as mulheres são submetidas, mas avançam no debate sobre suas causas, questionando o modo capitalista de desenvolvimento e se posicionando contra a produção de transgênicos baseada na monocultura (PINASSI, 2010, p. 09).

Nesse contexto, um marco importante das Jornadas de Luta é o dia 08 de março de 2006, data em que as ações realizadas pelas camponesas ganharam expressividade nacional. Naquele dia, organizadas, cerca de 1800 mulheres da Via Campesina ocuparam o viveiro horto florestal da Aracruz Celulose, localizado no município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Na ação, as camponesas destruíram estufas e bandejas de mudas de eucalipto como protesto contra a monocultura, denunciando os malefícios sociais e ambientais do chamado “deserto verde” (SANTOS, 2019). Nesse mesmo dia, acontecia em Porto Alegre (RS) um encontro da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com a presença do então Ministro do Desenvolvimento Agrário. A mobilização das mulheres camponesas foi estratégica, portanto, no sentido de chamar a atenção da imprensa nacional e internacional e das pessoas que participavam do evento da FAO.

Conforme aponta Iolanda Santos (2019), é consenso entre as mulheres sem terra que o conjunto do MST passou a respeitar e acreditar mais na força da militância feminina após a ação na Aracruz Celulose. Além disso, de acordo com Rosmeri Witcel (2020), o feito representou a afirmação da construção de um feminismo proletário contra o capital “porque até o momento, o feminismo era muito vinculado à classe média, às demandas que são importantes para as mulheres, mas até então não tínhamos uma ação mais concreta de

enfrentamento com o capital” (WITCEL, 2020, p. 112). Ainda conforme a autora, a ação promoveu uma unidade maior entre as mulheres e reafirmou que a luta contra o capital deve estar atrelada à luta contra as opressões de gênero, mostrando que as camponesas seguirão lutando por seus direitos enquanto mulheres de forma conjunta com a luta de classes, que é central para o movimento. Nas palavras da dirigente do MST, Ivanete Tonin, “a libertação das mulheres não se dá somente dentro de casa, ou nas relações, mas sim na construção de um outro modelo de sociedade. A opressão das mulheres também está fundada na sociedade capitalista” (WITCEL, 2020, p. 112).

4.1.1 Feminista ou “meio” feminista? A percepção das entrevistadas

As entrevistas que realizamos com as mulheres sem terra para esta pesquisa deixam evidente o quanto o processo de se reconhecer como feministas ainda está em curso no interior do MST. Ao abordar a questão do feminismo, as mulheres confirmam que a palavra ainda causa receio no início, especialmente àquelas mulheres que se organizam na base do movimento, e que os debates e formações que vêm sendo feitos com mais frequência nos últimos 10 anos, são o principal caminho para a desmistificação do termo, ainda que a aproximação e o reconhecimento em relação à uma possível “identidade feminista” não aconteçam de maneira uniforme. Roseli, uma das entrevistadas que já foi dirigente, mas que hoje está distante dos espaços de coordenação, já se afirma como feminista e aponta que os momentos de estudo foram fundamentais neste processo:

Sim, posso dizer um sim bem maiúsculo pois a gente está em uma luta permanente pela igualdade de direitos entre homens e mulheres desde que o movimento começou. Nos nossos encontros de formação e debates a gente vem apontando muitas coisas sobre essa questão da luta das mulheres como uma luta feminista, daí já é claro pra mim que eu sou feminista sim. Mas claro que isso veio depois de muita formação, até entender realmente o que era o tal feminismo, porque antes a gente via muito como algo ligado às urbanas. (Roseli)

As mulheres entrevistadas apontam que os momentos de debate e formação têm contribuído para que se rompam os estereótipos pré-estabelecidos sobre o feminismo. É a partir desses espaços que elas começam a perceber que as lutas que travam desde o início de sua organização no movimento também podem ser compreendidas como lutas feministas. Rosa, nossa entrevistada que hoje é dirigente do Setor de Gênero no Rio Grande do Sul,

destaca que ainda que esse processo venha ocorrendo aos poucos e de uma forma não linear, as mudanças de compreensão acerca do feminismo já são perceptíveis.

No começo a gente ia nos acampamentos e nos assentamentos e muitas das mulheres não sabiam o que era feminismo, daí muitas vezes os próprios companheiros limitavam a participação nos espaços que tratavam desse tema. Ainda hoje isso acontece em alguns lugares, porque ainda tem gente que diz que o feminismo é o contrário do machismo. Mas já se avançou bastante, especialmente quando a mulherada começou a perceber que o simples fato de sair de casa para participar dos espaços de formação e tudo o que isso implica, de muitas vezes não poder participar porque tem que cuidar das crianças e fazer comida...tudo isso já é uma luta feminista (Rosa).

Outro aspecto importante levantado durante as entrevistas é de que o fato de algumas mulheres sem terra não se reconhecerem totalmente como feministas não quer necessariamente dizer que elas repudiam o movimento feminista ou pensam que suas lutas não são complementares. A fala de Dandara, entrevistada que se organiza na base do MST desde que ingressou no movimento, aponta uma certa utopia no modo como muitas vezes o feminismo é visto pelas mulheres do campo, como se para ser feminista fosse necessário seguir uma determinada cartilha de lutas e posicionamentos construídos a partir de grandes teorias. Essa marca “intelectualizada” do feminismo, que cria categorias sobre o que é ou não ser feminista, é classificada por Andrea Butto (2017) como um dos fatores que impede uma aproximação maior entre o movimento feminista e as mulheres pobres e das classes populares.

Eu acho que sou “meio” feminista porque me parece que preciso evoluir em muita coisa ainda pra que eu possa dizer “sim, eu sou feminista”. Eu sempre participei das questões da mulher, tive o exemplo da minha mãe, que também sempre lutou para participar do sindicato. Só que às vezes parece que ainda tô longe de chegar naquilo que se diz ser uma mulher feminista. Porque eu só tive contato com essa teoria, vamos dizer assim, há poucos anos, então acho que pra ser feminista tenho que me aprofundar mais, tenho que ter mais caminhada. (Dandara)

A ideia de um feminismo que está distante de ser alcançado também é compartilhada por Margarida, outra de nossas entrevistadas que se organiza na base do MST. Ela, contudo, destaca que o processo de compreender e de se reconhecer como feminista passa necessariamente por entender o machismo e como as práticas machistas são reproduzidas inclusive pelas mulheres, percepção que pode apontar para a qualidade dos debates sobre as questões de gênero que vem sendo travados dentro do MST.

Aquele machismo que existe dentro de cada pessoa...eu percebo que ainda tenho umas questões machistas dentro de mim, de achar que algumas coisas são tarefas que só podem ser feitas pelas mulheres, como a responsabilidade pela casa, por exemplo. Acho que já avancei nesse sentido sim, já sei que não é só tarefa de mulher, mas quando vê, sou eu que tô fazendo sozinha as tarefas domésticas de novo. Por isso que eu acho que pra me dizer feminista preciso aprender e evoluir em algumas coisas ainda. É uma caminhada, né? Porque a gente tá indo na contramão daquilo que sempre foi o “certo” no nosso meio. (Margarida)

Como é possível perceber na fala de Margarida, ainda que a mesma considere que “não pode se dizer feminista”, sua compreensão acerca de como o machismo molda inclusive o comportamento das mulheres aponta para desmistificação dos papéis de gênero que são tradicionalmente ainda mais demarcados no meio rural. Essa compreensão sobre o machismo, o patriarcado e as consequências desses sistemas de dominação sobre as mulheres e também sobre o conjunto do movimento é uma reflexão que vem sendo proposta pelo Setor de Gênero desde sua fundação. No caderno de formação “A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base” (MST, 2018), o combate cotidiano do machismo ganha destaque como uma pauta estratégica da organização política proposta pelo Setor.

O machismo não é apenas um jeito individual de ser ou de pensar, ele é a expressão da cultura sistêmica do patriarcado, ele define socialmente a posição que homens e mulheres exercem em nossa sociedade. Por isso, combater o machismo deve ser um esforço de disciplina constante e permanente. Da mesma forma como nos sentimos confortáveis enquanto militantes para tratar sobre o latifúndio e o agronegócio, porque conhecemos os argumentos, devemos estudar a fundo o patriarcado e a luta feminista, para podermos nos posicionar publicamente, não apenas como um compromisso moral de cada um de nós, mas como uma pauta estratégica de nossa organização política. (MST, 2018, p.32)

O desejo de que o combate ao machismo seja assumido por todo o movimento como um “compromisso moral” dialoga com a necessidade apontada pelas sem terra de que o feminismo seja uma pauta comum entre mulheres e homens e não uma luta específica de um grupo isolado. Como aponta Clara, entrevistada que integra a Coordenação Nacional do MST, para as camponesas que se organizam no movimento, o feminismo precisa ser uma caminhada conjunta.

Uma coisa que é clara para nós é que não são as mulheres que vão fazer as mudanças sozinhas, né? Essa caminhada que a gente segue buscando o socialismo também precisa dos homens, por isso para nós ser feminista não é dizer que a mulherada vai estar isolada lutando sozinhas...essa caminhada tem que ser feita junto. Então a gente é feminista sim, mas nossa luta é conjunta. (Clara)

É interessante observar que entre as sem terra que entrevistamos, as duas que se definiram como “meio feministas” e apontaram a necessidade de ter “mais caminhada” no feminismo para assumirem, de fato, essa identidade, são Dandara e Margarida, camponesas que se organizam na base do MST e que ainda não ocuparam postos de direção ou coordenação no movimento. Essa postura pode evidenciar que as mulheres que estão presentes em espaços de poder e decisão tendem a assumir mais facilmente a pauta e a identidade feminista, pois circulam em ambientes externos e mantêm mais relações com outros movimentos, enquanto aquelas que estão distantes desses espaços, ainda que inseridas na luta e nos momentos de formação sobre o tema, apresentam mais resistência, uma vez que suas vivências cotidianas se dão majoritariamente no meio rural, onde os papéis de gênero são ainda mais demarcados.

4.2 RESSIGNIFICAR PARA RECONHECER: O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR NO CONTEXTO DO MST

Como demonstrado até aqui, o reconhecer-se como feminista é um processo que está em curso dentro do MST e que não acontece de maneira uniforme. Contudo, ao longo das últimas duas décadas, com os debates e atividades de formação que são promovidos pelo Setor de Gênero, o feminismo vem sendo desmistificado e incorporado às linhas estratégicas, relacionando-se com as demais lutas que norteiam as ações do movimento. Entretanto, no desenvolver desta pesquisa foi possível constatar que esse processo de reconhecimento do feminismo pelas camponesas está diretamente vinculado à construção do feminismo camponês e popular, uma vez que ele dialoga com a identidade e a realidade das mulheres sem terra.

Por meio das entrevistas que realizamos foi possível perceber que para as camponesas que estão na base do MST, que como apontado na seção anterior, se consideram “meio feministas”, assumir o feminismo camponês e popular tem ajudado no entendimento de que para se reivindicar enquanto feministas, elas não precisam seguir os modelos e defender apenas as pautas do feminismo urbano, mas podem apresentar suas próprias demandas. Como aponta Dandara:

A gente consegue ver a nossa realidade nesse debate, né? Por isso é mais fácil de entender. Porque muitas vezes a gente conversava com as urbanas e não se enxergava nas coisas que elas falavam, mesmo que a gente já tivesse debatendo sobre o feminismo no movimento. As realidades são diferentes e as demandas são

diferentes. Algumas coisas todas as mulheres sofrem igual, mas tem coisas que nos diferenciam. Daí quando fala desse feminismo nosso, é mais fácil de se afirmar, ao menos pra mim. (Dandara)

Inseridas na Articulação de Mulheres da CLOC/ Via Campesina, as mulheres sem terra vem participando, desde 1999 (ano em que o MST se filia à Via Campesina), do processo de amadurecimento dos debates acerca das relações de gênero promovidos pela organização e junto com outros movimentos de mulheres rurais, reivindicam a construção desse feminismo que pretende dar conta de suas demandas como mulheres trabalhadoras do campo, a fim de inscrever sua realidade no movimento feminista (SCHWENDLER, 2017; WITCEL, 2020). Janaína Betto e Marcos Piccin (2017) chamam atenção para o fato de que a construção do feminismo camponês popular acompanha a onda de movimentos de mulheres que buscam se organizar enquanto feministas de acordo com a sua realidade, experiência de vida e acúmulo histórico.

Recentemente, surge uma maior congregação de mulheres, que se consideram feministas, mas que buscam debater feminismo a partir de novas nuances. Nuances estas que, na verdade, nada tem de “novas”, apenas estão representando a exigência de maior centralidade a traços importantes e particulares das experiências de vida de determinados grupos sociais, seja por questões étnico-raciais, como é o caso das mulheres negras, ou diante do espaço social, como recentemente ocorre com as mulheres do campo (BETTO e PICCIN, 2017, p. 10)

Como apontado por Sônia Fátima Schwendler (2017) e Iolanda Santos (2019), ao participarem do processo de construção coletiva do feminismo camponês e popular, as mulheres ligadas ao MST passam gradativamente a ter mais facilidade para se reconhecerem enquanto feministas. Por ser construído pelas próprias camponesas e não ser imposto “de fora para dentro”, o feminismo, nesta perspectiva particular, deixa aos poucos de ser algo estranho e passa a ser um elemento familiar, que gera identificação. Como salienta nossa entrevistada Clara:

Antes desse processo de construção coletiva do Feminismo Camponês e Popular, a gente não se considerava feminista porque a gente identificava muito o feminismo como uma luta liberal e aquilo não gerava identidade para as mulheres trabalhadoras sem terra. Então era uma pauta muito vinculada à questão do corpo e da sexualidade, que com o tempo a gente reencontrou e viu a importância, mas existia uma prioridade na questão do corpo e se falava pouco na questão dos direitos, que era uma pauta muito importante para as mulheres trabalhadoras rurais. Então a diferença principal é que antes a gente não tinha essa identidade feminista e com essa construção em âmbito de Via Campesina, a gente vai reconhecendo e adquirindo essa identidade maior. (Clara)

Ressignificar para reconhecer é, portanto, o caminho encontrado pelas camponesas para inserirem as lutas que elas já travam há muito tempo no contexto de um projeto coletivo com vistas à libertação das mulheres. Esse reconhecimento perpassa pela resignificação de espaços muitas vezes definidos pelo movimento feminista urbano como locais de opressão, como é o caso da cozinha. Conforme apontado pelo MST (2017), é na cozinha das propriedades rurais onde são tomadas as decisões da família. É nesse espaço também que se concentra o poder da mulher na imprescindível tarefa do trabalho reprodutivo e da preservação das sementes. A luta deve ser, por conseguinte, para resignificar as relações de trabalho e reconhecer que as tarefas desempenhadas pelas camponesas são fundamentais para a sobrevivência das comunidades e devem ser valorizadas como tal, como aponta Roseli:

Ao invés da gente dizer que a cozinha é um espaço de opressão, como muitas feministas urbanas acham, porque é uma tarefa só das mulheres, a gente tá tentando puxar um movimento contrário. Porque a gente entende que é ali na cozinha que as mulheres têm poder, então é um espaço de poder. A cozinha não é só a cozinha, é um espaço ligado com a natureza, com as sementes, com as miudezas que a gente cultiva em volta da casa e que é o que alimenta os nossos. A gente entende isso, que não é só tarefa acumulada, é um trabalho tão importante quanto qualquer outro porque é dali que sai a comida que alimenta a família. (Roseli)

Como é possível perceber na fala de Roseli, o feminismo camponês propõe uma dinâmica de repensar o valor das tarefas historicamente consideradas como inferiores e invisibilizadas que estão dentro da grande categoria do trabalho reprodutivo e pretende resignificar o poder das mulheres nesses espaços. A cozinha, por exemplo, seria um espaço privilegiado onde ocorre uma intersecção entre a produção e a reprodução, uma vez que é nela que são preparados os alimentos para a família ter força para se dedicar ao trabalho no campo (BUTTO, 2017). Esse aspecto promove uma diferenciação com o “feminismo da cidade”, que historicamente considerou a cozinha como um espaço de opressão para as mulheres.

A resignificação da família também é outro aspecto levantado durante as entrevistas que merece destaque. Assim como a cozinha, a família também é considerada por diversas vertentes e correntes do movimento feminista como um espaço de opressão, uma vez que elas comumente se organizam a partir dos modelos patriarcais (MST, 2018). No meio rural, com os papéis de gênero ainda mais demarcados, o núcleo familiar muitas vezes é o primeiro local onde as mulheres são oprimidas, desvalorizadas e invisibilizadas. Como destaca Nalu Faria (2011), as relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder

de decisão. “Dessa forma, a partir da família, se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as)” (FARIA, 2011, p. 39).

Porém, como é possível perceber na fala de Margarida, romper com as opressões no meio familiar não quer necessariamente dizer abandonar a família, mas lutar pela ressignificação das relações de poder em seu interior.

É isso que a gente vem discutindo e quando perguntam o que é esse feminismo camponês, eu digo que ainda tô aprendendo e que estamos construindo juntas, mas a gente tá aprendendo a fazer o feminismo dentro da nossa casa, na nossa família, porque não vamos abandonar a família para ser feminista. No meio da roça tem muito essa coisa de família, sabe? Por isso também que a gente faz bastante a reflexão de que as mulheres são fundamentais nas comunidades, porque produzem os alimentos, cuidam das hortas, das miudezas, das sementes. Mas a gente tá aprendendo que não é porque somos mulheres que temos menos valor que os homens, que o nosso marido é nosso companheiro, não nosso dono...a gente quer é igualdade. (Margarida)

Como destaca Andrea Butto (2017), a valorização do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres do campo perpassa pela compreensão do lugar da família no projeto de emancipação das camponesas. A percepção difundida por algumas correntes do movimento feminista que entendem a família como um lugar onde se estabelecem exclusivamente relações de opressão para as mulheres não permite a valorização desse espaço que, no contexto das mulheres rurais, é um elemento decisivo para materializar uma transformação nas relações sociais.

Esse debate sobre as ressignificações propostas pelo feminismo camponês e popular foi indicado em um caderno de formação publicado pelo Setor de Gênero do MST em 2015, intitulado “Feminismo Camponês e Popular, com identidade e revolucionário”. No material, que conta com tópicos para reflexão e trabalho de base sobre temas como as relações de gênero e o patriarcado e as diferentes correntes do feminismo, o movimento afirma que está trabalhando conjuntamente com as demais organizações que integram a CLOC/Via Campesina na construção de um feminismo das trabalhadoras, que lute pela emancipação humana e ressignifique o papel das mulheres no desenvolvimento das comunidades e na luta pelo socialismo.

Segundo esse material, o feminismo tem suas bases estruturadas a partir de uma análise da realidade atual do campo em nível internacional e é construído a partir da identificação de elementos que impactam diretamente sobre a vida das mulheres camponesas, como a apropriação dos bens naturais pelo capital, a padronização da agricultura para *commodities* e os danos causados pelo agronegócio. “Além da análise das relações de gênero,

as mulheres têm desenvolvido um processo de resistência e lutas frente a esse modelo, explicitando quais os impactos do capital na vida das mulheres e de suas comunidades” (MST, 2015, p. 12).

Esse mesmo documento descreve o entendimento do MST sobre o feminismo camponês e popular, destrinchando cada um dos termos e colocando-os da seguinte forma (MST, 2015):

Quadro 01 - Definições do MST sobre o feminismo camponês e popular

Feminismo	Um movimento político e social de enfrentamento ao patriarcado, à divisão sexual do trabalho e às manifestações do machismo em suas diferentes formas, incluindo o racismo.
Camponês	Sob a perspectiva dos movimentos sociais do campo, dos povos das florestas e das águas - sujeitos que vivem em territórios de disputa e que lutam pela terra.
Popular	Com um posicionamento político de classe, no desafio de construir o poder popular.
Identidade	Construída a partir das cosmovisões presentes nos diferentes povos e etnias, vinculando a luta pela terra ao território.
Revolucionário	Porque busca romper com as estruturas de dominação e exploração presentes na sociedade de classes, a fim de forjar uma sociedade emancipada e socialista.
Subversivo	Propõe subverter a ordem social, mudá-la e transformá-la em sua essência e, a partir disso, construir uma nova ordem, sem relações de dominação, discriminação, exploração e violência.

(MST, 2015, n.p.)

Como é possível perceber na descrição acima, esse feminismo pretendido pelas mulheres sem terra relaciona a luta pelo fim da exploração da mulher à luta de classes,

propondo a subversão da ordem capitalista vigente. Por integrarem um movimento classista, que em seu início considerava as demandas das mulheres como secundárias e passíveis de provocarem rupturas na “luta geral” (ESMERALDO, 2007), reafirmar a necessidade de entrelaçamento das lutas contra o patriarcado e o capitalismo para a construção de uma sociedade socialista é fundamental para que as mulheres sem terra se reconheçam no feminismo camponês e popular. Como aponta Rosa:

O nosso grito de ordem “sem feminismo, não há socialismo” é um posicionamento político nosso, porque a gente defende que a questão de classe está organicamente vinculada às questões de gênero e também de raça. São todos pilares de opressão que a gente quer derrubar. Porque não existe projeto socialista que possa dar certo sem que as mulheres sejam tratadas com igualdade, né? Não dá pra fazer socialismo só com os homens. É essa nova sociedade que a gente quer. Então a gente está travando a luta de classes em conjunto com a luta feminista. (Rosa)

A busca pela igualdade substantiva das mulheres na sociedade inicia com a conquista dessa mesma igualdade dentro do movimento, uma luta que vem sendo travada pelas camponesas desde os primórdios da organização e que, paulatinamente, obtém avanços. “Nós reafirmamos isso o tempo todo, em todas as ações do Setor de Gênero. Somos um movimento misto e não podemos admitir que os homens sempre ocupem os principais espaços” (Clara). É a partir dessa seara que envolve o protagonismo e a valorização das mulheres sem terra que os debates sobre o feminismo camponês e popular vem se desenvolvendo no MST. De acordo com Clara, já é possível dizer que essas discussões acontecem de maneira transversal dentro do movimento e que elas têm contribuído para que as mulheres a se levantem contra o machismo.

Hoje nós já podemos dizer que o Feminismo Camponês e Popular se desenvolve de maneira transversal à luta pela terra dentro do MST. Quando falamos da reforma agrária popular, estamos falando de um projeto de valorização da mulher. Quando falamos da agroecologia e dos quintais produtivos, estamos falando do protagonismo das mulheres. Graças a esses debates que a gente vem fazendo, hoje a gente se sente mais feminista e explícita mais os machismos, se fortalece mais para poder denunciar o assédio moral, o assédio sexual, a violência. Ainda tem muitos casos na nossa base, mas com certeza a gente já avançou no sentido de nos fortalecer como mulheres. Ainda tem machismo, misoginia, mas tem mais pé na porta da mulherada. (Clara)

A dirigente destaca, ainda, que o “pé na porta” das mulheres em relação ao machismo, ou seja, o não calar-se diante de situações de opressão, perpassa pelo desenvolvimento da autonomia econômica das camponesas, que é trabalhada dentro do MST através dos grupos produtivos de mulheres e sua presença nas cooperativas. Por isso, estimular as mulheres a se

envolverem nos espaços de produção é outro aspecto importante na constituição do que as sem terra entendem por feminismo camponês e popular.

Uma parte importante da nossa prática do Feminismo Camponês e Popular tem relação com os grupos produtivos de mulheres. Tudo isso nós sabemos que é muito importante para a autonomia econômica das mulheres, é uma forma também de combater a questão da violência. Então com esses debates sobre o Feminismo Camponês e Popular as companheiras passaram a ter mais consciência sobre como são importantes dentro das comunidades e o quanto devem ser valorizadas. Então as mulheres foram buscando mais espaços de poder. Hoje já tem muitas mulheres que são chefes de cooperativas, que reivindicam mais espaços dentro de setores que ainda são muito masculinos, como o de Frente de Massas e o de Produção. (Clara)

O depoimento de Clara aponta que, além de propor a resignificação e valorização do trabalho doméstico e de cuidado, representados na fala das entrevistadas pelo espaço da cozinha e pela relação com a família, o movimento, através do Setor de Gênero, também pauta a importância da inserção das mulheres em grupos produtivos e nas cooperativas para que elas conquistem sua autonomia, que inicia com o aspecto econômico e se expande para questões políticas, como a reivindicação por mais espaço na coordenação dos setores e a denúncia dos casos de violência de gênero. A participação nesses espaços, além de garantir que as camponesas tenham acesso à renda, contribuem para o aumento da sociabilidade, uma vez que possibilitam que elas deixem de ficar presas somente ao espaço da propriedade familiar. Como lembra Margarida, entrevistada que integra uma cooperativa que trabalha com derivados do leite:

A gente vai trabalhar na cooperativa pra ter renda, o nosso dinheirinho, mas não é só isso, sabe? A gente tá ali junto, conversando, se ajudando. A gente se sente importante, porque cada uma tem uma tarefa e todas as tarefas precisam ser feitas, né? Senão a gente não tem o produto final e também quando a gente vai nas feiras pra vender as coisas, a gente sempre vê coisa nova, fala com pessoas diferentes, vai aprendendo. (Margarida)

A fala de Margarida vai ao encontro do que apontam Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011), quando destacam que mais do que o ganho financeiro, a participação em grupos produtivos e cooperativas contribui para o desenvolvimento de uma autonomia integral das mulheres, uma vez que a participação nesses espaços gera um aumento na

autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras, etc.).

4.2.1 “O patriarcado destrói, o capitalismo faz guerra. O sangue LGBT também é sangue Sem Terra”

Outro aspecto que vem sendo trabalhado pelo MST como elemento constitutivo do feminismo camponês e popular é a diversidade sexual. Os anos de estudo e formação sobre as relações de gênero vivenciados pelas camponesas organizadas no MST resultaram em uma série de acúmulos sobre os sistemas de opressão aos quais as mulheres são historicamente submetidas. Dentre eles está o patriarcado, compreendido por elas como um sistema de dominação que garante aos homens o controle sobre os corpos femininos e sua sexualidade, bem como que organiza a sociedade estabelecendo hierarquias de gênero através das quais o masculino se sobrepõe ao feminino (MST, 2017).

A “força do movimento em movimento” (MST, 2017), contudo, trouxe novos desafios aos debates em relação ao gênero e ao patriarcado a partir da auto-organização dos sujeitos LGBTIs sem terra, fator que provocou o movimento - e especialmente o Setor de Gênero - a aprofundar o estudo sobre as concepções de gênero e sexualidade, problematizando como patriarcado é opressivo e hierarquizador também com as pessoas LGBTIs. Como aponta Clara:

Os sujeitos LGBTs, quando começaram a se organizar, trouxeram pra nós uma provocação muito importante sobre o que a gente concebia sobre gênero. E a nossa visão de gênero estava muito ligada a uma defesa do feminismo e da luta das mulheres. Então a gente não conseguia fazer todas as mediações sobre o impacto do patriarcado na vida dos sujeitos LGBTs, homens e mulheres. O coletivo LGBT nos ajudou a fazer uma mediação entre sexo biológico, gênero e orientação sexual. Isso nos deu muitos elementos para conceber a participação nos espaços de mulheres do MST de mulheres trans, por exemplo, e isso então foi alargando a nossa concepção das mulheres sobre gênero. (Clara)

De acordo com Alessandro Mariano e Thaís Paz, a auto-organização dos sujeitos LGBTIs no interior do MST, que culminou com a criação, em 2015, do Coletivo LGBT Sem Terra, foi inspirada na organização das mulheres na construção da luta pela igualdade de gênero, que resultou “de um processo riquíssimo de experiências e deixou alguns ensinamentos dos quais as [pessoas] LGBTs se nutriram para começar o seu processo de

organização” (MARIANO e PAZ, 2018, p. 309). Os autores apontam dois motivos principais pelos quais a organização das mulheres no interior do MST contribuiu para o avanço das discussões sobre a diversidade sexual e os direitos das pessoas LGBTI: (1) A compreensão de que as mesmas estruturas responsáveis pelas relações de exploração e dominação que subjagam as mulheres, também subjagam LGBTIs, a exemplo da ordem patriarcal de gênero que impõe de forma compulsória um modo de vida heterossexual, atribuindo papéis e comportamentos específicos para homens e para mulheres; (2) O papel desempenhado pelo Setor de Gênero, que desde sua fundação é responsável por pautar as discussões sobre gênero e tensionar para que essas discussões sejam transversais dentro do movimento. Como destaca Rosa:

Debater a diversidade sexual é um compromisso que o Setor [de Gênero] assumiu, porque sabemos que o movimento é heterogêneo e que as violências que são cometidas contra as mulheres também chegam nas pessoas LGBT com muita intensidade. Esse debate a gente faz atrelado ao feminismo, porque entendemos que o sistema patriarcal/capitalista se volta contra tudo o que remete ao feminino, desvaloriza, invisibiliza e violenta. Tenta taxar os corpos e delimitar padrões e todas e todos que fogem à regra deles, são perseguidos e violentados. (Rosa)

A delimitação do “inimigo comum”, ou seja, a compreensão acerca de quais são as estruturas de exploração e dominação que subjagam tanto as mulheres quando os sujeitos LGBTIs, possibilitou que as duas frentes unissem esforços de maneira articulada, garantindo os seus pontos de encontro e as suas especificidades, ajudando a acumular forças para a superação do capitalismo patriarcal e racista e para a construção do feminismo camponês e popular como alternativa de luta contra a dominação (MARIANO e PAZ, 2018).

"Nós do Movimento Sem Terra e da Via Campesina trabalhamos o feminismo dentro de uma base que articula a dimensão de gênero com a dimensão de classe. Para nós essas questões estão muito interligadas. E também, a nossa noção sobre gênero e feminismo abarca o universo das pautas LGBT, da pauta da diversidade sexual, porque nós entendemos que o patriarcado é um sistema de dominação que opera na dominação das mulheres, mas também na dominação dos sujeitos LGBTs. Por isso o movimento LGBT é um movimento bastante forte, que cresce também dentro da nossa organização." (MST/FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019)

Assim, usando como arcabouço as discussões sobre o feminismo camponês e popular, o Setor de Gênero apresenta ao conjunto do MST o desafio de recriar o significado de gênero e de diversidade sexual. De gênero, no sentido de fortalecer a luta pela transformação social, restabelecendo relações humanas livres de opressão; de diversidade sexual, no sentido de não

somente respeitar, mas superar a diferença, a rotulação, entendida como produtora de desigualdades e opressões. Nessa luta, as mulheres sem terra juntamente com o Coletivo LGBT agregam à insígnia “Sem feminismo, não há socialismo!” um novo grito de ordem: “O patriarcado destrói, o capitalismo faz guerra. O sangue LGBT também é sangue Sem Terra.”

O entrelaçamento das lutas das mulheres e dos sujeitos LGBTIs na construção do feminismo camponês e popular que acontece dentro do MST é, também, reflexo do que vem acontecendo a nível da Via Campesina Brasil. Em outubro de 2020, a organização publicou a cartilha “Diversidade Sexual e de gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo” na qual aponta que essa perspectiva do feminismo, que é construída também através da luta LGBTI, é um importante instrumento na luta contra as opressões:

Historicamente, a luta das mulheres camponesas tem como missão a libertação das mulheres de qualquer tipo de opressão, violência e discriminação, apostando no tripé: organização, formação e luta, onde a auto-organização e experiências de resistência popular são protagonizadas por mulheres também lésbicas, bissexuais e transexuais. Nesse sentido, o Feminismo Camponês Popular é um instrumento revolucionário, sendo parte fundamental da luta contra a LGBTIfobia, para transformação e organização popular na construção do socialismo, reconhecendo a agroecologia como um caminho de libertação e emancipação das mulheres, das LGBTI e de toda a classe trabalhadora. Nossa identidade camponesa é compreendida pela diversidade de organizações e movimentos populares da Via Campesina Brasil, que, em unidade, constroem o Feminismo Camponês e Popular, que também reconhece a luta LGBTI como parte da construção desse feminismo, que é das mulheres lésbicas, bissexuais e trans, mas também dos homens gays, bissexuais e trans. Pois o grande desafio é romper com o modelo de sociedade patriarcal heterossexista, que impõe regras, padrões, divisão sexual e social do trabalho, exploração, dominação e violências. (VIA CAMPESINA BRASIL, 2020, p. 38 - 39)

Nas entrevistas que realizamos, o tema da diversidade sexual e da importância desse debate dentro do MST foi trazido não apenas pelas sem terra que integram os espaços de direção, como também, ainda que mais timidamente, por aquelas que estão na base do movimento. Isso nos permite inferir que essa discussão, que conforme destacam Alessandro Mariano e Thaís Paz (2018), foi definida com mais clareza como uma linha política a partir das alterações das normas gerais do MST em 2016, não está ficando restrita apenas aos espaços de coordenação e direção.

A gente já entende mais né? Porque uma vez era mais estranho pra nós. Mas a gente vai aprendendo e agora sempre que tem debate sobre feminismo, se fala da diversidade também. Eu acho bem importante, porque a gente não precisa ser todo mundo igual, né? (Dandara).

4.2.2 “A participação é necessária, mas o protagonismo é a condição fundamental para a libertação da mulher”

Garantir o protagonismo das mulheres nas instâncias de poder e decisão é outro fator constitutivo do feminismo camponês e popular defendido pelas camponesas do MST. Por estarem organizadas em um movimento composto por homens e mulheres, tornar efetiva a participação e o protagonismo das camponesas é um desafio que precisa ser enfrentado. Como aponta Rosa:

Na elaboração do Movimento Sem Terra uma das pautas importantes desse feminismo é a gente lutar pela organização das mulheres na base, porque estamos falando de uma questão de organizações mistas nas quais as mulheres participam como é o caso do MST, um movimento de homens e mulheres, e na necessidade de a gente ir garantindo linhas políticas dentro das organizações mistas para que de fato as mulheres possam participar efetivamente. (Rosa)

A luta para que as mulheres participem ativamente das ações do movimento vem sendo protagonizada pelas camponesas desde os primórdios do MST e se intensifica com os debates sobre o feminismo camponês e popular. Contudo, para além de conquistar os espaços de decisão, as camponesas tensionam uma mudança no modo como esses espaços se configuram, uma vez que inicialmente eles foram pensados para serem ocupados apenas por homens. Ao fazerem esse debate, as mulheres sem terra tocam em assuntos estruturais do sistema capitalista, como a divisão sexual do trabalho, fato que é possível verificar na fala de Roseli:

Eu lembro que quando a gente lutava por mais espaço para as mulheres na direção, os homens diziam que se queríamos espaço nós tinha que conquistar. E a gente queria conquistar, não queria um espaço dado, mas as condições que se colocavam para a mulherada eram muito difíceis, porque os espaços foram pensados para os homens. Tinha que chegar de uma atividade, trocar a roupa da mochila e se mandar para outra atividade, como se a gente não tivesse filho e como se a casa não precisasse de ninguém pra cuidar, só que os homens dificilmente faziam esse papel. Então toda essa nossa luta pelos direitos das mulheres, para ocupar os espaços internos com igualdade, para o cuidado da casa e dos filhos não ser só tarefa das mulheres, pela luta da livre escolha pela maternidade e da sexualidade. Tudo isso é o que o Feminismo Camponês e Popular representa para nós, é isso que a gente já faz há anos, não é de agora e também essa é uma luta permanente que a gente tem que continuar. (Roseli)

As mulheres sem terra apontam que em uma organização como o MST, que já avançou na compreensão de que a luta pelo feminismo coincide com a luta pelo socialismo e

que assumiu como tarefa a construção de relações igualitárias de gênero, é preciso impulsionar a auto-organização das mulheres e de outros sujeitos que carregam as marcas do patriarcado, como os sujeitos LGBTI, criando condições para que qualifiquem sua militância e garantindo seu protagonismo nas atividades de organização e direção do MST, das bases às instâncias nacionais (MST, 2017).

A questão da auto-organização para nós é fundamental, né? Porque é isso que a gente faz desde o começo do movimento, se organizando nos grupos de mulheres, nos coletivos de mulheres...depois teve o coletivo de gênero, até que a gente chegou no nosso Setor de Gênero, no coletivo LGBT. A gente tem bem claro que tudo o que conquistamos dentro do movimento [MST] até hoje é fruto da nossa luta nesses espaços. Foi um caminho difícil, muitas vezes, porque a gente tava e ainda tá reivindicando espaços e igualdade, e ainda tem gente que não entende a necessidade. Então se tem uma coisa que a gente reforça sempre é essa necessidade de se manter auto-organizadas, pra não perder os espaços que já conquistamos e para sempre conquistar mais. (Rosa)

A necessidade de que se criem linhas políticas para que as mulheres e os sujeitos LGBTI avancem na conquista de espaços de decisão dentro do MST é reafirmada pelo Setor de Gênero no caderno de formação “A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base”, publicado em 2018. O documento é fruto de um processo de avaliação feito pelas mulheres sem terra, juntamente com o Coletivo LGBT, da base à coordenação, entre os anos de 2015 e 2016, com a finalidade de realizar um balanço das ações do Setor de Gênero, com vistas a avaliar quais foram as conquistas e quais são os desafios que ainda precisam ser enfrentados no processo de construção de relações de gênero mais igualitárias. Conforme explicitado no material, a decisão de revisitar as linhas políticas se dá pela compreensão de que a materialidade das lutas das mulheres rurais se modificou - inclusive pela construção do feminismo camponês e popular -, novas contradições surgiram e novos sujeitos da luta se organizaram dentro do movimento, como é o caso do Coletivo LGBT Sem Terra, que se integra ao Setor.

Assim, iniciou-se o processo de reformulação das linhas políticas do Setor de Gênero, que se subdividem em quatro dimensões: dimensão política organizativa, dimensão cultural, dimensão econômica e dimensão subjetiva. As novas linhas políticas explicitam a necessidade de garantir o protagonismo e a auto-organização das mulheres e das pessoas LGBTI dentro do movimento, inclusive em setores tradicionalmente masculinos, como o Setor de Produção e o Setor de Frente de Massas. Também tratam de temas como a liberdade sexual e direito ao corpo, propõem o combate ao processo de naturalização dos papéis sociais criados pelo

patriarcado e sugere o aprofundamento das discussões acerca da descriminalização do aborto, tema que ainda é fortemente recriminado no meio rural. Tudo isso depois de afirmar:

Muitos feminismos surgiram nas disputas da luta de classes, mas afirmar um Feminismo vinculado organicamente com a classe trabalhadora, tem sido o desafio da luta popular. No campo, nos embates com o agronegócio e a mineração, surge o Feminismo Camponês e Popular, demarcando a realidade desta luta. Assim, na construção da Reforma Agrária Popular, a luta socialista e feminista é uma só e deve estar articulada em todas as ações de nossa Organização (MST, 2018, p.20) .

As novas linhas políticas do Setor de Gênero abordam pontos que consideramos como elementos constitutivos do feminismo camponês e popular em sua expressão dentro do MST, por isso, optamos por transcrevê-las na íntegra:

- *Dimensão Política Organizativa*

1. Criar e assegurar as condições para que se tenha no mínimo 50% de mulheres nas instâncias diretivas do MST, em todas as esferas de atuação. Assegurar 50% da participação de mulheres nos processos de formação política, de capacitação técnica e de escolarização;
2. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha uma coordenadora e um coordenador que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância;
3. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação das mães, dos pais ou responsáveis pelas crianças, compreendendo que a Ciranda é também um espaço de direitos da infância sem terra;
4. Garantir e valorizar a participação das mulheres em todos os setores do MST, principalmente na Frente de Massa e Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, setores com histórico de pouca participação feminina;
5. Fortalecer a participação dos sujeitos LGBT em todos os setores e instâncias do MST;
6. Garantir a participação ativa das mulheres e das LGBT no processo de luta pela terra e na organização e condução dos acampamentos, dos assentamentos e de toda nossa base social;
7. Estimular a auto-organização das mulheres e LGBT, de acordo com os princípios organizativos do MST, como espaços de fortalecimento,

apropriação, construção coletiva e projeção da participação e da tomada de decisões na organicidade geral do MST. Organizar assembleias de mulheres e de diversidade sexual, desafiando que os homens também se organizem para estudar sobre o patriarcado e o feminismo, refletindo e enfrentando o machismo e as condições privilegiadas construídas historicamente. (MST, 2018, p. 20 -21)

Como é possível verificar nos pontos acima listados, no que diz respeito à política organizativa do MST, a reivindicação do Setor de Gênero é acerca de uma demanda histórica das mulheres sem terra: a luta pela igualdade de participação em todas as instâncias do movimento, incluindo aquelas em que tradicionalmente há pouca presença feminina, como o Setor de Produção e o Setor de Frente de Massa.

Essa igualdade de participação, que inicialmente foi almejada pelas mulheres, atualmente também é uma reivindicação do Coletivo LGBT. Para que seja alcançada, faz-se necessária a implementação de novas relações sociais, livres de opressão, aspecto que perpassa pela dimensão cultural.

- *Dimensão Cultural*

8. Combater todas as formas de expressão do patriarcado e do racismo, compreendendo estes como pilares de manutenção das relações de exploração e dominação;

9. Compreender a liberdade sexual como elemento constitutivo do ser humano que pretendemos que se forje num processo revolucionário;

10. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero, raça, diversidade sexual e classe em todos os espaços de formação, escolas, setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional, da infância à vida adulta. (MST, 2018, p. 21)

Nesse documento apresentado pelo Setor de Gênero, a dimensão cultural está relacionada com o combate ao patriarcado e ao racismo. Sobre esse aspecto, percebe-se o apelo do Setor para a construção de relações mais igualitárias entre homens, mulheres e pessoas LGBTI dentro do MST, não apenas no campo da presença nos diferentes espaços, mas também, e principalmente, no que diz respeito à emancipação desses sujeitos, a fim de que sejam valorizados como são: plenamente capazes de tomar decisões, tanto em relação aos rumos do movimento quanto em relação aos seus corpos e desejos. Para que isso ocorra, a

questão da auto-organização e do protagonismo das mulheres e das pessoas LGBTI dentro do movimento são citadas como fundamentais.

- *Dimensão Econômica*

11. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra estejam, preferencialmente, em nome da mulher, ou do casal, inclusive casais homoafetivos. Em caso de separação do casal deve permanecer na terra a mulher ou quem detiver a guarda dos/as filhos/as;

12. Garantir que no cadastro, no documento de concessão de uso da terra e todos os documentos oficiais seja usado o nome social dos sujeitos transexuais e travestis, assim como nas relações informais nas nossas áreas e espaços organizativos;

13. Assegurar que as mulheres, as LGBT e a juventude, lutem, participem e decidam sobre as políticas públicas, o crédito, a titulação e outros projetos econômicos e de reprodução da vida que envolvem nossa base social;

14. Incentivar a efetiva participação das mulheres e das LGBT no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;

15. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, rompendo a naturalização da divisão sexual do trabalho, procurando estimular mecanismos que socializem os penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias comunitárias, etc.;

16. Garantir que as mulheres e as LGBT participem da condução política de cooperativas e associações, nas agroindústrias, cadeias produtivas e nos processos de comercialização, feiras livres, com igualdade na remuneração das horas trabalhadas;

17. Reconhecer e fortalecer o protagonismo e o trabalho das mulheres na produção agroecológica nos processos produtivos coletivos, na geração de renda e na soberania alimentar. (MST, 2018, p. 22)

As linhas políticas propostas em relação à dimensão econômica reivindicam a autonomia econômica das mulheres e dos sujeitos LGBTs, seja através da garantia de que o cadastro dos lotes de terra estejam em nome do casal, seja para que se respeite a utilização do nome social dos sujeitos transexuais e travestis nesse mesmo documento.

Para além disso, desafia o movimento a romper com a naturalização da divisão sexual do trabalho e a reconhecer as mulheres e os sujeitos LGBTs como os principais protagonistas nos processos de produção agroecológica, capazes de participar ativamente nas decisões acerca dos projetos econômicos e de produção do movimento.

- *Dimensão Subjetiva*

18. Combater todas as formas de violência, nas suas várias expressões, particularmente contra as mulheres, negras, indígenas, crianças, jovens, idosas e LGBT que são as maiores vítimas de violência no capitalismo;

19. Combater o processo de naturalização dos papéis sociais instituídos pela sociedade patriarcal que define rigidamente o lugar ocupado por mulheres e homens;

20. Defender o direito inalienável das mulheres de decidirem sobre seu próprio corpo, no que se refere a sua vestimenta, com quem e como se relacionar e sobre sua vida reprodutiva.

21. Aprofundar o debate e potencializar a reflexão com o conjunto de nossa base acerca da descriminalização do aborto. (MST, 2018, p. 23)

Em relação à dimensão subjetiva, resta evidente o esforço do Setor de Gênero para combater a naturalização dos papéis sociais definidos pela sociedade patriarcal. Busca-se, ainda, pautar o direito ao corpo por parte das mulheres e dos sujeitos LGBTI, tanto no que diz respeito às formas de expressão, quanto sobre sua vida sexual e reprodutiva.

Contudo, embora de um modo geral as linhas políticas demonstrem o amadurecimento dos debates promovidos pelo Setor de Gênero e que se pretendem transversais dentro do MST - seja em relação aos direitos reprodutivos e a diversidade sexual, seja sobre a garantia de participação das mulheres em todos os setores do MST, principalmente naqueles com histórico de pouca participação feminina -, a insistência para que se criem espaços e estratégias para sua ampla participação revela a persistência das desigualdades de gênero dentro do movimento. Vale lembrar que, como apontamos no segundo capítulo deste trabalho, com a criação do Setor de Gênero em 2000 e o início de sua operação efetiva em 2003, o MST reestruturou sua organicidade a fim de garantir a maior participação das mulheres nos espaços de coordenação. Essa nova organicidade teria institucionalizado como linha política do movimento, ainda naquele período, que a paridade de gênero deveria ser respeitada em todas as instâncias de direção, ideal que ainda não foi plenamente alcançado.

Como aponta Clara:

Já avançamos bastante nesses debates sobre a participação das mulheres em relação ao que era lá no começo, mas essa é uma luta constante porque nós enquanto movimento estamos inseridos em uma sociedade machista e patriarcal. Ainda tem empecilhos para que as mulheres estejam lá em todos os espaços. Com o Setor de Gênero e com os debates sobre o Feminismo Camponês e Popular, a gente vai marcando essa posição do quanto é importante o protagonismo das mulheres, para que nunca se esqueça e para que a gente possa alcançar avanços e construir o que entendemos por igualdade de gênero. (Clara)

Em suas falas Clara e Rosa, entrevistadas que integram espaços de direção do MST, também destacam que a participação das mulheres no movimento sempre existiu, especialmente nas tarefas que são menos prestigiadas pelos homens, “como as tarefas de cuidar das crianças, idosos, na cozinha coletiva, do setor de saúde ou organização dos espaços” (Rosa).

A partir dos processos de auto-organização, que levaram o MST a ampliar esforços para que essa participação fosse efetivada também em outros espaços, paulatinamente a presença das mulheres nas instâncias de direção vêm aumentando. Porém “estar nesses espaços não é suficiente” (Clara). De acordo com as entrevistadas, é preciso enfrentar a realidade de que há a centralização das tarefas, das informações e do poder nas mãos dos homens, que as mulheres ainda são desvalorizadas e que os mecanismos que impedem sua participação efetiva ainda são compreendidos como uma “sina” da condição de ser mulher. “Dizem que as mulheres têm outras obrigações que não podem ser transferidas, por isso não podem participar da mesma forma que os homens. Será mesmo?” (Rosa).

É importante destacar que os debates sobre o protagonismo e a participação das mulheres nos espaços de decisão do movimento não ficam restritos às instâncias de coordenação. O tema é tratado pelo Setor de Gênero em seus encontros de formação e discutido também na base, como é possível perceber na fala de Roseli:

Uma questão que é muito importante e que a gente sempre debate nos encontros é da importância da mulherada ocupar os espaços, né? E não só participar, mas ocupar mesmo, ser a voz ativa. Daí a gente diz sempre que participação é necessária, mas o protagonismo é a condição pra mudar a realidade das mulheres, porque não dá só pra gente participar e deixar as decisões sempre para os homens. (Roseli).

Esses debates acontecem sem descuidar do envolvimento dos homens, já que se trata de um movimento misto, que atua com famílias e não apenas com parte dela, como aponta Margarida:

Isso sempre se fala nas atividades, mulheres e homens têm que andar junto dentro do movimento, tem que avançar junto. Tem que entender que as mulheres também podem decidir, coordenar, não só lá na cabeça do movimento, mas também dentro da própria casa, na família, né? Porque nunca é só o homem que faz parte do movimento, é a família inteira, né? (Margarida)

Outro aspecto importante levantado por Clara diz respeito à qualidade de participação nos espaços de decisão. Não basta apenas estar nesses espaços, mas é fundamental que as mulheres possam participar das atividades de formação e adquirir conhecimentos para se sentirem seguras para falar sobre diversos assuntos.

No MST, o Feminismo Camponês e Popular também luta pela capacidade de decisão das mulheres. Para nós a participação é uma questão importante, mas além de garantir a participação das mulheres, também nós lutamos para que elas estejam nos espaços efetivos de decisão política, de tomada de decisão. É por isso que uma das questões muito importantes é que as mulheres estejam entre os quadros dirigentes, entre as figuras públicas. Que as mulheres estejam de fato com conhecimentos para que possam falar sobre qualquer tema de conjuntura, de economia, de filosofia, de história, de política, de crédito. E é por isso que no Feminismo Camponês e Popular nós sabemos que além do conteúdo do feminismo, é muito importante a forma efetiva como as mulheres se auto-organizam e fazem seus estudos e formações. (Clara)

Em documento elaborado pelo Setor de Gênero em parceria com a Via Campesina (MST, 2019), e que serve como base para encontros de formação sobre o feminismo camponês e popular, reafirma-se que essa perspectiva do feminismo busca contar a história que vem sendo escrita pelas próprias camponesas, situando-as como sujeitos políticos e históricos das transformações que o movimento almeja. O desafio contínuo é trazer esse debate para dentro do MST e questionar a subordinação das mulheres dentro das igrejas, dos sindicatos, dos partidos políticos e dos próprios movimentos sociais - espaços onde as camponesas estão presentes.

Nesse sentido, o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, realizado em março de 2020 em Brasília, pode ser considerado um avanço na luta pelo protagonismo das mulheres. O evento, realizado entre os dias 05 e 09 de março, reuniu cerca de 3,5 mil mulheres ligadas a acampamentos e assentamentos do MST de 24 estados do país. Na ocasião, o movimento assumiu, em um evento público, o feminismo camponês e popular como prática política balizadora de suas ações.

Além de ser tema de mesas de debate ao longo do encontro, a defesa do feminismo camponês e popular como ferramenta para a libertação das mulheres foi feita através da carta manifesto, divulgada pelas camponesas ao final da atividade, na qual as sem terra afirmam:

Sabemos que o patriarcado e o racismo são pilares estruturais da sociedade de classes. Nossa luta é para romper com todas as formas de dominação e opressão. O Feminismo Camponês e Popular orienta nossos passos firmes e decididos em busca de nossa libertação. (MST, 2020, n.p.)

Em seu *site* institucional, o movimento também dedicou espaço para o debate do tema, trazendo o posicionamento de dirigentes sobre a questão, apontando que, ao assumir o feminismo camponês e popular, o MST “torna visíveis todas as lutas das mulheres rurais como sujeitos de transformação social”.

Esta concepção do feminismo baseia-se na análise de que as mulheres camponesas estão dentro de uma sociedade de classes, que é a origem da sua exploração, dominação e opressão, e que é sustentada por uma sociedade capitalista baseada no colonialismo, no patriarcado e no racismo. E, portanto, esta construção do feminismo luta contra este modelo econômico, social e cultural e seus não valores.[...] A concepção feminista que estamos construindo como MST e como CLOC/Via Campesina está fortemente ligada aos processos políticos e organizacionais, à formação política e às lutas concretas e permanentes que alteram a vida social, econômica e política da classe trabalhadora, e particularmente das mulheres trabalhadoras (MST, 2020, n.p.).

Ao assumir publicamente o feminismo camponês e popular, mais do que abraçá-lo como bandeira de luta, o MST parece se comprometer, como é possível verificar nos documentos finais do Encontro, a fazer dele uma prática política, tornando-o transversal à todas as discussões e ações propostas pelo movimento, a fim de contribuir com a libertação da mulher, especialmente das mulheres camponesas.

A posição assumida pelo movimento demonstra que a mobilização das mulheres segue rompendo cercas e incorporando novos debates à agenda do MST. A partir da incorporação das reivindicações apresentadas pelas camponesas, especialmente aquelas que são consideradas como bandeiras de luta do feminismo camponês e popular, o movimento parece caminhar rumo à compreensão de que as relações de igualdade entre os gêneros são fundamentais na construção de um novo horizonte de sociedade. Tal postura evidencia que as pautas defendidas pelos movimentos sociais rurais podem ser articuladas às pautas feministas, superando o preconceito apontado por Emma Siliprandi (2009), de que “agricultoras são

sempre submissas ou de que as propostas do feminismo não tem nada a dizer aos movimentos rurais”.

Como o MST destaca em seu *site* institucional:

O Feminismo Camponês e Popular é uma formulação política, organizativa e teórica, que as mulheres da Via Campesina Internacional vêm formulando e orientando seus processos organizativos, a partir das vidas concretas das mulheres sem terra, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, negras e da sua diversidade, suas histórias de lutas, da história do feminismo revolucionário e do marxismo. Trata de pensar uma práxis política de superação da situação profunda das opressões e desigualdades de gênero, raça e classe, a um amplo projeto de transformação social internacional. Portanto, está vinculado diretamente aos processos de resistências, lutas e enfrentamentos, que as mulheres da Via Campesina têm travado no mundo (MST, 2017).

Nesta perspectiva, o feminismo camponês e popular construído pelas mulheres do MST em conjunto com os demais movimentos de camponesas ligadas à CLOC/Via Campesina articula a luta das mulheres no campo a partir dois aspectos integrados: 1) a luta para transformar as condições de produção e reprodução da existência, pois a produção capitalista no campo se faz com a expropriação dos povos e com a exploração do trabalho que incorrem em relações sociais de opressão e super exploração das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres; 2) a luta pela igualdade de gênero e pelo protagonismo das mulheres, que frequentemente são alijadas dos espaços de poder e decisão dentro dos movimentos nos quais se organizam, buscando, assim, suplantar a ideologia do patriarcado alterando as estruturas, desde o micro ao macro espaço da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta dissertação foi compreender como o feminismo camponês e popular vem se desenvolvendo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para tanto, além da investigação bibliográfica sobre essa perspectiva teórico-metodológica do feminismo proposta pelas mulheres rurais e das análises de documentos publicados pela Via Campesina, pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e pelo MST (especialmente os cadernos de formação publicados pelo Setor de Gênero), foram realizadas entrevistas com mulheres sem terra que integram espaços de direção/coordenação e também aquelas que se organizam na base do movimento.

Neste percurso investigativo identificamos, no primeiro momento, os principais elementos constituintes do feminismo camponês e popular, quais sejam: a centralidade do trabalho; o combate à violência contra a mulher; a defesa da agroecologia e da soberania alimentar; o entrelaçamento das lutas de gênero, classe e raça; a importância dos processos de auto-organização na luta por autonomia e a defesa do socialismo.

É interessante destacar que no caminho para a sistematização de todos esses elementos, foi possível perceber que essa perspectiva feminista é, de fato, construída “de dentro para fora”, como as mulheres camponesas enfatizam. Isso porque fica evidente que as elaborações sobre o tema surgem do acúmulo de conhecimentos e lutas das mulheres do campo organizadas em seus movimentos e, em âmbito internacional, na CLOC/Via Campesina, e apenas posteriormente chegam aos espaços acadêmicos através das atividades de pesquisa desenvolvidas por pesquisadoras militantes que se organizam nesses mesmos movimentos.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, em especial no Capítulo I, é frequente entre os movimentos sociais do campo as mulheres apresentarem resistência para se definirem como feministas. Muitas vezes elas rejeitam o termo, apesar de desenvolverem lutas importantes por seus direitos e autonomia. Preferem se posicionar fora da rubrica do feminismo, considerado pela maioria como uma prática acadêmica e de elite. O feminismo camponês e popular surge, nessa seara, como um esforço para derrubar o muro entre as mulheres rurais e o movimento feminista e vem sendo construído como uma perspectiva teórico-metodológica onde a produção de conhecimento é intimamente ligada à prática, produzida pela prática, formalizada pela prática.

Por ser construído com o intuito de nomear as lutas historicamente travadas pelas mulheres do campo, sejam elas camponesas, indígenas ou ribeirinhas, é possível afirmar que o

feminismo camponês e popular parte da prática para a teoria, uma vez que os acúmulos teóricos que dão origem ao conceito nascem do cotidiano das mulheres rurais e de sua luta por reconhecimento, igualdade, valorização e direitos. Percebe-se que esse feminismo tem sua prática baseada na busca pela construção da soberania e da autonomia em diversos sentidos, um deles é quando estimula as mulheres rurais e os movimentos nos quais elas estão inseridas a reconhecerem o trabalho que elas desenvolvem no âmbito da reprodução como fundamental para o desenvolvimento das comunidades. Para além disso, ao propor a auto-organização, o feminismo camponês e popular estimula as mulheres camponesas a desenvolverem sua capacidade de tomada de decisão, tornando-as sujeito político e social, que se percebem e se valorizam como trabalhadoras.

Ao reivindicar o campo como lugar e espaço de vida, o feminismo camponês e popular volta seu olhar para a terra, os territórios, os bens naturais, o resgate e valorização da diversidade de culturas e identidades dos povos do campo, tornando esses elementos como pontos centrais das lutas feminista e camponesa. Ao se posicionar como uma perspectiva crítica, anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, também desvela e questiona as expressões culturais, sociais e econômicas, fundamentadas na ideologia patriarcal e racista que se expressam no campo e são reproduzidas pelos sujeitos que nele residem, como a violência contra a mulher, a capitalização da agricultura para a produção exclusiva de *commodities* e a destruição do meio ambiente, denunciando esses comportamentos tanto fora quanto dentro dos movimentos sociais do campo.

Percebe-se, assim, que o feminismo camponês e popular se apresenta como a contribuição das mulheres do campo para avançar na construção de um projeto popular, com soberania dos povos sobre seu território e sobre os rumos políticos do país, onde as mulheres do campo e de toda a classe trabalhadora sejam protagonistas neste processo de libertação, na criação de novas relações entre os gêneros e na construção de uma sociedade orientada pelo socialismo.

Enquanto perspectiva teórico-metodológica, acreditamos que esse feminismo defendido pelas mulheres rurais tem muito a contribuir com o campo da Teoria Política Feminista. Como área do conhecimento, o campo dos estudos feministas vem se construindo como uma teoria do mundo social que não se limita a analisar apenas as relações de gênero, mas todos os diferentes padrões de dominação e de reprodução das assimetrias entre grupos, constituindo-se como uma das principais vertentes de reflexão crítica sobre a sociedade.

Ao questionar a ideia de universalidade proposta por algumas correntes do feminismo urbano, o feminismo camponês e popular defende que não se pode falar em nome de uma

“mulher” universal, sem levar em conta que as mulheres estão situadas socialmente, para além do gênero, também em função de suas características de classe, de raça e de outros marcadores sociais, como a sexualidade – e que a emancipação da mulher, entendida sob a perspectiva do feminismo urbano, não é necessariamente a emancipação da mulher camponesa, da mulher negra ou da mulher trabalhadora. Ao defender um feminismo construído “de dentro para fora”, as camponesas alertam que a teoria não pode ser um discurso apartado da experiência: apenas a experiência concreta, de pessoas em suas circunstâncias próprias, pode ancorar a reflexão de maneira a preservar a complexidade das relações sociais.

A recusa à ideia de universalidade das demandas feministas, a atenção às várias formas de opressão sobrepostas dentro do sistema capitalista e a valorização da experiência concreta como fonte de conhecimento: tudo isso aponta para o reconhecimento das mulheres camponesas acerca da enorme diversidade social presente na categoria “mulher”. Parte daí a necessidade de construir uma perspectiva própria, capaz de nomear as lutas por valorização e igualdade historicamente travadas por elas.

Como a pergunta que balizou esta pesquisa diz respeito à construção do feminismo camponês e popular no âmbito do MST, no Capítulo II deste trabalho buscamos demonstrar a histórica auto-organização das mulheres sem terra na luta por seus direitos. Organizadas no seio de um movimento classista que por muito tempo considerou as demandas das mulheres como secundárias e passíveis de provocar rupturas na chamada “luta geral”, representada aqui pela luta de classes, as camponesas ligadas ao MST precisaram romper cercas e construir, muitas vezes sem o apoio do próprio movimento, suas próprias experiências organizativas.

Da luta pela sindicalização e pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais até a constituição do Setor de Gênero, a compreensão acerca do importante papel desempenhado pelas mulheres no MST e a necessidade que se dê atenção às suas demandas é fruto de um processo complexo, que em muitos momentos se contradiz. Esse processo é marcado por avanços e retrocessos e segue em andamento.

Nesse sentido, a partir dos debates propostos pelo feminismo camponês e popular, as mulheres do MST encontram subsídios para seguir lutando por sua valorização dentro do movimento ao mesmo tempo em que passam a se reconhecer como feministas e se propõem a lutar por um modelo de sociedade alternativo ao capitalismo, com relações sociais livres de opressão, exploração e subordinação, seja entre os seres humanos, seja em relação ao meio ambiente.

Destarte, a luta pela igualdade entre os gêneros pode ser compreendida como uma das principais faces que o Feminismo Camponês e Popular assume dentro do MST, como evidenciamos no Capítulo III desta pesquisa. Enquanto em movimentos autônomos de mulheres rurais (como o MMC), se objetiva dar visibilidade à luta das mulheres “para fora”, as camponesas ligadas ao MST se organizam internamente para que a própria organização reconheça e valorize suas pautas, para que as mulheres possam ocupar os espaços de poder e de decisão em condições de igualdade com os homens, para que o trabalho de reprodução desenvolvido por elas seja igualmente valorizado e compreendido como fundamental. Para travar essa luta, as camponesas aliam-se ao Coletivo LGBT Sem Terra para juntas denunciarem as opressões patriarcais e racistas que são produzidas pela sociedade e reproduzidas dentro da organização.

Através do Feminismo Camponês e Popular, as mulheres sem terra reivindicam espaços de maior liberdade, autonomia, reconhecimento político e familiar e pautam a necessidade de que a paridade de gênero seja efetiva na organicidade dos núcleos de base, setores e demais instâncias de direção do movimento. Reclamam essa condição de igualdade pois têm clareza de que mulheres sozinhas não irão transformar a situação de opressão e exploração. No entanto, sem a libertação das mulheres, não se pode alcançar a emancipação humana.

Compreendendo os homens como importantes aliados na luta feminista e pautando a construção de um Feminismo Camponês e Popular que possa ser transversal à toda a família camponesa, as mulheres sem terra têm buscado, como se demonstrou ao longo desta pesquisa, politizar as reflexões do MST sobre as tarefas relativas aos cuidados e à necessidade de repensar as formas de divisão do trabalho, quer sejam na comunidade, quer sejam nas cooperativas e associações, ou no ambiente doméstico. Em ação conjunta com as camponesas dos demais movimentos sociais do campo da América Latina, elas vão estabelecendo, a partir das suas vivências cotidianas, um conjunto de lutas contra as opressões e a exploração e se afirmando como feministas. Elas estão deixando sua marca no movimento feminista e trazem junto a luta contra a violência dirigida às mulheres, a luta por novas relações entre homens e mulheres, pelo direito à participação e organização política, sem deixar de lutar por um modo de vida e de produção agroecológicos, pela soberania alimentar e por um projeto de sociedade alternativa ao modelo capitalista.

Por certo, ao fim deste estudo, depois de adentrarmos mais a fundo nas bandeiras propostas pelo feminismo camponês e popular e ouvirmos os relatos das mulheres sem terra sobre o modo como essa perspectiva feminista vem sendo construída dentro do MST, estamos

certas de que quando falamos de gênero e feminismo no meio rural há uma multiplicidade de temas de estudo que estão longe de se esgotarem, uma vez que a inserção desses debates no universo camponês parece ocasionar mudanças significativas nas relações familiares, especialmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e à valorização do trabalho reprodutivo. Consideramos que esses são temas importantes que ainda precisam ser aprofundados. Afinal, como as famílias camponesas têm reagido ao surgimento do sujeito “feminista camponês”? Esse novo sujeito que surge nas comunidades camponesas está causando impactos significativos no modelo patriarcal de organização das famílias?

Finalizamos essa dissertação cientes de que a discussão sobre a construção do feminismo camponês e popular, tanto em nível de MST quanto de Via Campesina, não deve se encerrar aqui. Como uma perspectiva recente dentro do campo dos estudos feministas, essa proposta que se apresenta como a contribuição das mulheres do campo para a construção de caminhos de transformação rumo a uma sociedade socialista, que seja livre de relações de exploração/opressão, tanto entre os gêneros quanto entre seres humanos e a natureza, certamente ainda tem muito a dizer. Por enquanto, nos interessa mostrar que o feminismo camponês e popular está presente entre as mulheres sem terra e vem sendo utilizado por elas como uma potente ferramenta de emancipação, na luta pela igualdade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. Edição Especial, p. 261 – 295, 2016.

_____. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas, 2015. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281133> Acesso em 02 de setembro de 2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALVES, J. F. Ophélia Amorim e as Ligas Camponesas na Paraíba: as militantes de esquerda conta-atacam. In: Encontro Estadual de História (ANPUH). XVII. 2016, Paraíba. **Anais Eletrônicos**. Paraíba, 2016. p. 1214 – 1222.

AMARAL, M. R. do. **A construção da agroecologia desde o protagonismo das mulheres camponesas do Assentamento Contestado**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2019. Disponível em:

<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=58595&idprograma=40001016001P0&anobase=2019&idtc=1442> Acesso em: 15 de setembro de 2020.

BARBOSA, L. P. Florescer dos Feminismos nas Lutas das Mulheres Indígenas e Camponesas da América Latina. **NORUS**, Pelotas, v. 7, n. 11, p. 197 – 231, Jan/Jul 2019.

BARROS, E. A. de A. **Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos: diálogo de saberes em defesa da vida**. 2018. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultura). Universidade Estadual de Campinas. Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331777> Acesso em: 05 de agosto de 2020

BERNAT, I. G. **Um novo jeito de organizar: A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)**. 2012. Tese (Doutorado em História). Universitat de Lleida. Programa de Pós-Graduação em História, Lleida, 2012. Disponível em: <http://repositori.udl.cat/handle/10459.1/63992> Acesso em: 12 de julho de 2020.

BETTO, J.; PICCIN, M. B. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista. **Amerika**, n. 16, Jul 2017.

BONATO, A. O Sindicalismo e as organizações da agricultura familiar da região Sul. In: SUL/CUT, F. (org.). **Mutirão da agricultura familiar**. Chapecó: [s.n.], 2003.

BONI, V. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Argos, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 67 – 88, Jan/Dez 2013.

BORDALO, C. A. Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais. In: SIMPÓSIO ESTADUAL DE LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: “CRISE DAS DEMOCRACIAS LATINOAMERICANAS: DILEMAS E CONTRADIÇÕES”. 2. 2006, Londrina. **Anais Eletrônicos**. [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carolinearaujobordalo.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. **Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-11-25-maio-1971-365204-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205 – 227, Jan/Abr 2004.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (org.). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. 1ª. ed. Brasília: MDA, 2008. cap. 7, p. 217 – 240.

BUENO, A. L. M.; LOPES, M. J. M. Mulheres Rurais e Violência: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 1 – 22, Jul 2018.

BUTTO, A. L. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25468/1/TESE%20Andrea%20Lorena%20Butto%20Zarzar.pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156 – 1183, Set/Dez 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 1. ed. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPPELLIN, P. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, E. M. da (org.). **Camuflagem e transparência**: as mulheres no sindicalismo. 1ª. ed. São Paulo: CUT, 2004. v. 1, p. 17 – 20.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e condição social de gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 11 – 22, Jun 1994.

CARO, P. La transgresión del feminismo campesino y popular: Autonomías y soberanías. In: Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género (org.). **Autonomía política de las mujeres: algunas reflexiones**. Santiago: [s.n.], 2011. p. 117 – 142.

_____. **Feminismo Campesino y Popular: Autonomías y Soberanías**. Correo de Las Mujeres del Campo. Santiago, 2015. p. 47 – 58.

CASTRO, M. G. **Hacia la Construcción del Feminismo Campesino y Popular**. Correo de Las Mujeres del Campo, Santiago, p. 63 – 67, Dez 2015.

CINELLI, C.; CONTE, I. I. Mulheres camponesas construindo sua identidade feminista. In: . FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. 9., 2010, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [s.n.], 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278273729_ARQUIVO_CatianeCinelli-Textocompleto.pdf Acesso em: 04 de outubro de 2020.

CINELLI, C.; CONTE, I. I.; WESCHENFELDER, N. V. Educação popular numa experiência agroecológica no movimento de mulheres camponesas. In: X ANPED SUL. 10., 2014, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [s.n.], 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1380-0.pdf Acesso em 06 de agosto de 2020.

CINELLI, C.; JAHN, E. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 117, p. 86 – 92, Fev 2011.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281704> Acesso em: 15 de agosto de 2020

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (org.). **The public nature of private violence**. Nova York: Routledge, 1994. p. 93 – 118.

DEBIASI, R. E. Mulheres, Militantes e Migrantes: a estruturação do MST no Nordeste Brasileiro. In: 13º MUNDOS DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO 11. 13; 11., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos: Florianópolis** [s.n.], 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503868373_ARQUIVO_TextoRoseDebiasiFazendo\(2\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503868373_ARQUIVO_TextoRoseDebiasiFazendo(2).pdf) Acesso em: 18 de outubro de 2020.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175 – 204, Abr 2004.

ESMERALDO, G. G. Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 13., 2007, Recife. **Anais Eletrônicos**. Recife: [s.n.], 2007. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52421/1/2007_eve_ggslesmeraldo.PDF Acesso em: 29 de agosto de 2020.

_____. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES elma P.; MEDEIROS, L. S. (Ed.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237 – 256.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. cap. II, p. 37 – 53. ISBN 978-85-60548-76-7.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27 – 44, Out 2006.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 01. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Via Campesina**. 2015. Online. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/via-campesina> Acesso em: 30 de setembro de 2020.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba, v. 52, n. 01, p. 09 – 24, Jan/Mar 2014.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto de dominação: um estudo no acampamento Engenho do Prado**. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9762> Acesso em: 18 de setembro de 2020.

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257 – 284.

GAMBA, S. B. **Diccionario de Estudios de Género y Feminismos**. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GASPARETO, S. A. K. **A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2017.

Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1720> Acesso em: 10 de outubro de 2020.

GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais**, Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198 – 2016, Jul/Dez 2009.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 35 – 45, Jan/Mar 2001.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61 – 73, Jun 2014.

KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. **Critiques de l'Économie Politique**, Paris, v. 5, p. 65 – 97, Out/Dez 1978.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARE, D. S. H. L. (comp.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67 – 75.

KERGOAT, D.; HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595 – 609, Set/Dez 2007.

MARIANNO, L. Feminismo Protestante. In: HOLANDA, H. B. de (org.). **Explosão Feminista**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 p. 400 – 430.

MARIANO, A.; PAZ, T. T. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. In: NOGUEIRA, L. et al. (org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289 – 313.

MARTINS, A. P. A. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, Abr 2015.

MENEZES NETO, A. J. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331 – 341, Maio/Agos 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Documento Básico do MST**. São Paulo: MST, 1994.

_____. **Programa agrário**. São Paulo: MST, 1995.

_____. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: MST, 1996.

_____. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: MST, 1999.

_____. **Feminismo Camponês e Popular, com identidade e revolucionário**. São Paulo: MST, 2015.

_____. **A conspiração dos gêneros**: Elementos para o trabalho de base. São Paulo: MST, 2018.

_____. **Feminismo Camponês e Popular**: Processo histórico, fundamentos e metodologias para compreender a diversidade e as lutas das mulheres camponesas no Brasil. 2019.

_____. **Manifesto das Mulheres Sem Terra**. Brasília: MST, 2020a.

_____. **O Feminismo Camponês e Popular, a identidade da mulher rural e mundo operário**. 2020b. Online. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

_____. **O homem precisa abrir mão de seu lugar de privilégio**. 2020c. Online. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/12/o-papel-do-homem-na-luta-feminista/> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

OCHOA, C. **Amostragem não probabilística: Amostra por conveniência**. 2015. Online. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-conveniencia> . Acesso em 18 de agosto de 2020.

PAINEMAL, M.; CAÑET, I. **¿Es que acaso debemos ser todas feministas? Reflexiones de mujeres mapuche para un debate**. 2018. Online. Disponível em: <https://www.mapuexpress.org/2018/03/02/%c2%bfes-que-acaso-debemos-ser-todas-feminista-s-reflexiones-de-mujeres-mapuche-para-un-debate/> Acesso em: 10 de março de 2021.

PAULILO, M. I. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: BRUSCHINE, M. C.; ROSEMBERG, F. (org.). **Trabalhadoras do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 163 – 190.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 229 – 252, Jan/Abr 2004.

_____. Movimento das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP, 2009. v. 2, p. 179 – 201.

_____. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, 2015.

PAVAN, D. **As Marias Sem-Terras**: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão/SP (1985/1996). 1998. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo,

1998. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13008> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Seropédica, 2011.

Disponível em:

https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese_.everton_picolotto.pdf Acesso em: 08 de outubro de 2020.

PIMENTA, S. D. C. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 10., 2012, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, [s.n.], 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837_ARQUIVO_O_Democracia.PodereParticipacaoPolitica.pdf Acesso em: 30 de julho de 2020.

PINASSI, M. O. O protagonismo das mulheres no MST. In: IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. 4., 2010, Londrina. **Anais Eletrônicos**. Londrina, [s.n.], 2010. p. 125 – 137.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15 – 23, Jun 2010.

PIRIN, L. **Sindicalismo Rural e Agricultura Familiar no município de Francisco Beltrão - PR**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Londrina, 2006. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UDEL_ef7f5ac8a186420d5c2d20db89dbe57d Acesso em: 06 de outubro de 2020.

PULGA, V. L. **Um grito lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta**. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2010.

_____. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida**. 2014. 197 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115967> Acesso em: 12 de novembro de 2020.

RAQUEL BASTER. **O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências**. Conflitos no Campo Brasil, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, Goiânia, p. 83 – 87, 2018.

ROHDEN, F. Feminismo do sagrado: uma reencenação romântica da diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 96 – 123, 1996.

RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painelas”?: As relações de Gênero nos Assentamentos Rurais**. Brasília: UNESCO, 2000. 348p.

SANTOS, I. A. F. dos. **“Sem mulher a luta vai pela metade”:** mulheres, feminismo e política no MST. 2019. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Extensão Rural, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19373> Acesso em: 28 de setembro de 2020.

SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 412 – 442, Jul/Dez 2003.

SCHEFLE, M. de L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento: o real e o aparente. Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 3, Dez 2013.

SCHWENDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 2, p. 203 – 221.

_____. As mulheres da Via Campesina: processos educativos e organizativos no Brasil e no Chile. In: ANAIS ELETRÔNICOS, 2015, Florianópolis. **37ª Reunião Nacional da ANPED**. Florianópolis, 2015a.

_____. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 87 – 109, Mar. 2015b.

_____. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. In: TAMANINI, M.; BOSCHILI, R.; SCHWENDLER, S. F. (org.). **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. Curitiba: UFPR, 2017. p. 143 – 174.

SEIBERT, I. G. **Feminismo campesino y popular. Una propuesta de las campesinas de Latinoamérica**. 2018. Online. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/sobali/sobali_%20a2017m6n29/sobali_a2017m6n29p6.pdf Acesso em: 02 de outubro de 2020.

SEOANE, J.; ALGRANATI, C. **Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo**. 2015. Online. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cloc> Acesso em: 28 de setembro de 2020.

SEPÚLVEDA, F. P. Movimientos sociales y género: La siembra feminista de La Vía Campesina. **Sociedad & Equidad**, Santiago, v. 1, n. 4, p. 64 – 90, Jul 2012.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade

de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full> Acesso em: 28 de setembro de 2020.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 153 – 191.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia – transformando o campo, as florestas e as pessoas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.

SILVA, E. da R.; SANTOS, D. M. S. As Ligas Camponesas e a luta que marca os movimentos organizados do campo. In: MEZANDRI, A. M. et al. (org.). **Feminismo Camponês e Popular: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 63 – 73.

SILVA, B. G. Movimentos sociais do campo e o protagonismo das mulheres. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS 8., 2017, São Luiz. **Anais Eletrônicos**. São Luiz, [s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisdocampoeprotagonismodasmulheresrurais.pdf> Acesso em: 02 de agosto de 2020.

SILVA, C. da. Feminismo Negro. In: HOLANDA, H. B. de (org.). **Explosão Feminista**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 252 – 300.

SILVA, I. C. **Movimento de Mulheres Camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/901> Acesso em: 15 de outubro de 2020.

SILVA, M. T. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, M.; FERMENT, G. (org.). **Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011. p. 432 – 448.

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L. **Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro**. 1. ed. Brasília: UNB, 1998. 232 p.

SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: GUSMÃO, F. A. de (org.). **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 281 – 301.

TÁBOAS, Í. D. M. Z. **Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e

Cidadania, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18219>
Acesso em: 15 de outubro de 2020.

VALE, S. R. G. A. **Avaliação do perfil das quebradeiras de coco babaçu e de suas condições de trabalho no município de Itapecuru-Mirim/MA**. 2015. 112 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente) — Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14054> Acesso em: 22 de outubro de 2020.

VIA CAMPESINA. **Basta de Violência Contra a Mulher**. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: https://modosdeproducao.files.wordpress.com/2015/06/cartilha-basta-de-violencia-contra-as-mulheres_via-campesina-sudamerica.pdf Acesso em: 12 de novembro de 2020

WITCEL, R. **A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192084> Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.